À Nossa Senhora do Rosário.

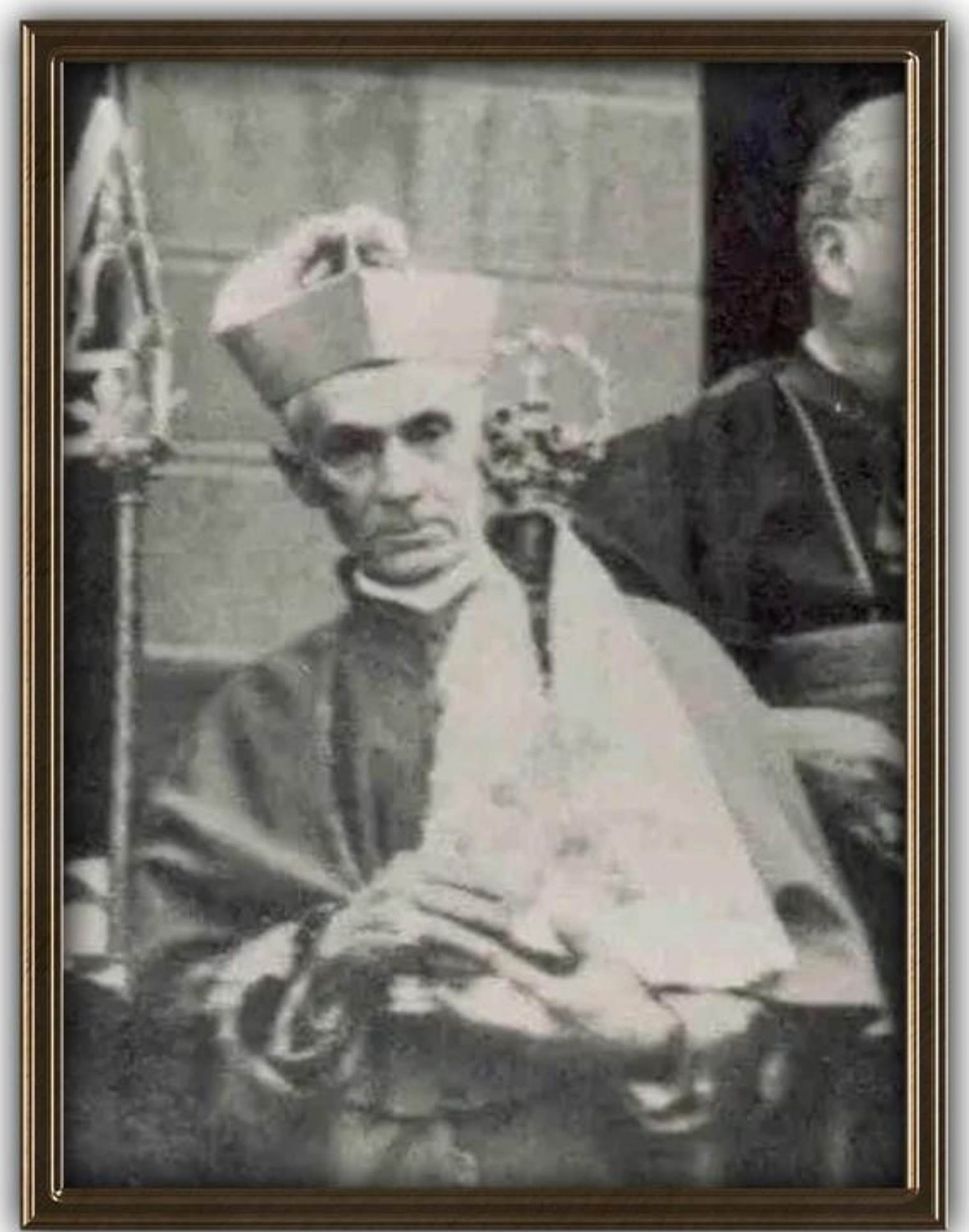
Este livro foi escaneado por Bruno Bonavigo.

Sinta-se livre para compartilhar, desde que não arranque estes créditos e a dedicatória. Caso queira, reze uma Ave-Maria por mim e pela alma do autor.

Deus abençoe.

O link da postagem no Archive, para eventuais correções da formatação, é:
https://archive.org/details/o-clero-e-a-independecia

Caso queira me contatar, meu e-mail é "b.bonavigo@gmail.com".



Dom Duarte Leopoldo e Silva

"Ele é a minha força e autoridade"

1867 - 1938

Arcebispo, conde romano e assistente do sólio pontifício.

323

RESERVADOS TODOS OS DIREITOS DE REPRODUCÇÃO NOS PAIZES QUE ADHERIRAM Á CONVENÇÃO DE BERNE; BRASIL: LEI N.º 2577 DE 17 DE JANEIRO DE 1912; PORTUGAL: DECRETO DE 18 DE MARÇO DE 1911.

2825 - Junho - 1929

O CLERO E A INDEPENDENCIA

IMPRIMATUR

Rio, 23 de Julho de 1923

† *SEBASTIÃO*

A. C.

COLLECÇÃO EDUARDO PRADO

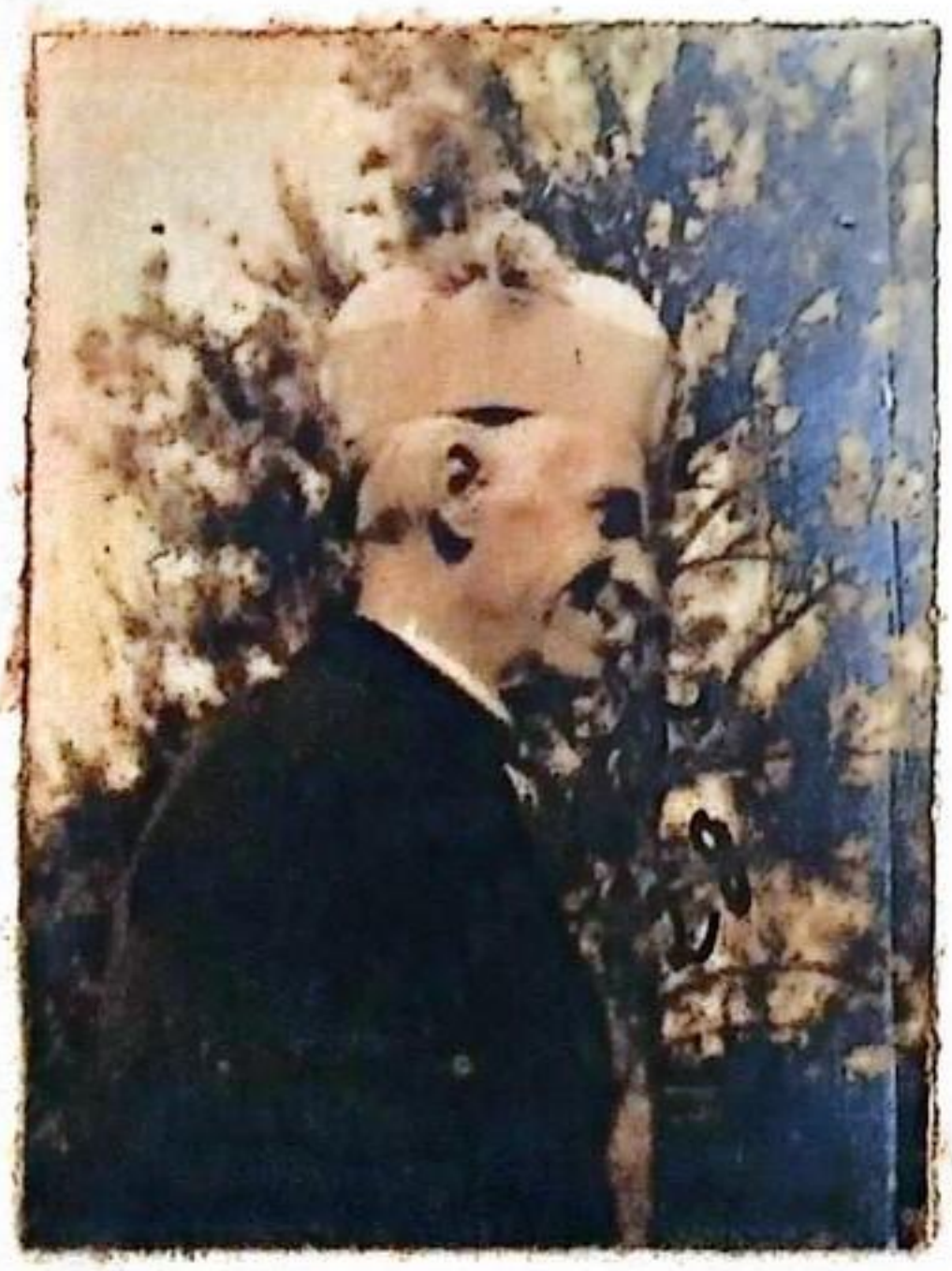
SERIE A

DOM DUARTE LEOPOLDO

ARCEBISPO DE S. PAULO

O Clero e a Independencia

CONFERENCIAS PATRIÓTICAS



CENTRO D. VITAL

ALVARO PINTO — ANNUARIO DO BRASIL

RIO DE JANEIRO

INTRODUÇÃO

Ousadia de certo, talvez imprudência, nunca porém vaidade ou presumpção, a minha presença nesta tribuna é tão somente um acto de obediência — de obediência e de amizade. Si não me é facil a tarefa, menos ainda é a segurança do desempenho. Seja embora. Não importa a mim, que o não desejei, o triumpho ou o desastre, sinão que recai sobre os que mo impuseram toda a responsabilidade deste longo calvário.

Outrem, com mais talento e maiór lazer, ha de escrever um dia a história religiosa do Brasil. A mim, cabe-me a incumbência de reivindicar os direitos do clero á gratidão nacional, neste momento em que se commemora o primeiro centenário da nossa independência politica. A falta de predicados que o recommendem, acaso, a letrados e entendidos, fui ao menos sin-

cero neste penoso trabalho. Nem me deixei levar do enthusiasmo, que exalta, sem vantagem, virtudes problemáticas; nem me diminuiu a fé no valor moral dos nossos padres a contingência humana que, em caminhos ásperos e difficeis, os desgarrou por vezes da razão e do dever.

Preito e homenagem ao clero brasileiro, aqui o tendes tal como o dictou e inspirou o patriotismo de quem se orgulha de a elle pertencer.

PRIMEIRA PARTE

OS PRÓDROMOS DA INDEPENDENCIA

I

O CLERO BRASILEIRO E O PATRIOTISMO

O nobilissimo empenho na defesa do torrão natal, esse amor que, sem fugir a sacrificios, ráia por vezes no heroismo das grandes e extraordinárias virtudes, tem alguma cousa que o subtrai ao puro dominio da natureza. Si bem o comprehendera a politica, de ordinário tão eivada de preconceitos que a deturpam, jàmais haveriamos de separar o patriotismo do sentimento religioso.

Abrangendo no mesmo amplexo, largo e expansivo, a terra onde nascemos e o céu a que se dirigem os nossos destinos, tem elle o seu tanto de sobrenatural que o eleva, como virtude, muito acima das qualidades civicas ou virtudes simplesmente humanas.

Eis porque, na estacada dos que mais se avantajaram nos ancêios da pátria, alçando-lhe os créditos, defendendo-lhe as prerogativas e liberdades, consagrando-lhe amor incondicional e militante, sempre se houve o clero brasileiro como cioso de uma virtude que lhe é própria.

Si o patriotismo é virtude espontanea, mais ou menos activa, sempre desperta no coração brasileiro, mais profundas ha de cravar as raizes no coração de quem o não póde separar da idéà de Deus. São dois sentimentos que, na alma do padre, se irmanam em um mesmo pensamento de abnegação e de sacrificio.

Que é, de facto, o ministério sacerdotal, sinão um contínuo exercício de patriotismo, em busca da pátria celestial, *pela paz e pela ordem* na pátria em que vivemos? Póde-se não acceitar o ideal religioso do sacerdote, refugindo á sua doutrina; mas ninguém lhe ha de negar esforço patriótico, tanto mais nobre e efficaz, quanto mais alta é a mira a que tendem os seus trabalhos. Isto, ao menos, se lhe ha de conceder, que o confirmam os factos e o registam as páginas da História.

Em todos os acontecimentos politicos que agitaram a Colónia e o Império, nos seus primeiros surtos de liberdade, sempre temos o clero formado na primeira linha dos patrio-

tas, cada um com as suas qualidades e com os seus defeitos, norteados todos por um ideal que os apaixonou, de quando em quando, até a lamentáveis excessos.

Escassos, principalmente no periodo colonial, eram os homens de illustração que pudessem nortear, seguramente, as populações que se iam desabrochando para a vida social e politica. Ainda nos primórdios do Império, á parte um pequeno grupo de privilegiados que, ao depois, se fizeram notaveis, apenas no clero se encontram letras capazes de illuminar a trabalhosa marcha dos que porfiavam pelo progresso do país [1].

Attrahido, pelas contingências, para fóra do claustro e da sacristia, obrigado pelas circumstancias mais ou menos prementes da occasião, achou-se o clero secular e regular envolvido em luctas sociaes em que, por vezes, lhe perigou o espirito ecclesiástico. A Igreja o lamenta, reconhecendo-lhe embora attenuantes que, si não desculpam, diminuem a falta e explicam perigosos desvios.

Certo é, porém, que não foram menos reaes os serviços dessa legião de patriotas

(1) Conf. Tristão de A. Araripe, Patriarchas da Independencia, Rev. do Inst. Hist. Bras., vol. LVIII, pag. 168. — J. L. Alves, ibidem, pag. 4.

Á Igreja, mui justamente, os reclama como obra sua, deixando ao espirito do século a responsabilidade de certos desmandos que não approvou nem inspirou.

II

A REVOLTA DO MARANHÃO

Cedo madrugou no coração brasileiro o espìrito de liberdade, sinão de completa independência. Ao passo que se iam arrochando os ferros da Metrópole, sentia-se no Brasil que Portugal, exhausto pelo esforço da epopéa marítima que o sublimára entre as nações, já não podia subsistir sem a vitalidade da Colónia.

A consciência do seu valor económico que, já então, fizera do Brasil empório e soccorro do velho reino em decadência, se ia affirmando, sobranceira, em germens de revolta ou de impaciência apenas soffreada. A proclamação de Amador Bueno, em 1640, e, antes della, pequenas agitações populares, em que o clero se irmanava com as camaras e com o povo, attestavam que o colono já

sabia protestar contra a prepotência da Metrópole. Já se não podia contar com o servilismo de um povo que, fiél ainda á corôa portuguêsa, não lhe tolerava mudamente excessos ou desmandos de autoridade [1].

Como em S. Paulo, como em toda a vastissima Colónia, também no Maranhão incendia-se, grave, a questão da liberdade dos indios, attrahindo para a Companhia de Jesus hostilidades e malquerenças, que só lhe poderiam accrescer os direitos á gratidão nacional. Fermento de discórdias, ora explodindo em agitações violentas, ora aquietando-se, para logo irromper em desagrados e contumélias, vinha dos tempos do Padre António Vieira a pendência em que se batiam, pelo colono contra o índio, religiosos mal contentes ou menos imbuídos do espírito da sua vocação.

Considerando o selvagem como propriedade do caçador, não soffria o colono que o esbulhassem de um direito, ao seu parecer, intangivel e sagrado. Eram as idéas do tempo, era o fructo de um estado social em que primava a bruteza dos costumes, alliada condescendente e dócil companheira do egoismo colonial. Amado e venerado, emquanto sacer-

(1) Conf. Rocha Pombo, Hist. do Bras., vol. VI, pag. 570.

dote, era o jesuita o inimigo natural do colono, a quem, aliás, não faltavam desregradas connivências.

Por outro lado, a ambição dos assentistas, odiosos monopolizadores do commércio, estancando as fontes da riqueza pública, sem proventos reaes para a Metrópole, começava de acirrar os animos facilmente inclinados á revolta.

Foi neste meio e nestas circumstancias que surdiram, no Maranhão, os primeiros symptomas de rebeldia contra o jugo da Metrópole, tão pouco prudente nas suas providências de repressão, quanto ás vezes fácil de capitular ante o desassombro e altivez do revoltado. Era o gérmen da Indepedência, a cujo amanho não faltariam, de então por deante, os pressurosos cuidados do clero secular e regular.

Fique, porém, assentado que, salientando a acção do clero nos acontecimentos políticos do país, nem sempre approvamos os meios de que se valeram alguns ecclesiásticos, nem pretendemos indultar reprováveis desmandos. O nosso estudo não comporta mais que a affirmação do patriotismo do clero brasileiro, sempre real e efficaz, bem que, por vezes, desviado das tradições e ensinamentos da Igreja.

Governando a capitania do Pará-Maranhão Pedro César de Menezes (1671-1678), assentaram de o prender alguns nobres da terra, de parceria com certos religiosos de Nossa Senhora das Mercês, que o deveriam attrahir a uma festividade pública, á porta do seu convento [1]. Avisado em tempo pelo Padre Francisco Velloso, da Companhia de Jesus, pôs-se o governador a bom recado, logrando prender, entre outros, o vigário, Padre António Lameira França, escapando quasi todos os demais.

Pedro de Menezes havia dado auxílio a diversas tribus do río dos Tocantins, contra o bandeirante paulista, Paschual Paes de Araújo [2]. A attitude do governador, na apparência, favoravel aos índios que, aliás, á sombra da Companhia, não eram distribuidos ao sabor dos interesses em collisão, e, por ultimo, a mudança da capital para Belém, originaram a mallograda conspiração. Não

(1) Nos documentos que temos á mão, não encontrámos os nomes desses religiosos, e... é pena.

(2) Mallogrou-se a tentativa de Menezes porque, chegando de Lisboa o Padre Antonio Raposo Tavares, com/ a incumbencia de explorar o rio dos Tocantins, houve de ceder o governador a essas razões que, na Metrópole, bem mais haviam de pesar do que a sorte dos míseros selvícolas. Conf. Padre Galanti, Hist. do Bras., vol. III, pag. 86.

tardou, porém, occasião em que melhór se accentuasse o estado dos espíritos, em surtos de revolta mais significativa e generalizada.

Tendo o primeiro Bispo de S. Luís, D. Gregório dos Anjos, alcançado do Regente a abolição do captiveiro indigena [1], devolveu-se aos jesuitas a jurisdição temporal e espiritual sobre as aldêias e entradas, "*e isto em consequência dos muitos inconvenientes experimentados desde quando os padres foram privados de uma autoridade que haviam exercido conscienciosamente* [2].

Imagine-se o desagrado que ia entre os colonos apoiados, infelizmente, pelos religiosos franciscanos, carmelitas e de N. S. das Mercês, órdem esta aliás instituida precisamente para a redempção dos captivos [3]. E' extranho que esses religiosos se emparceirassem contra o índio, defendendo uma instituição absolutamente contrária ao espírito

(1) Warnhagen attribue ao *vingativo* Padre Vieira a disposição libertária favoravel aos índios, do que lhe faz carga, como si houvera praticado um acto condemnavel. A verdade, porém, é que o caridoso interventor foi o Bispo Diocesano, segundo confessa o próprio Regente, em carta ao governador. Conf. Padre Galanti, ibidem, pag. 89.

(2) Art. IV da lei de 1 de abril de 1860. Conf. P. Galanti, ibidem, pág. 89.

(3) R. Pombo, ibidem, pag. 573.

christão. Considere-se, porém, que a esta pecha não escaparam as grandes mentalidades da época [1], sendo que, ainda escravizados, eram os indios dos conventos tratados com relativa doçura e humanidade [2]. Pondere-se que o tempo e o meio não eram favoráveis á brandura, como hoje a entendemos, pois o próprio bandeirante, figura tão definida da nossa história colonial, muito perderia da sua heroicidade, si o encarassemos, tão sómente, á luz da civilização actual.

A Companhia de Jesus estava só em campo, na defesa e protecção do selvagem, cuja caça, após a expulsão de 1661, recomeçára porventura mais cruel e intensiva. Essa attitude de benemerência nacional e religiosa, esse heroismo em manter os principios christãos, essa solicitude pelo selvagem, ainda hoje tão

(1) Veja-se na nota 1, pag. 8, como commenta Warnhagen as sympathias do Padre Vieira pelo selvagem.

(2) Os escravos dos conventos sempre gosaram de relativa liberdade, o que os tornava mal vistos dos demais senhores, que os não queriam em companhia dos seus. De facto, muitos delles, abusando da benevolencia dos frades, entregavam-se á embriaguez e vagavam, frequentemente, pelas cidades e povoações, em completa ociosidade. *Negro de convento* era peça desvalorizada, em todo caso talvez um pouco melhór do que aquelle que tivesse o desaforo de *saber ler*.

malsinada por sectários ou ignorantes, bastaria, por si só, para salvar a honra da Igreja, no escuro periodo da nossa história colonial. Era, pois, natural que, contra o jesuita, se volvessem as paixões desencadeadas nos motins populares.

Carregando as nuvens que se amontoavam no horizonte, sobreveiu o monopólio do commércio, attribuindo á Companhia do Estanco a importação e exportação de drogas e fazendas, além do odioso privilégio do tráfico dos negros.

Ausente o Bispo Diocesano [1], que alguns chronistas apresentam falsamente como adversário dos jesuitas [2], inerte ou incapaz o capitão-mór Luis Balthasar Fernandes, co-

(1) Conf. Padre Galanti, ibidem, pag. 92

(2) Até o mesmo Bispo — Diz Rocha Pombo — parece que não foi extranho ao successo, porque, informado de tudo, instado para reprimir os desregramentos dos seus *subditos*, mostrava-se, sinão satisfeito, ao menos indifferente, *estimulado como igualmente andava contra o governador e contra os jesuitas. Ibidem, pag. 574.* — Não tem fundamento essa allegação contra a autoridade diocesana, pois nem os religiosos são propriamente subditos do Bispo, nem podia este ser adversário dos jesuitas, em cujo favor alcançára da Metrópole a lei de 1 de abril, exactamente um dos pomos da discórdia. Contra a Companhia do Estanco é possivel que o Bispo se houvesse manifestado, e com razão.

meça a reacção que, dentro em pouco, alistava cerca de sessenta conjurados.

Transforma-se o púlpito em tribuna demagógica [1]; abrem-se os cláustros para os conventículos e refúgio dos conspiradores; contra o monopólio ostensivamente se manifestam os religiosos, avultando, entre os demais, Fr. Ignácio de Assumpção, por antonomásia o *Fr. Ventoso,* ex-provincial dos carmelitas, Fr. Elias de S. Teresa e o Vigário Padre Ignácio da Fonseca e Silva.

Concluindo os prègadores que "*uma vez que o povo tinha em suas mãos o remédio, escusado era ir implorá-lo a outra parte* [2], amotina-se o povo encabeçado por Manuel Beckmann ou Bequimão, português de origem allemã, orador popular, hábil e astuto, que, já em 1653, vociferava contra o Padre Vieira e seus companheiros de missão [3].

Na manhã de 24 de fevereiro de 1684, seguindo os conjurados, em turbamulta, do convento de S. António para o collégio dos

(1) Aliás era o púlpito a única tribuna livre contra os excessos da autoridade, a única válvula por onde respirassem então os opprimidos e humilhados.

(2) Cremos que o próprio Fr. Ignácio de Assumpção.

(3) J. F. Lisboa, Obras, vol. III. — Conf. R. Pombo, ibidem, pag. 574.

jesuitas, foram os padres, em numero de 27, postos incommunicaveis e intimados a embarcar na primeira opportunidade, declarando Beckmann que "*o povo os lançava fóra, não por escandalo algum em seu procedimento e vida religiosa, nem menos por faltarem aos cuidados da salvação das almas;* que a razão, motivo e principal fundamento dessa resolução, era porque os padres tinham a administração temporal dos índios, no que experimentava aquelle povo intoleraveis apertos" [1].

Vencida a primeira etapa, achando-se preso, sob a guarda de sua própria mulhér, o capitão-mór Luís Balthasar Fernandes, cogitou-se da organização da junta chamada dos tres estados, na qual figuravam, da parte do clero, o Padre Ignácio da Fonseca e Silva e o ex-provincial dos carmelitas, Fr. Ignácio de Assumpção.

Virtualmente abolido o monopólio, causa principal do movimento sedicioso, convinha estabilizar a situação, forçando o reconhecimento da Metrópole. Após algumas providências de órdem local e administrativa, enviou-se um emissário a Belém do Pará, cuja população, indifferente no que respeitava aos je-

(1) Mello Moraes, Hist. dos Jesuitas, vol. I, pag. 230.

suitas, anceava por libertar-se das pêias do estanco. Difficil e espinhosa, ainda para os mais resolutos, incumbiu-se dessa missão Fr. Luís Pestana que, nada conseguindo da camara de Belém, se valeu da opportunidade para desfradar-se [1].

Entretanto, passada a exaltação do primeiro momento, valoroso sem dúvida, mas naturalmente receoso das represálias, cuidou Manuel Beckmann em despachar para Lisboa a seu próprio irmão, na vã esperança de alcançar a legalização dos factos consummados — providência tanto mais necessária, quanto mais se avolumava a decadência do seu prestigio. Thomás Beckman, o embaixador, voltou preso de Lisboa, para ser julgado no Maranhão, e assim, a largos passos, caminhava a revolução para a completa ruina.

Logo a seguir, colhido pela justiça de Gomes Freire de Andrade, [2] traiçoeira e aleivosamente preso por seu afilhado e protegido, Lásaro de Mello, foi Manuel Beckmann enforcado por inconfidente, a 2 de novembro de 1685.

Fr. Ignácio de Assumpção, *o Padre Ventoso*, foi condemnado á reclusão em seu

(1) Southey, apud R. Pombo, ibidem, pag. 582, nota 3.

(2) Ibidem, pag. 600, nota 1.

próprio convento e o Padre Ignácio da Fonsêca expulso da sua igreja [1].

"E assim acaba a primeira manifestação formal e violenta do espírito da terra contra os processos da Metrópole" — commenta Rocha Pombo. Assim firmava a Metrópole o prestigio da sua autoridade, confiando a Manuel Vaz Nunes que, em companhia de Gomes Freire, vinha devassar o motim, o testemunho inequivoco da régia munificência por estes brasis: uma corrente, doze algemas e doze grilhões, — preciosidades que, ao depois, por carta régia de 25 de janeiro de 1696, se mandava arrecadar e entregar, por têrmo, ao carcereiro,*a fim de se não extraviarem e estarem sempre promptas para as occasiões* [2].

Ao parecer das camaras reunidas de Belém e S. Luís, aboliu Gomes Freire o odioso estanco, sopeando a ambição, as fráudes e as violências dos assentistas. Devolveu-se aos jesuitas a jurisdição sobre as aldêias. Estendeu-se sobre o mísero gentío a sombra protectora do regimento de 21 de dezembro de 1686; e... *continuaram, como dantes, as cacadas no sertão.*

(1) Ibidem, pag. 602, nota 2.
(2) Ibidem, pag. 604.

Afogada em sangue, triumphava virtualmente a revolução. Com apôio e efficaz adjutório do clero brasileiro, estava dado o primeiro passo para a liberdade. A Metrópole hesitava, tergiversando. Caminhava a Colónia para os altos destinos que lhe fadou a Providência Divina.

III

GUERRA DOS MASCATES

Já na Metrópole se começava a entrevêr a inanidade dos seus processos de repressão contra a Colónia, onde o espírito de liberdade se ia accentuando, vibrante e incoercivel. Si no Maranhão vencia o espírito da terra, á custa do sangue de seus filhos, não menos se affirmavam, em Pernambuco, as hostilidades contra o reinól ambicioso e prepotente. Para si a queriam os libertadores da terra, e a Metrópole não ousava reprimir-lhes os surtos de arrogancia, confirmando a deposição do governador Jerónymo de Mendonça Furtado, em 1666.

A' boca larga blasonava a nobreza pernambucana que, si com o próprio esforço se

havia libertado do domínio hollandês, com melhor razão o faria de Portugal [1].

No Senado de Olinda só tinham voto e pelouro os nobres da terra, assegurando-se, por esta fórma, a preeminência da velha capital, guarda vigilante das glórias e tradições da Colónia.

Entretanto, não se conformavam os *mascates* ou portuguêses do Recife com essa exclusão, que lhes deixava o commércio á mercê das represálias da nobreza. Não conseguindo entrada nas camaras de Olinda, esforçaram-se os *mascates* por obter o predicamento de villa para a povoação do Recife, cujos habitantes orçavam já por uns doze mil, e este foi o signal da revolta que, por muitos annos ainda, devia fomentar a antipathia entre as duas populações rivaes.

Máu grado a opposição tenaz do Senado de Olinda, conseguiram os *mascates* que, por carta régia de 19 de novembro de 1703, determinasse D. João V a erecção do novo município, — tarefa delicada para o governador Castro Caldas que, aliás, se houve com singular desazo e imprudência, levantando secretamente o pelourinho, na noite de 3 de março de 1710.

(1) Vasc. Galvão, Hist. de Pern. — Conf. R. Pombo, Hist. do Bras., vol. VI, pag. 609, nota.

Protesta inutilmente a camara de Olinda, cujas hostilidades, sempre mais vivas e violentas, culminam na invasão do Recife pelas forças pernambucanas e destruição do pelourinho a 9 de novembro de 1910 [1].

Incapaz de dominar a situação, foge Castro e Caldas para a Bahia, emquanto Bernardo Vieira de Mello, o mais ardoroso cabecilha da revolução, procura regular a órdem politica propondo, formalmente, *que se erigisse a capitania em repúblicа, com um governo próprio, como o de Hollanda ou Venesa* [2].

Bem que a proposta de Vieira de Mello tivesse por si as simpathias da assembléa, assentou-se, todavia, em contemporizar com a Metrópole, confiando-se o governo ao Bispo Diocesano, D. Manuel Alves da Costa, não saberiamos dizer si como delegado do Soberano, si como representante do povo [3], taes e tão radicaes foram as imposições que se lhe fizeram.

Vinha desde os primeiros dias a interferência do clero na contenda, salientando-se o Cabido, todo o clero secular e as órdens reli-

(1) R. Pombo, ibidem, pag. 614.
(2) R. Pombo, ibidem, pag. 616.
(3) Padre Galanti, Hist. do Bras., vol. III, pag. 149.

giosas, pelo que resolveram os *mascates* não permittir que entrasse *padre algum na villa, por lhes ter mostrado a experiência serem estes os agentes mais perigosos do partido opposto* [1].

Entre os partidários em luta, no grande número de ecclesiásticos cujos nomes se perdem na massa anónyma dos heróes desconhecidos, citamos apenas os seguintes, reportando-nos, em synthese, ás informações do Padre Monte Carmello Luna [2], e do Padre Dias Martins, o exaltado chronista dos mártyres pernambucanos [3].

(1) R. Pombo, ibidem, pag. 625.

(2) Padre L. do Monte Carmello Luna, Mem. hist. e biogr. do clero pernambucano. Edição de 1857. — Prègador da Capella Imperial, sócio do Gab. Port. de Leitura e do Inst. Episc. Relig. do Rio de Janeiro, o Padre Luna é muito mais moderado do que o Padre Dias Martins, cujas informações aproveitou em parte.

(3) O Padré Dias Martins era oratoriano, da Congr. de S. Philipe Nery, mas não se recommenda pelas suas idéas avançadas. A sua obra «Os mártyres pernambucanos», edição de 1853, é dedicada «aos pernambucanos illustres em toda a virtude... na religião escravos e livres na política... virtuosissimos na paz, na guerra, na órdem e anarchia». É quanto basta para se julgar da mentalidade deste religioso que, sem embargo, chegou a superior da congregação.

PADRE ANTONIO DE ABREU — amigo fervoroso, bém que pacífico, dos melhoramentos da sua pátria. Era jesuita do collégio de Olinda, circumstancia que merece especial menção, por se tratar de uma órdem religiosa das mais disciplinadas e submissas ao principio da autoridade, "*casta de homens* — diz o insuspeito chronista — *que jàmais temeram perigos, quando se trata do bem público*".

Por afastar o perigo eminente, que se temia, do inesperado apparecimento da esquadra de Duguay Trouin no porto do Recife, incumbiu-se de uma mensagem do Bispo governador ao almirante francês, em companhia do Deão de Olinda, Cônego Nicolau Paes Sarmento. Aprisionados pelos *mascates*, tiveram ambos de regressar para Olinda. O Padre Abreu foi perseguidó nas devassas geraes, conseguindo, porém, innocentar-se.

PADRE PEDRO FERREIRA BRANDÃO —sacerdote respeitavel e illustrado, bacharel em canones. Identificado com a causa de Olinda, tentou affixar no Recife, por órdem do Bispo, a sentença de excommunhão contra os *mascates*,—missão perigosa em que ia deixando a vida. A 28 de julho de 1812, partiu para Lisboa a pleitear a causa do Bispo e da nobreza de Olinda, contra os *mascates* representados, entre outros, pelo dominicano Fr.

Manuel, pelo carmelita Fr. Vicente e pelos padres recollectos Fr. José Ferrão e Fr. António Castello Branco. Alcançou a demissão do ouvidor Bacalháu, cuja devassa foi um dos maióres flagellos dos pernambucanos.

FREI MANUEL DE SANTA CATHARINA — carmelita professo do convento de Olinda, bom theólogo e prègador de nota, natural de Olinda, ao depois Provisor do Bispado e Bispo de Angola, sagrado em Lisboa, a 14 de julho de 1720, com assistência do seu velho amigo, o Bispo D. Manuel Alves da Costa.

Partidário da nobreza contra os *mascates*, foi o prègador das novenas de Nossa Senhora do O', celebradas pela revolução. Partindo o Bispo para Lisboa, substituiu-o com faculdades de governador. Accusado e perseguido nas devassas geraes, não chegou a ser preso.

PADRE ANTONIO ALVARES DA CUNHA — capellão do Bispo D. Manuel. Enviado ao Recife, para conciliar os *mascates* em rebellião, foi forçado a retroceder para Olinda.

PADRE DOMINGOS DIAS PORTOZELLO — Ao rebentar no Recife a guerra dos *mascates*, declarou-se pela nobreza de Olinda, sendo suspeitado de conspirar contra a vida do governador Castro e Caldas. Retirando-se

para o engenho de Itapirema, salvou a vida ao ouvidor Arouche, que recusára executar o decreto de erecção da villa do Recife. Fugindo para a Parahyba, em companhia do Bispo, também suspeito ao governador, com elle voltou a tomar parte activa no movimento contra os *mascates*. Pelejou, com valentia, na infeliz batalha de Sibiró, contra Camarão e Christóvam Paes, obrigando o general Christóvam de Mendonça Arraes a continuar a peleja, arrojando-o de cima de um barril de pólvora, sobre o qual se assentára o general, para impedir o morticínio aliás inutil.

Ameaçando Camarão atacar o Recife e prender o Bispo, promoveu o Padre Portozello, de parceria com o Padre António Jorge Guerra, a erecção de um batalhão sagrado, para defesa da pessoa do Bispo-governador, do qual fizeram prte cerca de cem ecclesiásticos, com seus respectivos escravos, sob o commando geral do Deão de Olinda, Cônego Nicoláu Paes Sarmento.

PADRE JOSE' DE MEDEIROS FURTADO — sacerdote de illustração e virtudes, pertencente ás mais distinctas famílias da nobreza. Declarando-se contra os *mascates*, promoveu efficazmente o cêrco do Recife, e se offereceu para capellão do presidio da Boa-Vista, onde se orgulhava de ter, sob a sua guarda, a imagem de Santo Amaro dos

Recollectos, padroeiro da revolução. Após a derrota de Sibiró, conseguiu, por sua eloquência, que se organizasse um novo batalhão de mil homens que, em Afogados e Ypojuca, sustentaram o embate de Camarão.

Homiziado nas matas de Taracunhém, organizou de novo a resistencia que, entretanto, já não encontrou a mesma constancia dos seus correligionários. Terminada a lucta armada, constituiu-se defensor dos prisioneiros e refugiados, escrevendo ao Rei, ao duque de Cadaval e outras personagens influentes na côrte, apressando, talvez, a amnistia geral.

PADRE MANUEL LOPES — natural de Goyana, primo e substituto do Padre Antônio Guerra, no presídio da Boa-Vista. Depois da victória de Ypojuca, foi commissionado pelo Bispo para ir á Goyana intimar monitórias a certos ecclesiásticos partidários dos *mascates*. Nessa delicada missão, teve a mágua de ver cahir assassinado um dos seus irmãos e também seu tio, o Padre João Alves da Conceição. Falleceu pouco depois, ralado de amarguras e de profunda melancholia.

PADRE MANUEL RODRIGUES NETO — natural de Olinda, sacerdote de saber e muitas virtudes, intimo de D. Manuel. Commissionado pelo Bispo, foi á Ypojuca, com grande risco de vida, fulminar as penas ecclesiásticas contra Camarão e seus sequa-

zes. De volta á Olinda, occupou-se em exercer a caridade entre os soldados e prisioneiros, sem excluir os próprios inimigos. Por órdem do Prelado e inspiração própria,salvou a vida ao Padre Affonso Brôa, oratoriano, capellão das forças de Camarão, levando-o preso para o aljube, afim de que não fosse lynchado pelo povo. Foi mais tarde cônego da Sé e Vigário Geral do Bispado.

Note-se que *capellão de forças militares,* naquellas circumstancias, queria dizer um combatente graduado, ainda que sem posição official.

FREI CHRISTOVAM DO PILAR — franciscano, pertencente ás melhores famílias de Pernambuco. Na desavença entre os *mascates* e a nobreza, a principio se conservou neutro, no seu convento de Olinda. Ou porque o exaltasse o espectáculo da continuada rixa, ou porque fosse victima de alguma perturbação mental, determinou-se a assassinar o governador. Emboscando-se á beira do rio que, do varadouro de Olinda, corre para o Recife, alvejou o objecto da sua insania. Errando o tiro, feriu apenas o canoeiro, desapparecendo em seguida, sem mais dar noticias de si.

CONEGO NICOLAU PAES SARMENTO — laureado em canones pela Universidade de Coimbra, Provisor, Vigário Geral e Visitador do Bispado, Deão da Sé de Olinda, co-

ronel do batalhão da guarda do Bispo-governador, ao qual se incorporaram cem ecclesiásticos, cujos nomes nos são desconhecidos. Intimo e conselheiro do Bispo, foi orador fogoso,*flagello infatigavel de mascates e euro peus*, autor das "Memórias da guerra dos mascates".

A mandado do Bispo e com risco de vida, foi ao Recife, com o Padre Portozello, comminar as penas ecclesiásticas contra os *mascates*. Diz uma tradição recolhida pelo Padre Dias Martins que, em todo o restante da sua vida, se levantava de madrugada, accendia duas velas e, do alto da collina de Olinda, amaldiçoava os mascates e a villa do Recife.

Deixou, finalmente, as dignidades ecclesiásticas e recolheu-se ao convento dos carmelitas, sob o nome de Frei Nicoláu de Jesus Maria e José. Falleceu em 1734, após dez annos de vida religiosa.

PADRE FERNANDO SOBRAL — natural de Olinda, capellão do terço do mestre de campo Christóvam de Mendonça Arraes. Ao avizinhar-se de Sibiró, pretendendo o general fazer alto, á espera de soccorros, o Padre Sobral inflamma os combatentes e conduz o exército ao campo de batalha. Sem embargo, perdeu-se a victória, ignorando-se o paradeiro do Padre, de quem nunca mais houve noticia.

PADRE JOSE' MAURICIO WANDERLEY — natural de Serinhaên, capellão do terço de Christóvam de Mendonça Arraes, bém como das forças enviadas do Recife, sob o commando dos coroneis Duarte Albuquerque da Silva e Manuel Garcia de Moura. Teve grande parte nas campanhas de Sibiró e Ypojuca.

Pretendendo embarcar para Lisboa a defender os implicados na revolução, foi preso á órdem do Vigario Geral, Frei Manuel de Santa Ctharina, e requisição do governador, Félix José Machado. Conduzido pelos officiaes da justiça de Serinhaên, entre trinta soldados armados, para a cadêia de Olinda, e logo depois para as enxovias do Recife, foi deshumanamente maltratado pelo sargento António de Amorim, que chegou a pôr-lhe uma faca ao peito. Tres mêses depois foi indultado e restituido á liberdade.

PADRE APOLINARIO MOREIRA DE VASCONCELLOS — pernambucano, vigário da freguezia de N. S. da Luz, companheiro do Padre João de Medeiros Furtado, na pacificação de S. Lourenço da Mata. Foi capellão ou combatente do terço de Christóvam de Mendonça, na mallograda batalha de Sibiró.

PADRE PAULO CARNEIRO — pernambucano, jesuita, reitor do collégio de N. S. da Graça, depois Seminário Episcopal, quando

foi este cercado pelos *mascates*, que infligiram aos padres e estudantes maus tractos e vexames de toda sorte.

PADRE ANTONIO GONÇALVES LEITÃO — natural do Recife, sacerdote de illustração e variados conhecimentos. E' o primeiro historiador ou chronista da *guerra dos mascates*, defensor do Bispo e da nobreza de Olinda.

Entre os partidários do Recife, e dos mascates, destacam-se os oratorianos de S. Philipe Néry e, entre elles, os Padres Cypriano da Silva, José Ferrão, Affonso Brôa e João da Costa, todos portuguêses. O Padre Brôa foi um dos combatentes contra a nobreza de Olinda. O Padre João da Costa auxiliou efficazmente ao sargento-mór, João de Macedo Côrte Real, na construcção das fortalezas. O Padre Cypriano era prefeito da Congregação e autor, ao que se diz, da "Narrativa histórica das calamidades de Pernambuco, succedidas desde o anno de 1707 até o de 1715", publicada no tomo LIII da Rev. do Inst. Hist. Bras. [1].

Tal foi, nestes primeiros surtos de liberdade nacional, a contribuição do clero que,

(1) Conr. Dr. Wanderley e Araújo, Rev. do Inst. Hist. Bras., t. esp., parte prim., pag. 655.

ainda não contaminado pelas doutrinas que proliferaram na revolução de 1817, mas sem formação ecclesiástica intelligente e segura, agia por conta própria, ao sabor da inspiração patriótica.

Erravam esses padres, descendo a luctas de ódio e de sangue. Fôra melhór que, ensinando e doutrinando, preparassem essa *nobreza de pés descalços*, inerte no orgulho estéril da sua prosápia, para enfrentar aos aventureiros que, pelo trabalho assíduo e perseverante, lhes iam sugando a riqueza do país abandonado e inculto. Fôra melhór, de certo; mas os tempos não comportavam ainda tanta larguesa de vistas, e o clero, mais do que nenhuma outra classe, sem excluir a militar, ia violentamente implantando, em terreno áspero e bravio, o gérmen de uma civilização que, só mais tarde, surdiria pacífica e pujante, na consciência da sua força e valimento.

Norteado embora pela generosidade de um patriotismo selvagem até, não lhe negue-mos o applauso da nossa gratidão e sympathia, que, desopprimida a pátria de uma dominação humilhante e absorvente, será elle, um dia, a mais forte barreira contra as mesmas doutrinas que o descaminharam a elle nas luctas políticas e civís. Sem o clero colonial, com todos os seus erros e desmandos,

gemeria talvez o Brasil, por longo tempo ainda, sob o jugo da Metrópole e sob o guante de Pombal.

Curiosa e interessante a figura do Bispo em toda esta bernarda nacionalista. Homem prudente e profundamente piedoso, favoravel á causa de Olinda, bem que fosse português de nascimento, desde logo comprehendeu o Prelado que mal lhe iria o báculo pastoral com o bastão de revolucionário. Esforçando-se, inutilmente, por acalmar os mais exaltados, renunciou a parte do governo que entendia com o ruído das armas, pretendendo conter os rebeldes á força de excommunhões e penas ecclesiásticas.

Não chegando a conciliar os animos, sempre mais incendidos, em lucta não tanto de interesses como de brios offendidos, só á custa de continuas abdicações conseguiu salvar o principio da autoridade. Ainda assim, foi elle o centro único que, em periodo tão desordenado, susteve, quanto possivel, os desmandos da anarchia triumphante, não trepidando em castigar os ecclesiásticos que ousaram tomar armas por um ou por outro partido, e especialmente o Padre Brôa, feito prisioneiro na batalha de Ypojuca [1].

(1) Padre Galanti, ibidem, — O Padre Brôa era português, da Congr. do Oratório.

Entretanto, chegava o novo governador, Félix José Machado, a 6 de outubro de 1711, o qual, alliviando o Prelado das torturas de um governo tão accidentado, nem por isso conseguiu restituir á capitania paz completa e duradoura.

O Bispo, por órdem régia ou por imposição do governador, foi deportado para o Ceará, donde, em julho de 1714, voltou para Olinda, que o recebu com festas e demonstrações de regosijo. Nessa occasião quís elle hospedar-se com os Recollectos da Madre de Deus que, sendo portuguêses, pretenderam absolver *os mascates* das penas ecclesiásticas impostas pelo Prelado. Sem embargo da paciência e humildade de que deu provas, entre os Recollectos, negaram-se estes a dar-lhe um attestado de bom comportamento quando, em 1715, foi chamado á Lisboa. Restituida a paz, sob o governo de D. Lourenço de Almeida, foi D. Manuel Alves da Costa transferido para o Bispado de Angra, na Ilha Terceira, onde falleceu [1].

Alcançára o Recife o ambicionado predicamento e foral de villa, mas Olinda continuava a afirmar o seu espirito de independência, persistindo, por muito tempo ainda, as rivalidades entre *marinheiros* e pernambucanos.

(1) Ibidem, pag. 169.

IV

GUERRA DOS EMBOABAS

Nem só no litoral, onde, a coberto da Metrópole, medravam os forasteiros, se ia acrisolando o sentimento de que havia de sahir o Brasil unido e independente. Também nos ínvios sertões das Minas Geraes se revoltava o paulista, audaz e insoffrido, contra a prepotência dos *emboabas*, ou fossem elles simplesmente reinóes, ou fossem filhos de outras capitanias de mãos dadas com os aventureiros.

Tangidos pela esperança de rápida fortuna, sem governo próprio, *sem regime de lei nem de razão*, levavam os aventureiros vida solta e licenciosa, só cuidosos de crescer em abastança, sem attenção á liceidade dos meios.

Defendendo a terra e as minas opulentas que, por direito de descoberta, reputavam patrimônio seu sagrado e intangivel [1], mal soffriam os paulistas a competência de extranhos, até que se lhes deparasse azada opportunidade de *reclamar pela força o que pela força lhes era recusado.*

Neste meio e nestas circumstancias, medrando na liberdade de costumes, a que fôra condemnada toda a capitania pelo desgoverno de Mascarenhas de Lencastre, surge a figura de um religioso insuflando a discórdia, encabeçando a revolta, orientando-lhe os movimentos.

Frei Francisco de Menezes, religioso português da órdem da S. S. Trindade, caudilho audacioso e traficante sem escrúpulos, não vem á collação porque o mereçam as suas qualidades de apósttata [2], profundamente divorciado do espírito de pobreza e mansidão. O irrequieto trinitário que, em 1711, iremos encontrar combatendo os franceses, na inva-

(1) A carta régia de 10 de março de 1694 abonava aos descobridores, além de outras regalias, a propriedade das minas de ouro e prata.

(2) Emprega-se o termo *apóstata,* no sentido restricto de *egresso da órdem,* sem licenças regulares e canônicas.

são do Rio de Janeiro [1], não illuminou, de certo, a história das Minas com o brilho das suas virtudes sacerdotaes, mas foi um bravo, tão áspero e tão agreste, quanto o altivo paulista que, a golpes de violência, ia desbravando a terra para as doçuras de uma civilização futura.

Onde a justiça era o bastão do pontentado que, em circulo traçado na areia, immobilizava o delinquente, sob pena de morte inevitavel e immediata [2], não era de extranhar que se offuscasse também o ouro do santuário. Todavia, o prestigio de que tão mal se serviu o esforçado e famoso trinitário, em favor das suas ambições pessoaes, pertence á Igreja, della proveiu e para ella, tão sómente, deve retornar.

Um incidente, por aquelle tempo e naquelles sertões, verdadeiramente trivial, foi a scentelha de que nasceu, temerosa e empolgante, a guerra denominada dos *emboabas*. A' porta da igreja matriz, á hora costumada da missa parochial, extremaram-se em palavras, mais ou menos pesadas, Jerónymo Peixoto de Barros e Manuel Nunes Vianna, —

(1) Padre Galanti, Hist. do Bras., vol. III, pag. 192.

(2) Padre Manuel da Fonseca, Vida do Padre Belchiór de Pontes.

o primeiro, paulista de alta linhagem, imperioso na consciência do seu valor e poderio; o segundo, aventureiro português, homem de poucas ou nenhumas letras, mas intelligente e astuto, cabecilha igualmente respeitado e poderoso [1].

Accesa a discórdia e inflammados os animos bellicosos daquella gente inculta, estava em campo a liberdade da terra contra o dominio forasteiro.

O assassinio de José Pardo, aggravando o incidente do Largo da Matriz, acabou por desenganar os mais pacificos e conciliadores, tratando cada grupo de se armar e precaver, ante os boatos atterradores que prediziam o exterminio dos forasteiros.

Proclamado dictador, estabeleceu-se Nunes Vianna no arraial do Cahetê, tomando por secretário a Frei Simão de S. Teresa, carmelita instruido e estimado, fundador da primeira capella do arraial agora transformado em estado maiór dos forasteiros dispostos á vindicta. Assim conciliava Nunes Vianna o animo dos bahianos, pouco inclinados á sua causa, e dava satisfação ao clero que, no districto, era a classe mais temerosa para as suas aspirações [2].

(1) R. Pombo, Hist. do Bras., vol. VI, pag. 634, § 1.

(2) Ibidem, pag. 640, § IV, nota.

De seu lado, entrincheiravam-se os paulistas no arraial de Sabará, donde, repellidos pela violência do ataque, se passaram para a Cachoeira do Campo e Ribeirão do Carmo, ponto estratégico de primeira ordem que, entretanto, não lhes deveria garantir o ambicionado desforço.

Já a esse tempo, tinha o commando de umas das brigadas do dictador, Frei Francisco de Menezes, o frade incomparavel, no dizer do Dr. Diogo de Vasconcellos [1], na verdade o gênio máu dos paulistas votados ao exterminio.

Feroz e persistente, como em circo de féras indommaveis, travou-se ahi a peleja, corpo a corpo, braço a braço, *bárbara, sangrenta, medieval,* topando o mosquete do forasteiro a arma branca do paulista, vibrada com músculos de ferro endurecidos pela ráiva, ainda mais que pelas intempéries do sertão. Duas vezes ferido, retira-se Nunes Vianna, passando o commando geral a Frei Francisco de Menezes, que vai salvar a situação devéras periclitante e melindrosa.

Na calada da noite, povoada de assombrosos mystérios, de pios agoureiros, de phantasmas e duendes atterradores; nessa hora funesta, em que o indio, estarrecido no seu

(1) Hist. de Minas, pag. 229.

tugúrio, se deixa trucidar, acovardado e impotente; nesse instante em que o valente e arrojado mameluco se retrai, por amor dos gênios maus a vagarem na floresta; quando a sêde e a fóme, a dôr e o cansaço, o ódio e a vergonha, impunham aos combatentes repouso restaurador,—astuto e maligno, mas valente e terrivel, surge o trinitário, á frente dos portuguéses disfarçados, levando de tropel os paulistas incapazes de defender-se na violência e confusão do rebate.

Ao raiar da madrugada, entravam no campo os forasteiros victoriosos; mas o paulista não pedira tréguas ao inimigo astuto e desleal. Jerónymo Pedroso fôra trahido pela superstição do índio e do mameluco, habilmente explorada pela astúcia de Frei Francisco, mas a honra do bandeirante salvára-se intacta no calor e energia da repulsa.

Terminada a refrega, contra o voto expresso de Frei Francisco e do próprio Vianna, propunha-se o sargento-mór, Bento do Amaral Coutinho, o futuro bandido do Capão da Traição, a exterminar os prisioneiros da Cachoeira do Campo. E assim vingará a Historia imparcial a memória desse frade trinitário, que, si a terra era tão ingrata que o fizera esquecer a mansidão sacerdotal, proliferava bastante na maldade, para gerar esse

caracter monstruoso, que se chamou Bento do Amaral Coutinho.

No entretanto, entrava a desordem no campo do dictador victorioso, diminuindo-lhe o prestigio abalado já pela defecção de Bento Coutinho e de outros officiaes descontentes e ambiciosos. Nessa emergência, decisiva para a sorte da revolução, ainda uma vez intervém a consummada habilidade do trinitário, seguido de Frei Firmo, seu companheiro de negociatas e monopólios, e de Frei Simão de Santa Teresa, para resguardar a autoridade periclitante do dictador, e o fizeram de modo insólito e verdadeiramente original.

Convocado o povo e todo o exército para uma missa solenne e campal, foi Nunes Vianna ungido e sagrado como um rei, recebendo ali mesmo, aos pés do altar e das mãos de Frei Francisco de Menezes, as insignias da sua nova investidura. A seguir, prestaram-lhe as tropas e o povo o costumado juramento de fidelidade, promettendo o dictador, tal como em tempos que não vão longe, respeitar o direito, defender a justiça e só entregar o poder aos legítimos representantes de El-Rey, Nosso Senhor [1].

Ridícula por não autorizada, póde-se imaginar o effeito dessa ceremônia religiosa,

(1) R. Pombo, ibidem, pag. 648, § VIII.

facto singular na história americana, a imprimir-lhe a feição romanesca dos tempos medievaes. Para logo se reconciliaram os caudilhos dissidentes, entrando o dictador em Ouro Preto, acclamado e festejado pelos reinóes em grande maioria.

De então por deante, pouco interessa ao nosso plano o mallogrado movimento nativista das *montanhas alterosas*. Trahidos e trucidados no Capão da Traição, onde a alma vulturina e sinistra de Bento Coutinho se apascentára no exterminio de inermes prisioneiros, abandonaram os paulistas a terra que haviam descoberto e largamente povoado. Mas o sangue do bandeirante, empapando a terra já saturada dos seus suores, ahi ficava a fertilizar a semente da liberdade que, na Inconfidência Mineira, iria desabrochar em mais uma flôr de mártyrio e soffrimento.

Enviado á Lisboa, como a dar conta de uma funcção legitima e patriótica, alcançou Frei Francisco de Menezes indulto geral para emboabas e paulistas, mas não conseguiu licença de permanecer nas Minas, onde a sua presença seria, porventura, a semente de novas e mais profundas discórdias [1]. Ao seu

(1) A permanência de religiosos no districto das Minas, era aliás prohibida por actos repetidos da Metrópole. Insulados, sem disciplina regular, priva-

nome, além de Frei Firmo, trinitário como elle e seu digno comparsa, além do carmelita, Frei Simão de S. Teresa, juntam as chrónicas o de Frei Miguel Ribeiro, também carmelita, homem intelligente e digno, emissário dos forasteiros ao novo governador, Antonio de Albuquerque, a quem não pareceram dscabidos os prudentes conselhos do religioso, e, finalmente, o do Padre Simão de Oliveira, enviado por Albuquerque ao arraial do Cahetê, na esperança de chamar á razão os bellicosos forasteiros.

Frei Francisco de Menezes não é, de certo, figura idolatrada pelos paulistas, mas a Metrópole... a Metrópole deve-lhe uma estátua.

dos da vigilância e dos conselhos dos superiores, esses religiosos foram ali geralmente nocivos.

V.

A INCONFIDENCIA MINEIRA

Cada vez mais nítido, sempre mais consciente e ponderado, já não era o pensamento da independência nacional simples revolta contra a oppressão, mas ideal a que não faltariam enthusiastas e a consagração do martyrio.

Ali, nas Minas bulhentas e afanosas, nunca andaram os animos tão dóceis e submissos, que não sobrelevasse a voz do garimpeiro o brado imperioso dos governadores e magistrados. Era a alma do povo, que despertava para a reivindicação consciente dos seus direitos; mas nem a Metrópole lhe ouvia os gemidos, nem os poderiam abafar o medo e a violência.

A revolta de Pitanguy, em 1720, encabeçada pelo taubateano Domingos Rodrigues do Prado, e o levante de Villa-Rica saqueada e arrazada pelos sediciosos e pelo próprio conde de Assumar [1], não modificariam a politica colonial, tranquillizada em seus temores pelo estrangulamento do infeliz Philipe dos Santos [2].

Entretanto, o gérmen da liberdade ia despontando, virente e pujante, por entre a coivara do despotismo, incapaz de lhe impedir os surtos para o alto e para a luz. Já na própria Universidade de Coimbra, ali no coração da Metrópole, entre estudantes brasileiros, medravam, com as saudades da pátria, esperanças não de todo fallazes, bem que um tanto tímidas e remotas. Paris e Montpellier ouviam os desabafos de José Joaquim da Máia e de seus condiscípulos, saturados das doutrinas do Padre Reynal, e si a conferência de Nimes não lhes assegurou o apôio da jovem república americana, garantiu-lhes, pelo menos, as sympathias de Thomás Jefferson.

Então era a independência apenas um sonho — sonho de poetas e jovens inexperientes; mas era também um ideal bafejado pelas

(1) Padre Galanti, Hist. do Bras., vol. III, pag. 198, § 124.
(2) Ibidem.

auras da pátria, e tanto bastava para que, entre o clero, encontrasse apaixonados e conniventes.

A quem coubesse a primazia desse sonho attribulado, que foi a Inconfidência Mineira, mal o poderiamos hoje rastrear [1]. Si o primeiro núcleo de idealistas da liberdade formaram-no os três grandes poetas da Arcádia Ultramarina [2], não falta quem attribua o primeiro passo, nessa ascenção gloriosa da nacionalidade brasileira, ao Cônego Luís Vieira da Silva.

De facto: em offício de 11 de junho de 1789, informava o visconde de Barbacena [3]: "Quanto ao tempo em que principiou a tratar-se esta grande maldade, não se sabe ainda coisa certa. O coronel Francisco António de Oliveira conta, por ter ouvido ao vigário [4], *que havia oito annos que o Cônego Luís lhe deitava as linhas...*" Como quer que seja, o Cônego Luís Vieira da Silva e o Padre Miguel Eugênio da Silva Mascarenhas foram dos mais frequentes ás famosas palestras de Villa

(1) R. Pombo, ibidem, vol. VI, pag. 683, § III.
(2) Claudio Manuel da Costa. Thomás António Gonsaga e Ignácio de Alvarenga Peixoto.
(3) R. Pombo, ibidem, pag. 683, § IV, nota 3.
(4) Ibidem.

Rica, que tanto tinham de literárias quanto de politicas.

Ao cenáculo dos poetas conspiradores, onde logo se enquadra a figura quasi religiosa de *Tiradentes*, vieram trazer o concurso do seu enthusiasmo o Padre Carlos Corrêa de Toledo Mello, vigário de S. José d'El-Rey, taubateano como seu irmão o sargento-mór Luís Vaz de Toledo Pisa, o Conego Manuel Rodrigues da Costa, os Padres José da Silva de Oliveira Rolim, José Lopes de Oliveira, e ainda os Padres Francisco Vidal Barbosa e Mathias Alves de Oliveira, membros de outro cenáculo de poetas da comarca do Rio das Mortes, presidido por Sylvestre Dias da Silva, geralmente conhecido por Padre Sylvestre, de Paraopeba [1].

Outro sacerdote, em circumstancia que merece ser lembrada, figura na conjuração, ao lado de Tiradentes, que, diga-se de passagem, também tinha dois irmãos consagrados ao sacerdócio [2].

Quando, já vigiado pelos mastins da Metrópole, sentiu Silva Xaviér que, por não

(1) Ibidem, pag. 648, § III, nota 3 e pag. 686, § IV.

(2) Ibidem, pag. 686, n. 3. Não conseguimos saber os nomes desses padres, irmãos de Tiradentes.

comprometer amigos e, talvez, o ideal tão longamente acariciado, lhe era forçoso buscar abrigo e segurança, foi o Padre Ignácio Nogueira que, a pedido de sua tia, D. Ignácia Gertrudes de Almeida, lhe deu homizio e agasalho na casa do velho paulista Domingos Fernandes da Cruz, à rua dos Latoeiros, hoje de Gonçalves Dias [1]. Denunciado e trahido por Joaquim Sylvério, foi o Padre Nogueira, constrangido a confessar o esconderijo do infeliz alferes [2].

Chegam a nove os padres da Inconfidência, na opinião de Rocha Pombo *enthusiastas quasi da estofa do Tiradentes* [3], e, dentre elles, nada menos de cinco houveram de gemer, em duro cárcere, a culpa que os nobilita como sonhadores da liberdade.

Sem embargo de clemência de D. Maria I, posteriormente attestada pelo Cônego Manuel Rodrigues da Costa [4] foram os padres remettidos para Lisboa e, ao que parece, sem nenhuma fórma de processo, encarcerados na fortaleza de S. Julião da Barra, transferidos mais tarde para diversos conventos, com pou-

(1) Ibidem, pag. 711, n. 1.
(2) Ibidem, pag. 713, n. 1.
(3) Ibidem, pag. 732, n. 1.
(4) Ibidem.

ca ou nenhuma melhoria, em tanta desventura [1].

Era o Padre Luís Vieira da Silva cônego da Sé de Marianna, orador notavel e de vasta erudição. A sua livraria foi o que de mais pêso se encontrou entre os bens sequestrados aos inconfidentes. Rica e variada, essa bibliotheca, em pleno sertão mineiro, documenta a mentalidade de uma época e, ainda hoje, não seria desdenhavel aos mais estudiosos [2].

O Padre Rolim, que contribuiria para a revolução com *duzentos pés rapados armados de foice e espingardas*, acossado pelos esbirros do visconde de Barbacena, andou por muitos mêses foragido, auxiliado de alguns

(1) Dizem que nesses conventos, naturalmente por órdem e instruções do governo, foram infligidos aos padres inconfidentes maus tratos e vexames diversos.

(2) A livraria do Cônego Vieira da Silva, cujos bens não excediam a 900$320 réis, foi avaliada em 682$020 réis. A lista vem, publicada pelo Barão Homem de Mello, na Rev. do Inst. Hist. Bras., vol. LXIV, parte primeira, página 153. A este propósito escreve R. Pombo (Hist. do Bras., vol. VI, pag. 446): «Obter um livro, importar publicações e expô-las á venda, eram *casos de Estado,* que se não resolviam sinão com grandes fadigas, longo tempo e esforço, pois a polícia não consentia em nada disso, sinão depois de minuciosas e amofinantes formalidades de inspecção».

amigos e escravos. Por fim, abandonado e exhausto, deixou-se prender, vindo a morrer em Lisboa, quando se apercebia para a volta, após onze annos e meio de penoso e duro cárcere [1]. Intelligente e abastado, era uma das maiôres influências da capitania [2].

O Padre Lopes de Oliveira foi o primeiro a tombar, vencido pela adversidade que o atirára ás masmorras de São Julião. Ahi falleceu, ralado de angústias e soffrimentos, após quatro annos de cárcere.

O Padre Carlos Corrêa de Toledo e Mello, irmão do Bispo de Angola, D. António de Santa Ursula Rodovalho, paulista e taubateano, que ainda neste recinto [3] tem collateraes não muito remotos [4], o ardoroso vigário de S. José d'El-Rey, a quem coube a ingenuidade de attrahir para a Inconfidência o traidor Joaquim Sylvério, o propagandista indefêsso com quem contava o cenáculo de Villa-Rica para a reducção dos povos de S. José, Cahetê e da capitania de S. Paulo, além de cem homens que tinha promptos para *o dia do bapti-*

(1) R. Pombo, Ibidem, pag. 716, n. 2.

(2) Viriato Corrêa, art. do «Correio da Manhã», edição de 25 de outubro de 1920.

(3) No Inst. Hist. de S. Paulo.

(4) O senador Toledo Pisa e o próprio escriptor destas linhas.

sado [1], teve por collaboradores seu irmão, o sargento-mór Luís Vaz de Toledo Pisa e, ao que parece, também seu sobrinho, Claro José da Motta, residente em Taubaté, contra quem se expediu mandado de prisão [2].

Purgou a culpa com onze annos e meio de prisão e... completo esquecimento dos próprios conterraneos. Eu teria o atrevimento de pedir, para os vultos paulistas da Inconfidência Mineira, uma memória ao menos do Instituto Histórico de S. Paulo, si não me occorresse que, em sua terra natal, não teve ainda o Padre Carlos a consagração vulgar e trivialissima de uma simples placa de metal, em canto de viella escusa e ignorada. Seja embora. Si a Pátria, ingrata e deslembrada, esquece por vezes aos filhos que tiveram a feia nódoa de a servir e bem-querer, a História, será sempre fiel aos que lhe roçaram, si-quér, as páginas impereciveis.

O Padre Manuel Rodrigues da Costa alcançou livramento ao cabo de dez annos. "Occupado vivamente no augmento e prosperidade da sua pátria — copiamos fielmente a nota de Rocha Pombo — examinou em Lisboa as fábricas, para as introduzir no Brasil; conseguiu trazer comsigo um fabricante de

(1) Era a senha combinada para o levante geral.
(2) R. Pombo, ibidem,

pannos e um vinhateiro; estabeleceu uma fábrica daquelles, e plantação de oliveiras e vinhas; as suas pequenas forças, e circumstancias do tempo, e o nenhum auxílio do governo a tão louvaveis empresas, as fizeram abortar; offereceu ao conde de Linhares planos sobre melhoramentos de estradas, povoações de sertões e navegação de rios. Com o regresso do sr. D. João VI a Portugal, unido ao visconde de Cahetê, foi um dos ardentes promotores da nossa independência em Minas Geraes, pela qual foi eleito deputado para a assembléa geral constituinte, e para a legislatura de 1826, de que requereu e obteve dispensa da Camara, em razão das suas molés-tias e idade avançada. As suas virtudes e qualidades lhe mereceram sempre o maiór apreço e estima do sr. D. Pedro I, o qual por alguns dias se demorou com a imperatriz na sua fazenda do Registo, na última viagem a Minas Geraes, condecorando-o, com as ordens de Christo e do Cruzeiro e a dignidade de cônego honorário da capella imperial [1].

E assim, nimbado pela auréola dos confessores da liberdade, trinta e quatro annos mais tarde, voltava á Cadeia-Velha o prisioneiro da Inconfidência, a legislar para a pátria livre e independente.

(1) Ibidem, pag. 723, n. 1.

Taes foram os padres da Inconfidência. Razão, portanto, assistia a insuspeito publicista para avançar, afoitamente, que *talvez* não haja outro país que tenha, como o Brasil, *a vida tão estreitamente ligada ás batinas e aos buréis... A formação da nossa nacionalidade começa á sombra das virtudes christãs do padre... pedreiro dos primeiros fundamentos da vida nacional... Dahi por deante, a acção do padre e do frade, em terras brasileiras, é immorredoura... No Brasil, a influência do clero foi sempre e sempre progressista* [1].

Valha-nos, ao menos, este testemunho que, commovidos, registamos.

Executado o Tiradentes, extranhou-se, com amargura ou com malícia, que, a convite do Senado, pontificasse em acção de graças o Bispo D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castello Branco, o primeiro brasileiro que teve assento no sólio fluminense [2]. Igual reparo mereceu o discurso pronunciado do alto do cadafalso, por Fr. José de Jesus Maria do Desterro, guardião do convento de Santo António, cujo excesso de zêlo não passou, aliás, despercebido do próprio Fr. Ray-

(1) Viriato Corrêa, ibidem.

(2) J. Norberto. Conf. R. Pombo, ibidem, pag. 741, n. 4.

mundo de Penaforte, autor dos *Ultimos momentos dos inconfidentes* [1].

Essas e outras demonstrações de regosijo, galas e luminárias, flôres e pompas tão descabidas e deshumanas — depõe o Padre Manuel Rodrigues da Costa, certamente bem insuspeito — foram extorquidas pela prepotência dos governantes, cujo desagrado poderia dar em consequência, a quem nelle incorresse, uma sorte igual á do infeliz patriota mineiro [2]. Naquella atmosphera de medo e de pavor que, dias antes, havia quasi despovoado a cidade, sob o guante inclemente da tyrannia reinante, quem teria calma para resalvar o princípio da autoridade e profligar os desmandos da prepotência triumphante? Os factos históricos hão de ser julgados no próprio meio em que se realizaram, e não ao critério de civilizações mais apuradas.

Em circumstancia não muito diversa, quando tombavam os mártyres da revolução pernambucana, pondera Rocha Pombo que "*a prudência de todos e o instincto da salvação impunham o dever de rugir em cóleras sagradas contra o crime nefando e, aos brasileiros, particularmente, impunha-se a neces-*

(1) R. Pombo, ibidem, pag. 749, n. 1.
(2) Ibidem.

sidade de exagerar, quanto possivel, os seus fervores pela realeza [1]."

Não cabe á Igreja a responsabilidade de taes excessos, que essas zumbáias ao poder, em face da autoridade espiritual, eram fructo do regalismo dominante, e o regalismo... nunca teve as bençams da Igreja.

(1) Ibidem, vol. VII, pag. 386.

IV

A REVOLUÇÃO DE PERNAMBUCO

"A revolução de 1817 — observa Oliveira Lima — póde quasi dizer-se que foi uma *revolução de padres;* pelo menos, constituiram elles *o melhór elemento*, o que mais provas deu de *sinceridade, de isempção e devotamento*, onde se recrutaram, com poucas excepções, os seus *dirigentes*. A lista dos que participaram do movimento e soffreram pelas idéas que tinham feito suas... abrange, no avultado número, cônegos e governadores do Bispado, vigários e coadjutores, regulares e seculares, dos quaes dois se suicidaram, quatro foram suppliciados e

muitos condemnados á pena de prisão na Bahia [1]."

Só entre os prisioneiros enviados a julgamento, podemos contar cincoenta e sete sacerdotes [2], e esses tão extremados na defesa e propaganda do seu ideal de independência, que o governador do Bispado e primeira dignidade do Cabido, o Deão Bernardo Luís Ferreira Portugal [3], não hesitou em publicar uma pastoral sustentando *que a*

(1) Oliv. Lima, Comm. á Hist. da Rev. de Pern. por Mons. M. Tavares, not. bibliog. e docum. pag. 41. — «Foi o clero a classe em que mais adherentes e partidários conseguiram fazer, no Brasil, as novas idéas». Barão de Studart, apud Jon. Serrano, Rev. do Inst. Hist., t. esp., parte prim., pag. 520, n. 27. — Suicidaram-se os Padres João Ribeiro e Albuquerque Lins. Foram suppliciados os Padres Roma, Miguelinho, Tenório e Pereira de Albuquerque.

(2) Relação do Archivo Público da Bahia. Conf. Oliv. Lima, ibidem, in fine.

(3) O Deão a quem se atribue a pastoral revolucionária, segundo o Padre Dias Martins destinada *a desabusar as almas escrupulosas*, era o Conego Bernardo Luís Ferreira Portugal. Parece, pois, que Oliveira Lima se enganou, quando lhe deu por autor o Cônego Manuel Vieira de Lemos que, com o Cônego Francisco Mariz, compunha o triumvirato governador da Diocese, em séde vacante. Estes dois últimos subscreveram a pastoral, porém constrangidos e de má vontade. Vide Oliv. Lima, ibid., pag. 41. — Padre Dias Martins, ibid., pag. 577.

revolução não era contrária ao Evangelho [1].

"Padres assim políticos — observa ainda Oliveira Lima — não podiam ser sacerdotes de vida canonicamente exemplar [2]." A observação do illustre diplomata e profundo historiador casa, perfeitamente, com as ponderações que aqui fizemos, ao iniciar este trabalho. O meio político e intellectual em que viveram e se agitaram, derrancou-lhes, a muitos, o espirito ecclesiástico, sem arrefecer-lhes comtudo o ardor patriótico [3].

(1) Oliv. Lima, ibidem.
(2) Ibidem, pag. 42.
(3) Todos ou quasi todos esses padres eram membros das lojas secretas, onde, sob a denominação de *academias* ou *areópagos,* se cultivavam as idéas liberaes. Tem-se dicto que essas lojas maçônicas eram simplesmente *nacionalistas,* como ao depois pretenderam e pretendem ellas passar por exclusivamente philantrópicas. Como quer que seja, é certo que, á sombra do mystério que as envolvia, se desenvolveram doutrinas absolutamente contrárias á orthodoxia cathólica que, a seu tempo, se encontraram em campo aberto contra a Igreja. O espirito de tolerância que, então como ainda hoje, apregoavam os adeptos dos *mystérios democráticos,* bem lhes serviu para illudir incautos e até sacerdotes, illustres talvez em sciências profanas, mas ignorantes das sciências ecclesiásticas, pouco ou nada cultivadas em um país que não possuia seminários regulares e bem dirigidos. Os poucos que, em Portugal, iam beber as sciências ecclesiásticas, voltavam ainda mais contaminados.

Como quer que seja, é certo que a intervenção do clero na revolução pernambucana, em alguns pontos pelo menos, "concorreu para se evitarem os desforços sanguinários e mais violências das tropas de negros e mestiços commandadas pelos senhores de terras e seus aggregados [1]."

O erudito commentador de Mons. Muniz Tavares reconhece, implicitamente, que há, para o sacerdote, *outro gênero de vida canonicamente exemplar*, muito diverso do que lhe foi inspirado nas reuniões secretas, donde sahiram os revolucionários [2].

Attrahindo-o para os seus *conventículos e areópagos*, o livre pensamento foi de incontestavel habilidade, pois era esse o meio mais prompto e efficaz para corromper *o sal da terra*. Gloria-se elle de certas amizades

(1) Conf. dr. Carneiro da Cunha, Rev. do Inst. Hist. Bras., t. esp., p. prim., pag. 598.

(2) Ã inconveniências do meio intellectual, aliás estreito e acanhado, que frequentava o clero nacional, accrescentem-se as difficuldades que, á disciplina ecclesiástica, oppunham as distâncias, sem contar a licença de costumes que, nas agruras do meio quasi selvagem, tanto preponderava nas classes abastadas, quanto nas mais pobres e humildes. A virtude sacerdotal, então mais do que nunca, só se poderia manter em lucta desesperada e indefessa contra a corrente geral das idéas e dos costumes.

ecclesiásticas, e nós lhe deixamos, sem grande difficuldade, a honra e o proveito de tal companhia; mas o padre patriota, descontadas as demazias que o deturpam, é filho da Igreja e da sua doutrina de fraternidade universal. Prova-o esse mesmo clero nacional de todas as Dioceses brasileiras, inclusive o de Pernambuco, que, sem embargo da orthodoxia que lhe engrinalda a fronte purificada do contágio liberal, em nada desmereceu dos seus ardores patrióticos [1].

Demais, muito tempo antes que Oliveira Lima nos viesse lembrar que a república pernambucana, organizada por livres pensadores, *se manteve religiosa e até beata, para agradar aos vigários* [2], já o clero se tinha

(1) Explora-se, ainda hoje, a circumstância de se haver filiado á maçonaria grande número de sacerdotes de outr'ora, entre os quaes se apontam dignidades ecclesiásticas, cujas virtudes, sempre exageradas quando e como convém, são postas em pelourinho, si o aconselham os interesses da seita. Dest'arte, pretende-se demonstrar, por absurdo, que a maçonaria não é contrária á Igreja Cathólica; todavia, é sempre indubitavel que a maçonaria é um excellente caldo de cultura, onde proliferam, á farta e á vontade, todos os micróbios. Demais, sem embargo dos ingênuos, sempre dispostos a se illudirem, já hoje a maçonaria não faz segredo das suas intenções, declarando abertamente que o *mação não póde ser cathólico, como o cathólico não póde ser mação.*

(2) Ibidem, pag. 252. Note-se como já então

convencido de que nada lhe era lícito esperar da política, sempre banzeira e inconstante.

O prestigio político de que, sem pesar e sem saudades, voluntariamente se despreniu deu o clero nacional, tem sido largamente compensado pelo prestígio social e religioso de que hoje se vê rodeado. Sempre prompto aos chamamentos da pátria, em horas de perigo ou de calamidade pública, sempre ao lado dos governos quando se trata da órdem e da paz, não lamenta o clero de hoje esse ostracismo que o não deshonra, e tudo nos leva a crer que delle não quer e não precisa sahir.

Definindo posições e antecipando possiveis reparos, julgamos ter desbravado o caminho para o nosso modesto trabalho, sem que tenhamos necessidade de parar, a cada momento, no exame de circumstâncias mais ou menos delicadas.

precisava a maçonaria *agradar aos vigários* para lhes alcançar a cooperação patriótica. Conhecessem elles o que eram as taes *academias,* e não lhes teriam dado apôio para uma causa que, ainda sem ellas e talvez melhór sem ellas, teriam levado ao desejado triumpho.

O precursor espiritual da revolução pernambucana, não padece dúvida que foi o Bispo Azerêdo Coutinho, fundador do Seminário de Olinda, onde se criaram os liberaes de 1817.

Fluminense, natural de Campos, de gente illustre da Parahyba do Sul, foi Azerêdo Coutinho homem de valor moral e intellectual. Nomeado por D. Maria I, em 1784, arcediágo da cathedral do Rio de Janeiro, e logo a seguir, antes que houvesse tomado posse da sua cadeira capitular, eleito deputado do Santo Officio de Lisboa, não quís pedir nem acceitou dispensa dos actos maióres, declarando que, *em matéria de estudos, não pretendia dispensa.* Simples bacharel, voltou á Universidade, após alguns annos de ausência, a reestudar as matérias indispensaveis ao graú de licenciado, como o exigia a lei, para o cargo que dignamente occupou por espaço de dez annos [1]. Sagrado em 1796, foi transferido para Elvas, em 1802, por ciúmes da Metrópole, que não veria com bons olhos a acção preponderante do Prelado brasileiro.

As suas obras, uns vinte volumes de quasi duas mil páginas, vertidas do verná-

(1) Conf. Padre Heliodoro Pires, Rev. do Inst. Hist. Bras., t. esp., p. prim., pag. 789.

culo, tiveram repercussão em França, na Allemanha e na Inglaterra. Versando assumptos diversos, de natureza política e económica, pesou efficazmente nas deliberações do Reino. A extincção do monopólio do sal foi uma das conquistas com que, remotamente, preparou a independência brasileira.

Juntamente com o visconde de Cayrú, que lhe veiu nas águas três annos mais tarde, foi o creador dos estudos commerciaes e económicos, em Portugal e no Brasil [1].

"O que nos causa admiração e enthusiasmo — diz o Padre Heliodoro Pires — é vêr o filho dos velhos colonos de Campos, no ardor do seu patriotismo elevado e são, erguer-se na mais importante assembléa scientifica de Portugal, revelar, num assomo de audácia, o segredo das riquezas do Brasil, dictar á metrópole portuguêsa, com a autoridade do talento e da observação pessoal, as nórmas práticas, as medidas viáveis para o engrandecimento económico do Brasil [2]."

O ensino público e official teve, sob a sua administração, notavel impulso em toda a capitania, onde apenas funccionavam 29 cadeiras das 63 constantes da relação do

(1) Sylvio Romero. — Conf. Padre H. Pires, ibidem, pags. 791, 792.
(2) Ibidem, pag. 792.

erário público de Lisboa [1]. Accumulando, com as funcções episcopaes, as de governador civil e presidente da junta da fazenda, prestou ao país serviços notáveis e relevantes. Reconciliou quatro nações de indios rebellados, *sem derramar uma pinga de sangue;* abriu estradas; reprimiu crimes e abusos inveterados; planejou a instituição de uma alfandega; ideou acqueductos; organizou a defeza da costa; installou o serviço telegráphico; promoveu, entre os negociantes, a acquisição de uma fragata de guerra; melhorou consideravelmente a situação económica de Pernambuco [2].

Si na couraça da orthodoxia, que a Universidade de Coimbra lhe não podia ministrar extreme de preconceitos pombalinos, uma ou outra junctura acaso lhe encontremos falseada ou menos sólida, descontemos-lhe as falhas pelo muito que, de espírito e zêlo sacerdotal, revelou em seus actos e projectos de govêrno.

A instituição do Seminário, que viria a ser o primeiro estabelecimento regular de instrucção secundária, no Brasil, era o sonho do seu episcopado, o pensamento com que intentava soerguer a honra e o prestigio do

(1) Oliv. Lima, ibidem, pag. 33.
(2) Padre H. Pires, ibidem, pag. 806.

clero nacional, e deste propósito não se afastou, desde a sua primeira entrevista com D. João VI.

Esforçando-se, de balde, por escusar o pêso do episcopado, assentiu por fim, a conselho de amigos e á imposição da sua consciência. Agradecendo ao principe regente a honra que lhe dispensára, traçou o jovem Prelado uma das mais bellas páginas do episcopado brasileiro, com affirmar a independência do seu caracter e a elevação da sua política:

"*Senhor, eu venho beijar a augusta mão de V. A. R. pela grande honra que me faz, da qual eu não sou digno; mas eu conheço o mundo e me conheço: elle quer ser servido, e eu não o sei servir. Eu conheço as intrigas das côrtes; eu as temo e não as sei manejar. Eu conheço que me são necessários protectores; e eu não os tenho nem os quero: e por isso, venho rogar a V. A. R. haja por bem livrar-me de lugares em que eu não seja compromettido.*"

Estas palavras são textuaes. Foram meditadas e ponderadas, pois *entre os papeis do Prelado se achou o borrão daquella breve fala,* — affirma um dos seus biógraphos.

Repellidas as razões em que estribava a sua recusa, conformou-se o Prelado, "*esperando, porém, que S. A. R. mandasse estabe-*

lecer um seminário naquelle Bispado ou o dispensasse da eleição que delle fazia."

Demorando-se o príncipe em cumprir o promettido, não capitulou Azerêdo Coutinho, cuja fibra de administrador se reflecte na erecção desse instituto, quanto nas obras que publicou se manifesta a intelligência e a visão do estadista. Quasi um anno mais tarde, insistia o Prelado, perante D. João VI: "*Senhor, quando acceitei o episcopado, não foi por amor das honras que lhe são inherentes: foi para dirigir o rebanho que me foi confiado, como Deus quer que elle seja dirigido; e si V. A. me nega os meios de faze-lo, não serei eu, mas V. A. o responsavel no Tribunal Divino* [1].

E assim, vencendo difficuldades, fundava Azerêdo Coutinho, a 22 de fevereiro de 1800, o Seminário de Olinda, "*onde se cultivassem gerações de párochos que, a seu tempo, pastoreassem as almas e devassassem as riquezas vegetaes e mineraes de suas freguezias* [2]."

Mau grado o vício da escola, manteve o Bispo os direitos da Igreja contra o poder civil, na pendência com a irmandade do S.S.

(1) Ibidem, apg. 797.
(2) Conf. Oliv. Lima, Pern. e seu desenv. hist., pag. 320.

Sacramento do Bairro de S. António, já então maçonizada. Desde o episcopado de seu antecessor, D. Diogo de Jesus Jardim, vinha a irmandade perturbando os direitos parochiaes, pelo que ordenou o novo Bispo que o S.S. Sacramento fosse transferido para a igreja do collégio dos extinctos jesuitas. Protestou a irmandade, interpondo recurso á Coroa. O Bispo, porém, desobedeceu á decisão illegal da autoridade civil, chegando-se por fim a um accôrdo em que se resalvaram os direitos do párocho, submettendo-se o sodalício rebelde. Vinha de longe, como se vê, a lucta religiosa que, provocada pela maçonaria, levou á gloriosa prisão o inesquecivel e intimorato D. Vital de Oliveira [1].

Tal era o fundador do Seminário de Olinda, a cuja figura procurámos dar maiór

(1) Conf. Padre H. Pires, ibidem, pag. 807. — O procedimento do Bispo Azerêdo Coutinho espêlha perfeitamente o seu caracter, tanto quanto explica a situação do clero perante a maçonaria. Sem apprehender o perigo que ali corriam os seus sentimentos de fé, iam os padres coloniaes abrigar, á sombra do seu mysterioso segredo, as aspirações patrióticas em que tanto se distinguiam. Logo, porém, que se viam feridos no que lhes era mais sagrado, ou prudentemente se retrahiam, ou se revoltavam, como Azerêdo Coutinho e muitos outros.

relêvo, pela responsabilidade que lhe toca nos acontecimentos de 1817. Em que pese a certos chronistas, não está provado que o Bispo fosse liberal [1], antes das suas obras se ha de deprehender o contrario; mas é certo que o eram, muito infelizmente, os padres oratorianos [2] e demais professores, seculares e regulares, chamados á direcção do Seminário [3]. Entre elles se alistaram, por secretas injuncções, o Padre Ribeiro Pessoa de Mello Montenegro — a figura central e dominante da revolução, — e o Padre Miguel Joa-

(1) Azerêdo Coutinho cursára a Universidade de Coimbra, onde, sem embargo da reforma do seu patrício e parente, o Bispo D. Francisco de Lemos, despontavam com pujança as doutrinas do liberalismo político e religioso. O seu ideal de liberdade não era comtudo tão extreme que o não levasse a defender a liceidade da escravidão, these que, no Congresso de Vienna, serviu de fundamento aos que se batiam pelo tráfico negreiro.

(2) Os Padres da Congregação do Oratório adoptaram, em Portugal, as doutrinas cartesianas, salientando-se entre os mais ardentes adversários da Companhia de Jesus, cujos méthodos taxavam de nocivos e prejudiciaes ao desenvolvimento intellectual de seus alumnos.

(3) O Seminário de Olinda, segundo Oliveira Lima, era um ninho de idéas liberaes, e idéas liberaes eram idéas subversivas. Esse núcleo intellectual contribuiu, decididamente, para a organização das *academias secretas*. Oliv. Lima, ibidem, pag. 55.

quim de Almeida e Castro, por alcunha *o Miguelinho*, que a devia cimentar no cadafalso erguido pela duplicidade do conde dos Arcos [1].

Do Padre Miguelinho, particularmente, orador fogoso e insinuante, iniciado, como o seu discípulo, Padre João Ribeiro, naquillo que o Padre Dias Martins, muito ingenuamente, denomina *o segredo dos mystérios democráticos*, exerceu tal influência sobre os alumnos, que facilmente os attrahiu para a sua causa. E assim não admira que a revolução de 1817 viesse encontrar, entre os próprios seminaristas, um dos seus mais ardorosos coriphêus — o sub-diácono José Martiniano de Alencar [2], como no cláustro

(1) Ambos entraram para o Seminário, sob a protecção de Arruda Câmara que, desse modo, ıria semear, no seio da juventude ecclesiástica, as doutrinas de que nasceu o areópago de Itambê. Azerêdo Coutinho, que comsigo trouxera o frade mação, Frei Laboreiro, acolheu com sympathia os novos professores.

(2) Montado em óptimas condições para a formação scientífica do clero pernambucano, não tinha o Seminário a disciplina indispensavel ao tirocínio dos futuros levitas. Os seminaristas ou eram externos, ou gosavam de ampla liberdade para assistir aos banquetes políticos de Domingos Martins, onde se elaboravam os planos da revolta.

dos carmelitas se lhe deparou outro subdiácono, Frei Francisco de S. Pedro [1].

Releve-se que o Seminário de Olinda, único centro de estudos secundários em toda a vastissima capitania, acolhia não sómente os jovens destinados á carreira ecclesiástica, mas a todos indistinctamente que lhe pediam luzes e instrucção, — e ter-se-á idéa do que foi, para a revolução pernambucana, o instituto de Azerêdo Coutinho, mais tarde saneado pela energia de Cardoso Ayres e Vital de Oliveira.

Quasi pela mesma época, florescia em Itambê o *areópago* do dr. Manuel de Arruda Câmara, centro de estudos, onde se discutiam as idéas mais avançadas do liberalismo. Chegou-se mesmo a suspeitar que essa sentinella do nativismo brasileiro, perdida entre os sertões de Pernambuco e Parahyba, contava com o apôio de homens poderosos, dentro e fóra do país, decididamente protegidos por Napoleão Bonaparte [2].

(1) Conf. Padre Dias Martins, Os Martyres Pernambucanos, passim. — Fr. Francisco de S. Pedro, carmelita, professo do convento do Recife, foi dos guerrilheiros contra as fôrças do general Cogominho. Falleceu nos cárceres da Bahia, a 1 de setembro de 1817.

(2) Conf. R. Pombo, ibidem, vol. VII, pag. 340.

Do areópago de Itambê eram membros conspicuos e assíduos os Padres João Ribeiro, António Félix Velho Cardoso, José Pereira Tinôco e António de Albuquerque Montenegro [1].

Arruda Câmara, natural da Parahyba, alumno da Universidade de Coimbra, doutor em medicina pela Faculdade de Montpellier, sócio da Academia Real de Sciências de Lisboa, companheiro de José Bonifácio, nas suas viagens de estudo [2] —era sábio naturalista e partidário exaltado das idéas liberaes. Por commissão do govêrno, examinou as nitreiras naturaes de Pernambuco, as minas de cobre de Jacobina e as salitreiras de S. Francisco. Teve a incumbência de procurar a árvore da quina e de colligir materiaes para o Jardim Botânico e Museu Real de Lisboa [3]. Escreveu a "*Flora Pernambucana*", illustrada pelo Padre João Ribeiro,

(1) Ibidem. — Do Padre José Pereira Tinoco não alcançámos maiór noticia.

(2) Segundo a versão de Alberto Sousa, *Os Andradas*, vol. I, pag. 347, esse companheiro de José Bonifácio teria sido o sábio mineralogista Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt de Sá, a quem Latino Coelho e Leão Bourroul chamam tambem *Araújo* Câmara. Trata-se acaso de simples equívoco de nomes ou serão pessoas diversas?

(3) Oliv. Lima, ibid., pag. 45.

obra importantissima, mas infelizmente perdida. Foi um dos principaes membros da Academia de Medicina, então recentemente fundada no Rio de Janeiro, e um dos commissionados para examinar e aperfeiçoar a *Flora do Brasil*, composta pelo sábio naturalista mineiro, Frei José Marianno da Conceição Velloso [1].

No relatório apresentado á Metrópole, em 1798, diz o governador Fernandes de Castilho *que os diversos engenhos inventados para extrahir a lã do carôço de algodão, não mereciam ser descriptos*, e aconselhava o emprêgo das máchinas inventadas pelo dr. Arruda Câmara, *fazendo-se público a todos os países onde havia semelhante cultura* [2].

Pois bem. Esse dr. Arruda Câmara era nada mais, nada menos, do que um frade leigo carmelita, professo do convento de Goyana, sob o nome de Frei Manuel do Coração de Jesus, posteriormente secularizado por um breve pontifício [3].

Com estes elementos prepara-se a revolução de 1817, antecipada por um incidente de pouca monta, mas decisivo para os âni-

(1) Conf. Padre Carmello Luna, ibid., pag. 228
(2) Conf. dr. Carn. da Cunha, Rev. do Inst. Hist., t. esp., p. prim., pag. 593.
(3) Conf. Padre C. Luna, ibid., in fine.

mos assim exaltados. Seguindo-a tão sómente no que interessa ao nosso intento, vemo-la surdir, logo triumphante, no dia 6 de março do mesmo anno, com ramificações espirituaes na Bahia e até no Rio de Janeiro. O incidente do arraial de N. S. da Escada, entre um português e um preto do regimento dos *Henriques*, foi o toque de reunir, o brado de alarma que despertou, por fim, a inércia do governador Caetano Pinto.

A esse tempo, já se conspirava abertamente, nas *lojas* e nos conventos, nos festins familiares e nas sacristias, e sobretudo nas chamadas *academias*, euphemismo com que se velavam *as officinas maçônicas* para iniciar os seus adeptos nos *mystérios democráticos*, sob a suggestiva denominação de gráus acadêmicos [1]. Adormecido no seu caracter brando, tímido e pacífico, não acreditava Caetano Pinto na possibilidade de um movimento subversivo, até que o desilludisse a denúncia formal do ouvidor José da Cruz Ferreira.

Entre os denunciados, a par de Domingos Theotónio Jorge e de José de Barros Lima, o *Leão Coroado*, estava o Padre João Ribeiro Pessoa de Mello Montenegro.

(1) Conf. Mons. Tavares, R. Pombo, Padre D. Martins, Oliv. Lima, passim.

Á prisão de alguns militares e ao bárbaro assassinio do brigadeiro Manuel Joaquim Barbosa, segue-se a anarchia, o triumpho do Campo do Erário, o fuzilamento do ajudante de órdens Alexandre Thomás, traspassado pelas balas revolucionárias, a libertação dos presos da cadeia pública, e, finalmente, a capitulação de Caetano Pinto, na fortaleza do Brum.

Acompanhou o governador, na desventura que o levaria á Ilha das Cobras, o Padre Sylvestre José da Costa Ferreira, sem embargo das suas sympathias pela revolução, largamente descontadas nos cárceres da Bahia [1].

Em Olinda, abandonada aos sediciosos já triumphantes no Recife, apôia, desde logo, a causa da independência o Deão Bernardo

(1) O Padre Sylvestre Ferreira era natural de Minas e bastante versado em sciências e bellas-artes. Foi professor de philosophia em Goyana, donde, *por circumstâncias occultas*, — refere o biógrapho — se passou para o Recife, a reger a cadeira de Latim. Amigo e capellão do governador, Caetano Pinto, recusou as vantagens que lhe offereciam os patriótas, para acompanhá-lo até o Rio de Janeiro, após a capitulação da fortaleza do Brum. Preso por suspeito, foi afinal declarado innocente. Conf. Padre D. Martins, ibidem.

Luis Ferreira Portugal [1], publicando uma pastoral incendiária, destinada *a desabusar as almas escrupulosas*, igualmente subscripta por seus companheiros de govêrno em séde vacante, os Cônegos Francisco Muniz e Manuel Vieira de Lemos Sampáio [2].

Desde o primeiro momento, ao desencadear da tormenta que, arrazando, se alastrava pelos bairros do Recife; ao badalar dos sinos, que tocam a rebate; no meio da grita geral contra os *marinheiros* que, apavorados, procuram asylo e segurança; na multidão desvairada, que enxameia; no tropél dos fugitivos e vencedores, alteia-se a figura moral do Padre João Ribeiro, arengando ás massas, estimulando e dirigindo [3].

(1) Natural do Recife, laureado em cânones e direito civil pela Universidade de Coimbra, Deão da Sé de Olinda, Vigário Geral do Bispado, cavalleiro professo da Ordem de Christo, advogado no fôro do Recife, procurador fiscal da fazenda pública, vice-presidente em exercicio da provincia de Pernambuco. Conf. Padre Luna, ibidem, pag. 113.

(2) Padre D. Martins, ibidem. Vide nota 3, á pag. 53.

(3) Ha quem o tenha na conta de chefe principal do movimento, e desta opinião é Capistrano de Abreu, segundo o testemunho de Jon. Serrano, na Rev. do Inst. Hist. Bras., t. esp., p. prim., pag. 531, n. 35: «A figura, digna dos moldes eternos de Plutarcho, do Padre João Ribeiro, membro do go-

Constituido o govêrno provisório, cabe-lhe posto de honra entre os cinco membros da junta revolucionária [1]. Por entendido nos negócios do govêrno precedente, foi eleito secretário José Carlos Mayrink que, entretanto, se descarrega do officio na pessoa do Padre Miguelinho. Entre António Carlos Ribeiro de Andrada e António de Moraes e Silva, o lexicógrapho, tem lugar de conselheiro o Deão de Olinda, Bernardo Luís Ferreira Portugal.

Occupando-se o govêrno, logo num dos seus primeiros despachos, da orientação a dar ao movimento sedicioso, definindo-se a attitude dos pernambucanos em face do Rei e da Metrópole, oppõe-se energicamente o Padre João Ribeiro á opinião conciliadora de José Luís de Mendonça, a quem parecia prudente a conservação da bandeira real

vêrno provisório de Pernambuco, cujo bom senso, descortino político e alegre intrepidez se reflectem, com desusado fulgor, no documento patriótico que mais abaixo apreciaremos (carta aos republicanos da Parahyba), offerece um exemplo impressionante desses sacerdotes liberaes, revolucionários e republicanos, num país colonizado pelos portuguêses, povo essencialmente cathólico». — Conf. dr. Carneiro da Cunha, ibidem, pag. 597.

(1) O Padre João Ribeiro teria recusado a presidência do govêrno, que se lhe figurava incompativel com o caracter ecclesiástico. Conf. Padre D. Martins, ibidem.

e um protesto de fidelidade á monarchia reinante. Tal foi o incidente, que o Mendonça ali mesmo teria deixado a vida, ás mãos do capitão Pedroso, si não fôra a intervenção dos seus collegas de govêrno.

Serenados os ânimos, redigiu o próprio Mendonça o célebre *Preciso*, resumo e compêndio dos acontecimentos precedentes, demonstrando que, sem embargo do nativismo que o inspirava, ainda era o fogoso libertário bastante *francelho* para, sem dôr e sem piedade, assassinar a maltratada língua portuguêsa [1].

Accentuada a revolução no sentido francamente republicano, apoiando o Padre Ribeiro o systema federativo, com uma nova capital no interior do país [2], proscreveram-se os títulos de nobreza, adoptou-se o tratamento de *vós* e de *patrióta*, tomaram-se providências, algumas aliás prudentes e acertadas, de órdem politica e económica. E como se impunha a necessidade de um symbolo, que attestasse ao mundo a existência de mais um povo livre e independente, adoptou-se nova bandeira, sob desenho e inspiração do Padre Ribeiro [3].

(1) Conf. Padre Galanti, Oliv. Lima, passim.
(2) R. Pombo, ibidem, pag. 384.
(3) Alfredo de Carvalho, citado por Oliv. Li-

Tinha essa bandeira cunho accentuadamente religioso e, para mais realçar-lhe o symbolismo, quis benze-la o Deão de Olinda, com grande pompa e apparato, em missa solenne e campal, na chamada Praça do Erário. Não attentou, porém, o Vigário Capitular em que o seu infeliz discurso, tão incendiário como a pastoral [1], juntando-se á circumstância do dia, que era uma Quinta-Feira-Santa, desvirtuou-lhe a intenção, com a nota de desrespeito só explicavel pela violência das paixões em movimento.

No entretanto, chegava a revolução á Ilha de Itamaracá, onde o vigário, Padre Pedro de Sousa Tenório, de pistola em punho, de parceria com o Padre Ignácio de Almeida Fortuna, Fr. Francisco de Santa Marianna [2] e Padre António do Souto Mayór, prende o

ma, acha que o Padre Ribeiro, hábil desenhista, não foi estranho á escolha e disposição das côres e symbolos da nova bandeira.

(1) Eis um dos tópicos do célebre discurso: «Patriotas. Escudados por estas bandeiras, não tenhaes medo nem dos escravos do Norte, nem dos sevandijas do Sul. Eu mesmo, si vos faltar chefe, serei á vossa frente, tendo-me por mais feliz morrer com homens livres, do que viver com vis escravos. Conf. Padre Luna, ibidem, pag. 114.

(2) Carmelita professo do convento do Recife,

juiz de fóra de Goyana, senhorea-se da fortaleza e reduz o commandante ao movimento sedicioso. Quebrada, por esse golpe de audácia, a resistência que em Goyana se preparava, incorpora-se o Padre Tenório á junta governativa, como auxiliar do Padre Miguelinho nas funcções de secretário.

Koster e Tollenare, dois estranjeiros presentes á revolução, fazem dos dois primeiros os maióres elogios.

O Padre Fortuna, capellão da fortaleza e mestre de latim em Itamaracá, era homem de profunda e vasta erudição. Prêso e remettido para a Bahia, recuperou a liberdade em 1821, mas nem por isso arrefeceu nos seus enthusiasmos libertários, pois ainda o vemos figurar na revolução de Goyana contra Luís do Rêgo. Teve assento na Constituinte brasileira e em diversas legislaturas, gosando sempre de estima e consideração [1].

O Padre Tenório, cavalleiro da Ordem de Christo, era formado pela Universidade de Coimbra e teria sido precioso á revolução, com os dotes intellectuaes e moraes, que o

residente em Goyana. Era mação militante e sócio effectivo das academias do Cabo e Paraiso.

(1) Conf. Oliv. Lima, ibidem, pag. 167. — Padre D. Martins, ibidem, pag. 201. — Padre Luna, ibidem, pag. 171.

distinguiam, realçados por grande tino administrativo. Vivacidade de espirito, facilidade de expressão, figura imponente, voz sonora, promptidão no decidir, bondade e senso prático, são qualidades que lhe attribuem Koster e Tollenare, salientando os relevantes serviços que prestou á sua paróchia, com a divulgação de novos processos agrícolas, elementos de hygiene e hábitos de aceio [1].

Não era, pois, figura vulgar a desse padre que a reacção legalista vai mandar ao cadafalso, esquartejando-lhe o corpo, arrastando-o para o cemitério á cauda de um cavallo, pregando-lhe as mãos decepadas em poste de infámia, na villa de Goyana, e a cabeça na sua villa de Itamaracá. Pretendeu fugir á morte infamante, a que o condemnaram os tribunaes, deixando-se morrer á fome; mas Luís do Rêgo, sciente do malvado intento que o privaria de um florão da sua glória, frustou-lhe a esperança, apressando a execução da sentença [2].

O Padre Tenório foi uma victima do seu tempo e... dos *mystérios democráticos*.

(1) Oliv. Lima, ibidem, pag. 167.
(2) Padre D. Martins, ibidem, pag. 380.

Já não encontrando resistência no Recife, ende o povo, aliás, se mantinha mais ou menos indifferente, determinou-se o vigário de S. António, Padre Luís José de Albuquerque, a celebrar o feito com solenne *Te-Deum*, discurso congratulatório do Padre Miguelinho e grande concurso de povo, até de portuguêses que, com lágrimas, fraternizavam com os nacionaes. Por essa occasião, como membro do govêrno, recusou o Padre Ribeiro as honras do pállio, por melhór accentuar o caracter democrático das novas instituições [1].

De Pernambuco expande-se o movimento até a Parahyba, onde alguns jovens estudantes, chefiados pelo Padre António Félix Cardoso, levantam, em Itabaiana, a bandeira azul e branca da revolução. Seguidos de um bando de patriótas, marcham os rapazes para a villa do Pilar, onde já encontram em campo o Padre António Pereira de Albuquerque, logo depois eleito para o govêrno provisório da Parahyba [2].

De mão commum com os patriotas de Campina, Alagoa-nova e Sousa, e ainda com

(1) Muniz Tavares, R. Pombo, ibidem, pag. 388, n. 2.

(2) Muniz Tavares, R. Pombo, Lopes Machado, passim.

o Padre Ignácio de Brito Baracho, na capital, forneciam esses padres armamentos e munições aos rebeldes, empenhando a mais activa propaganda no púlpito e nas relações particulares. Não admira — commenta um chronista — "pois o nosso clero de então ainda mantinha o caracter meio guerreiro, meio mundano, da idade média, e alguns dos seus representantes se distinguiram, na revolução, pela agudeza de engenho e árdido temperamento". O movimento da Parahyba teve, porém, caracter essencialmente pacífico e theórico, dirigido, como o foi, por idealistas e sonhadores [1].

Condiscípulo, amigo e parente do Padre João Ribeiro, como elle iniciado na *Academia do Paraiso*, natural da Parahyba e mestre de latim em Pilar de Taipú, salientou-se o Padre Pereira de Albuquerque pelos decretos com que pensou inaugurar o novo regimen, tentando consolidá-lo, na hora das represálias, á frente de dois mil homens armados. Trahida a liberdade, entre outros, por Fr. João de S. Teresa, vigário do Brejo, e pelos Padres Manuel Anselmo e Manuel Lourenço de Almeida, zurzidos pela pena inclemente do Padre Dias Martins, foi o Padre Albuquerque arras-

(1) Conf. Carn. da Cunha, ibidem, pags. 597 e 598.

tado para o Campo do Erário, no Recife, enforcado como o seu amigo, o Padre Tenório, sendo-lhe as mãos decepadas e expostas no Pilar, indo a cabeça para a Parahyba e o tronco, arrastado á cauda de um cavallo, levado para o cemitério.

Assim mandavam as Ordenações do Reino, e não viam os dirigentes que esse mesmo povo, desfeito em lágrimas, negando-se a entoar o hymno cannibalesco, com que a Metrópole mandava saudar os suppliciados, mudamente protestava pela aurora de uma civilização que, aliás, não vinha muito longe [1].

Sem embargo, tinha-se estipulado, no tratado de capitulação, "o respeito á vida dos rebeldes, dos empregados públicos, de todo o povo parahybano, quaesquer que fossem as suas idéas políticas... Os governadores provisórios, os chefes militares, a officialidade e alguns indivíduos da tropa, os particulares que quisessem retirar-se do território parahybano, o poderiam fazer com todas as honras militares, com suas famílias, criados e escravos, protegidos por escolta sufficiente, até os limites da Parahyba [2]". Desrespeitando, assim tão deshumanamente, os termos da capi-

(1) Conf. Muniz Tavares, ibidem, pag. 4.
(2) Conf. Irineu Pinto, Datas e Notas, na Rev. do Inst. Hist. Bras., ibidem, pag. 605.

tulação, semeava a Metrópole o gérmen de mais justificadas e, talvez, mais felizes insurreições.

O vigário de Goyaninha, no Rio Grande do Norte, Padre António de Albuquerque Montenegro, com ameaças e vehementes injuncções, obriga o coronel José de Albuquerque a prender o governador, José Ignácio Borges, cujas hesitações se lhe figuravam suspeitas e perigosas [1].

Afastado esse obstáculo, instala-se, em Natal, o governo provisório, de que faz parte o Padre José Feliciano Dornellas, velho septuagenário, vigário de Natal e cavalleiro da Ordem de Christo [2]. No curto período de um mês, que tanto durou a independência no Rio Grande do Norte, teve o Padre José Feliciano as rédeas do governo, com respeito sinão com applauso dos próprios inimigos, o que o não

(1) Discipulo dos Padres João Ribeiro e Miguelinho, membro do *areópago* de Itambê, o Padre Albuquerque Montenegro deu mão forte ao Padre João Damasceno, Visitador do Ceará, que, valendo-se do prestígio da sua commissão diocesana, propagou a revolução nessa provincia e no Rio Grande do Norte. Após a amnistia, foi eleito deputado ás côrtes de Lisboa.

(2) Conf. R. Pombo, ibidem, pag. 395.

impediu de permanecer prêso, nos cárceres da Bahia, até o anno de 1821.

Munido de instrucções assignadas pelo Padre João Ribeiro e Domingos Monteiro, parte para o Ceará o jovem sub-diácono, José Martiniano de Alencar, discipulo predilecto do Padre João Ribeiro e do Padre Miguelinho, ornamento e fulgor da *Academia do Paraiso* [1].

Após duzentas léguas de caminho, chega o jovem Alencar á villa do Crato, sua terra natal, juntando-se-lhe na jornada Fr. Francisco de Santa Marianna, por alcunha o Frei Pescoço, residente na Barbalha, o mesmo [2] que, em Goyana, havia auxiliado o Padre Tenório no assalto á fortaleza de Itamaracá.

Levava por intento sublevar as villas do Crato, Icó, Aracaty, Sobral e outras, marchando depois para a Fortaleza, com os elementos

(1) Diácono, segundo Oliv. Lima, simples subdiácono na versão do Padre Dias Martins e Mons. Tavares, tinha Alencar apenas iniciado o curso de rhetórica, no Seminário de Olinda. A presença deste seminarista ás lições da *Academia do Paraiso*, é bastante significativa.

(2) Conventual de Goyana, parente do Padre João Ribeiro, administrador das fazendas de gado que, na Barbalha, possuiam os carmelitas. Foi um dos prêsos da Bahia.

que lograsse reunir. Detendo-se, porém, na fazenda do Padre Luís José Correa de Sá que, adherindo á revolução, lhe dispensou carinho e agasalho, concerta Alencar, com amigos e parentes, o plano que trazia amadurecido e estudado [1].

Não conseguindo a adhesão incondicional do capitão-mór Filgueiras, a despeito da eloquência e dos esforços de Fr. Francisco de Santa Marianna [2], resolveu-se Alencar a desferir um golpe audacioso. Constando-lhe que, á estação da missa, iria lêr-se no Crato uma proclamação do governador Sampáio, exortando o povo á fidelidade e obediência, dirige-se afoitamente á igreja, cujo vigário, Padre Miguel Carlos da Silva Saldanha, não pôde ou não quís impedir-lhe a exaltação, talvez por motivos íntimos e muito particulares [3].

(1) Sem embargo, foi o Padre Corrêa de Sá um dos prêsos da Bahia. Era muito estimado em todo o sertão do Rio do Peixe e condecorado com o hábito de Christo. Conf. Padre D. Martins, ibidem, pag. 349.

(2) Conf. Oliv. Lima, ibidem, pag. 177.

(3) Após o discurso do *afilhado,* o Padre Saldanha assignou a proclamação da república. Foi a *providencia* dos cançados dias de D. Bárbara de Alencar, mãe do sub-diácono Alencar, que com elle soffreu as vicissitudes da revolução. Remettido prêso

De batina e roquête, sóbe ao púlpito o jovem sub-diácono, lê o célebre *Preciso* de José Luís de Mendonça, concita á revolta os patriótas, que o acolhem, ali mesmo, no templo sagrado, com palmas e acclamações, e, seguindo para a casa da câmara, arvora a bandeira da nova república.

Com a mesma sorte, se consummaram os factos na villa do Jardim; mas, de então por deante, começa a fortuna a voltar as costas a José de Alencar, trahindo-lhe o esforço e enthusiasmo juvenil. Á noticia dos desastres de Alagoas e Rio Grande do Norte, receando-se que até no Recife, centro inicial do movimento, surdissem embaraços insuperaveis, vira de bordo o capitão Filgueiras que, entretanto, depois de alguma hesitação, havia assignado a proclamação da república no Crato, juntamente com o vigário Saldanha.

Prêso pelo capitão-mór, seu amigo e pa-

para a Bahia, voltou a Pernambuco em 1821, onde desembarcou *gordo, alegre e desenfadado*, com grande escandalo do Padre D. Martins, que lhe afixou a nota infamante de *prêso sem culpa, perseguido sem causa, martyrizado sem glória e restituido sem honra.* O chronista da revolução, sempre apaixonado e implacavel com os adversários, accrescenta que o Padre Saldanha mal entendia o seu breviário e não conhecia outro objecto de culto sinão o seu Deus e o seu rei. Ibidem.

drinho, de faca em punho resiste o jovem seminarista — inútil esforço que, não logrando galvanizar os patriotas estarrecidos, acarreta na quéda a própria mãe do mallogrado e infeliz propagandista [1].

Igual sorte tiveram o Padre Carlos José dos Santos, irmão de Alencar [2], o vigário Miguel Carlos da Silva Saldanha, o Padre Luís José Correa [3], e Fr. Francisco de Santa Marianna Pessoa [4].

Estava morta a liberdade no Ceará, e o seu audaz patrono vai descontar-lhe os poucos dias de vida ephêmera e mal segura, nas

(1) D. Bárbara de Alencar foi primeiramente desterrada para a sua fazenda do Rio do Peixe, e depois conduzida em prisão para a Fortaleza, Recife e Bahia, onde penou até 1821. Conf. Padre D. Martins, ibidem, pag. 18.

(2) O Padre Carlos José dos Santos, filho de D. Bárbara, irmão de Alencar, posto que ausente do Crato no momento da revolução, foi encarcerado na fortaleza do Brum, onde o encontrou a amnistia. Ibidem, pag. 352.

(3) Parahybano, residente na villa de Sousa, cavalleiro da Ordem de Christo, sacerdote muito estimado no sertão do Rio do Peixe e circumvizinhanças. Teve a mesma sorte dos seus companheiros de propaganda.

(4) Chama-lhe o Padre D. Martins — Fr. Francisco de Sant'Anna Brito Pessoa. Era amigo íntimo do capitão Filgueiras que, a instâncias suas, teria assignado a proclamação do Crato. Ibidem, pag. 313.

torturas moraes que, de certo, lhe superaram as amarguras da prisão. Voltando ao Crato, após a amnistia de 1821, foi o jovem Alencar eleito deputado ás côrtes de Lisboa, onde teve assento como substituto de José Ignácio Parente. Os acontecimentos políticos de 1822 obrigaram-no a fugir para a Inglaterra, declarando ás cortes que, sobretudo, presava elle o honroso titulo de cidadão brasileiro [1].

É chegada a vez do Padre Roma, José Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima, cuja phisionomia é difficil traçar com inteira segurança. De distincta familia pernambucana, era assim apellidado pelo facto de ter sido ordenado em Roma pelo Cardeal Chiaramonti, que ao depois subiu ao sólio pontifício, sob o nome de Pio VII. Era carmelita professo do convento de Goyana, onde se chamou Frei José de Santa Rosa, bacharel em theologia pela Universidade de Coimbra, condecorado com o hábito de Christo e orador reputado. Secularizado em 1807, por um breve pontificio ou por sentença dos tribunaes ecclesiásticos

(1) J. de Alencar nunca ascendeu ao presbyterato, nem era natural que o fizesse, após a vida accidentada que levou. Seu apellido perpetuou-se em uma família de literatos, illustrando, com o romancista José de Alencar, Macedo e Bernardo Guimarães, o período indianista que enriqueceu as letras brasileiras.

do Recife, consagrou-se á advocacia, conquistando larga clientella. Tal é a versão de Oliveira Lima e do Padre Carmello Luna [1].

Pereira da Silva e Muniz Tavares, aliás sem provas convincentes, parecem duvidar de que elle fosse realmente sacerdote. Cidadão *inquieto e ambicioso* para Mons. Muniz Tavares, *heróe complicado* para o Padre Dias Martins, mal visto de uns e acatado de outros, ter-se-ia evadido do convento de Goyana, occultando-se da família e dos amigos, durante alguns annos. De volta ao Recife, deu-se por legitimamente ordenado e finalmente secularizado em Roma, sem comtudo lograr que o acreditassem os seus patrícios. Dahi lhe teria vindo, como por ironia, a antonomásia de *Padre Roma* [2]. Popular embora, e talvez por isso mesmo, não merece crédito semelhante versão, jámais confirmada pela autoridade ecclesiástica.

Despachado para a Bahia, como aráuto da revolução, imprudentemente se deteve em

(1) Conf. Oliv. Lima, ibidem, pag. 182. — Diz o Padre Luna que poucos esclarecimentos pôde obter dos archivos da Ordem, á vista do descaminho que tiveram muitos dos seus preciosos documentos. Todavia, as informações que fornece, diz elle que as bebeu em fonte pura. Ibidem, pag. 168.

(2) Conf. Pereira da Silva, R. Pombo, M. Tavares, D. Martins, passim.

Alagoas, com resultados mais apparentes que reaes. Quando lhe occorreu a falta commettida, velejou para o seu destino em uma simples jangada, sendo aprisionado, ao desembarcar, na práia de Itapoan, entre as fortalezas de S. Diogo e S. Maria. Precedera-o a noticia da revolução e já encontrava a postos o conde dos Arcos, amedrontados e inertes os partidários da liberdade.

Entre esses estavam alguns militares e os próprios juizes que o levaram ao patíbulo, certos de que o Padre Roma, tendo lançado ao mar as provas documentaes da sua connivência com os patriotas do Recife, não os iria comprometer perante o tribunal.

E não os comprometeu. Três dias não eram contados e já o Padre José Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima era arcabuzado, no Campo da Pólvora, morrendo como verdadeiro christão, como patrióta intimorato, sem uma queixa, sem retaliações e sem bravatas inúteis, recitando, em voz clara e intelligivel, os psalmos penitenciaes. Pediu apenas que não lhe errassem o alvo, encarando a morte sem mudar de côr [1].

(1) R. Pombo, ibidem, pag. 396. — O Padre Roma, de quem se tem dicto tanto mal, preparou-se piedosamente para a morte, sem temores e sem vacillações. Tendo recebido os Sacramentos, com piedade sacerdotal, acceitou a sentença inteiramente con-

"O seu porte — diz um chronista — em presença do conselho, no oratório e durante o trajecto para o lugar do supplício, foi sempre o de um philósopho christão, corajoso, senhor de si, mas tranquillo e resignado. Suas faces não se desbotaram, sinão quando o sangue, que as tingia, correu de suas feridas, regando o solo, onde seis annos depois se firmou, para sempre, a liberdade da sua pátria [1].

Podiam estar tranquillos os patriótas bahianos. O próprio conde dos Arcos, não de todo estranho ao levante do Recife, teria logo o prêmio da sua duplicidade: cem contos de réis em acções do Banco do Brasil e um palácio no Rio de Janeiro, onde hoje está o paço do Senado. Não era muito, de certo. A generosa recompensa dos commerciantes bahianos foi-lhe apenas o juro módico e antecipado de maiór capital que, quatro annos mais tarde, deveria ser integrado em injúrias e humilhações, a bordo do brigue que o transfiado na misericórdia de Deus e teve a coragem de não denunciar os seus cumplices, que eram muitos na Bahia, entre elles, talvez os próprios juizes e o conde dos Arcos. Conf. R. Pombo, Padre D. Martins, passim.

(1) Salvador H. de Albuquerque, Rev. do Inst. Hist. Bras. — Padre Luna, ibidem, pag. 170.

portou, de calça e jaquêta, prêso para Lisboa [1].

Comprehende-se a amargura que, no Recife, iria despertar a notícia de tantos e tão inesperados desastres. Tolerante e honesto, mas incomprehendido, reclamava o govêrno provisório providências extremas, já de todo inefficazes. Avolumando-se, no interior, a reacção legalista, só restavam fieis á liberdade as villas do Cabo, Iguassú, Itàmaracá, Goyana e Olinda. Proclama-se a pátria em perigo; libertam-se mil escravos, que são immediatamente armados; transfere-se o govêrno, dentro em poucos dias reduzido ao Padre João Ribeiro e Domingos Theotónio, para o palácio episcopal da Soledade; as famílias abandonam a cidade e entra a fóme a fazer os seus estragos. Era a grande catástrophe que se avizinhava, inevitavel, pavorosa.

Na dura emergência, organizam-se, ás

(1) Conf. R. Pombo, ibidem, vol. VII, pag. 398. — Mentor de D. Pedro I, incorreu, após o regresso de D. João VI, no desagrado popular, sendo obrigado a demitir-se da pasta da marinha, em 1821. Por suspeito de favoravel á Independência, foi remetido prêso para Lisboa, vestido apenas de *calça e jaquêta.* Conseguindo justificar-se, perante a Metrópole, teve em compensação os seus bens confiscados no Rio de Janeiro. Conf. Oliv. Lima, ibidem, pag. 184.

pressas, batalhões de voluntários encabeçados pelo Padre António de Souto-Mayor, Padre João Gomes de Lima, Frei João da Conceição Loureiro, guardião dos franciscanos do Recife [1], Frei Francisco de São Pedro, subdiácono carmelita [2], além de outros seculares, como Pedro Ivo, que a poesia nacional elevou á altura de um symbolo revolucionário.

O Padre Souto-Mayór, natural de Tijucopapo, coadjutor de Goyana, discipulo do Padre João Ribeiro e amigo do Padre Tenório, foi um dos cooperadores no assalto á fortaleza de Itamaracá [3]. No fatal encontro do rio Merepe, não pôde a sua guerrilha sustentar o ímpeto do capitão António José dos Santos, mas o padre, "*que a ninguém cedia em valor e não tinha deixado as suas armas, deu ainda alguns tiros, que se não perderam* [4]". Prêso por uns caboclos que se tinham encorporado á companhia de António dos Santos, foi para os cárceres da Bahia, onde se deixou morrer aos poucos [5].

Do Padre João Gomes de Lima, sabe-se

(1) Conf. R. Pombo, ibidem, pag. 414 nota.
(2) Ibidem, nota 8.
(3) Ibidem, pag. 214.
(4) Muniz Tavares, ibidem.
(5) Ibidem.

que organizou uma guerrilha, desde o rompimento das hostilidades, pelo que foi hóspede forçado do conde dos Arcos.

O guardião dos franciscanos, natural do Recife, prègador e theólogo, foi caudilho audaz e impenitente, *alma de condottieri,* no dizer de Oliveira Lima. Tendo prègado a revolução, ainda mesmo do púlpito, não podendo reduzir os seus súbditos aos famosos *principios acadêmicos,* aliás com grande escândalo e sentimento do Padre Dias Martins, abandonou o convento, pôs-se á frente de uma guerrilha, adoptando o nome de *Cachico* por apellido de guerra.

Prêso e conduzido á Bahia, teve livramento em 1821, sendo ao depois partidário enthusiasta da independência proclamada no Ypiranga, procurando consolidá-la em Goyana e Recife. Posto que enfermo, sabendo que ainda no Ceará se reluctava contra a autoridade de D. Pedro I, toma rumo de Aracaty, onde efficazmente contribúe para a expulsão do govêrno rebelde e reaccionário. Voltou, finalmente, para o seu convento, vindo a fallecer, em 1823, deixando a pátria livre e independente [1].

A propaganda de Frei Loureiro, entre os

(1) Conf. Oliv. Lima, M. Tavares, D. Martins, passim.

seus próprios súbditos, não foi tão inefficaz, que não arrastasse a um donato franciscano, Fr. Jacintho Luís de Mello, português de nascimento, que lhe foi companheiro inseparavel de guerrilhas e propagandas, como também nos cárceres da Bahia. Hesitando os soldados no fuzilamento de um sargento condemnado por traidor, quís Fr. Jacintho ser o primeiro a desfechar-lhe o tiro, com o que muito se recommendou aos patriotas e, especialmente, a Frei Loureiro [1].

Bloqueado do lado do mar pela flotilha de Rodrigo Lobo, sentindo já nas costas as baionêtas do general Cogominho, resolve-se o govêrno provisório a entrar em negociações com o inimigo. Antes, porém, de conhecida a última decisão de Rodrigo Lobo, que aliás nada aproveitaria aos liberaes, — em silêncio de morte, consternados, já sem esperanças, perdida a liberdade da pátria, retiram-se os revolucionários, indo fazer alto no engenho *Paulista*, propriedade dos padres Lins, entre Olinda e Goyana.

Com seus ajudantes de campo, marchava á frente o dictador, Domingos Theotónio. Descalço e a pé, de saco ás costas, espingarda

(1) Conf. Padre D. Martins, ibidem, pag. 276

ao hombro, ia o Padre João Ribeiro. Com o mesmo trem e no mesmo passo, caminhava o Padre Tenório, seguido de António Carlos, único dos conselheiros que teve ânimo de acompanhar os retirantes. Era o cortejo fúnebre da Pátria, a sepultar esperanças tão longa e meigamente acariciadas. Era o termo de um bellissimo sonho que, si fôra risonho, durára apenas um instante.

Pela madrugada, quebrantados os ânimos, ao troar do canhão já senhor do Recife, reune-se o conselho dos chefes que só encontra, por único expediente, a fuga precipitada. O Padre João Ribeiro assistia, imperturbavel, *áquelle conselho de espectros* — diz Mons. Tavares — e, enfastiado dos homens, desgostoso da existência, determinou-se a dar-lhe cabo lamentoso e triste. Teria endoidecido ? Quem sabe ? Naquelles tempos, a liberdade era, de facto, verdadeira loucura, nem ainda se havia descoberto a dirimente da *privação dos sentidos* [1].

Não surtindo effeito o veneno que comsigo trouxera, quando se viu só, no engenho — diz Pereira da Silva — entregou-se a ponderações espirituaes e preparou-se para res-

(1) Os chronistas admitem a loucura do Padre Ribeiro, e as circumstâncias todas do seu suicídio parecem confirmar essa versão.

ponder pelos feitos da vida, no tribunal de Deus Eterno... Cansado da vida trabalhosa que levára, dirigiu-se á capella do engenho; ajoelhou-se deante do altar; orou por muito tempo, contemplativo, absorto, como embevecido em êxtasi. Levantou-se depois; aproveitou-se de uma pequena escada, que ali se achava; amarrou ao arco da capella uma corda terminada em laço, que violentado apertava; subiu acima do arco; passou ao pescoço o laço da corda e, despenhando-se de súbito, exalou a misérrima vida [1].

Typo de jacobino, intelligente e instruido, tão enthusiasta da liberdade, quanto desprendido de pequenas ambições, era o Padre João Ribeiro, o único homem, talvez, capaz de salvar a revolução. Abnegadamente, recusára a presidência do govêrno provisorio, sendo-lhe, porém, o esteio mais sólido e seguro. "Si entre os mártyres desta revolução — commenta um dos seus críticos — fosse mistér destacar alguém, *concretizando todos os precursores da independência e da república, no Brasil,* seria aquelle vulto de sonhador heróico, de luctador incansavel, na propaganda e na acção, nas alegrias e nas pro-

(1) Conf. R. Pombo, ibidem, pag. 426, nota.

vações, que Mons. Muniz Tavares chama *o mais sincero republicano* [1]."

Bastante lido em philosophia e sciências physicas, era — no dizer de Tollenare — "o homem mais interessante que, ao estranjeiro desejoso de informações, se lhe podia deparar. Cortez, bondoso, amigo dos desvalidos, de extrema delicadeza de sentimentos, desinteressado e modesto, — segundo o testemunho de Koster — teve na república posição saliente, sem que a ninguém empurasse para trás, afim de brilhar no primeiro plano [2].

Discipulo de Arruda Câmara, sob a sua protecção entrára para o Seminário de Olinda, aperfeiçoando-se, mais tarde, no Collégio dos Nobres, de Lisboa, onde se ordenou [3]. Em grande conta o tinha o egresso carmelita e célebre naturalista, que lhe quís perpetuar a memória dando á árvore da mangabeira, já descripta por Linneu, o nome botânico de *Riberia-sorbilis* [4].

Agora que o abandonavam, agora que os chefes de maiór responsabilidade, inclusive o dictador, deixando soldados e officiaes en-

(1) Dr. Wanderley Araújo, Rev. do Inst. Hist. Bras., t. esp., p. prim., pag. 673.
(2) Conf. Oliv. Lima, ibidem, pag. 44.
(3) Conf. Padre D. Martins, ibidem, pag. 315
(4) Conf. Padre Luna, ibidem.

tregues á sorte dos vencidos, buscavam na fuga a própria segurança — ali se quedava elle, mudo e pensativo, sem forças para morrer como bravo quem como bravo se batera pela pátria.

Triste desfecho que, entretanto, era menos trágico que a execução capital, como a descrevem as chrónicas do tempo, bárbara, deshumana, canibalesca, capaz de enodoar uma civilização, uma raça, um país inteiro.

"Os condemnados — conta Tollenare — esperavam, por largo tempo, sobre os degráus da prisão, a formação do cortejo, emquanto os tambores rufavam sinistramente. Marchavam os soldados, com armas em funeral; desfilavam as irmandades, inclinando os seus guiões deante do paciente; surgia o juiz, vestido de lucto, montado num cavallo preto, ostentando um manto negro, acompanhado de um alcáide, também a cavallo, vestido de vermelho, empunhando um círio acceso; appareciam novas deputações do clero, em longas filas, psalmodiando as orações das quarenta horas (sic). O juiz segurava na mão a sentença; dava o signal de partida; rompia a marcha entre magotes de povo; as senhoras guarneciam as janellas. No caminho, parava-se para os condemnados ouvirem a missa dos mortos; parava-se outras vezes, para serem exortados, exorcismados, benzidos, por

entre as litanias. Emfim, avistava-se a fôrca e, nella espetada, a cabeça de um dos últimos executados... [1]."

Não commentemos esta scena, em que a Igreja era forçada a intervir pelas mansas e protectoras Ordenações do Reino... Do que, na reconvenção, podia esperar o infeliz batedor da independência brasileira, dá testemunho a monstruosidade com que os legalistas lhe desenterraram o cadaver, cortaram-lhe a cabeça e a passearam, exultantes, pelas ruas do Recife. E Rodrigo Lobo, o pacificador, Rodrigo Lobo, o representante da legalidade, não se correu de desdourar os seus galões, mandando afixar no pelourinho a cabeça desse padre que, si muito havia errado, mais ainda tinha amado a pátria opprimida e espezinhada.

Foi talvez porque temesse igual vergonha e desventura, que o Padre António José Cavalcanti de Albuquerque Lins, coadjutor de seu irmão na matriz do Sacramento, figura aliás apagada e subalterna, prêso e maltratado porque agasalhára o exército fugitivo no engenho *Paulista*, de sua propriedade, enforcou-se na fortaleza das Cinco-Pontas, rou-

(1) Conf. Oliv. Lima, ibidem.

bando a Rodrigo Lobo ou Luís do Rêgo o prazer da sua execução capital [1].

No entretanto, installava-se, no Recife, o governo legal, começando, afanosa e sem tréguas, a caça aos fugitivos. Na cidade, corriam a apresentar-se ao governador, acobardados e temerosos, os patriotas de hontem, hoje servos submissos. No sertão, por choças e devezas, e ainda no mais escuro da mata, eram trahidos e apontados á sanha da matilha os que não souberam morrer com a pátria. Multiplicavam-se as delações, a ponto de enfarar a legalidade triumphante. Poucos, muito poucos, mantinham convicções apregoadas com tanto enthusiasmo, e entre esses poucos estava o clero em grandissima e honrosa maioria.

Na primeira leva dos prisioneiros vinham o Padre Miguelinho, o Deão de Olinda e Frei Caneca. Remettidos para a Bahia, afrontados pelo populacho, de grilhões aos pés e gargalheira ao pescoço, á vista de sentinellas armadas de chibata, prohibida toda e qualquer communicação entre si e ainda o desafôgo dos gemidos, são os prêsos chumbados ao porão de um navio, tendo por leito a tábua alcatroada e dura.

(1) Padre D. Martins, ibidem, pag. 237.

Assim, perdida toda a noção de humanidade, a bordo de tres navios de guerra, partiam os próceres da revolução para o tribunal do conde dos Arcos, aliás mais regalista do que o próprio D. João VI, aterrado no paço da Boa-Vista, ao sonhar com tantas execuções em perspectiva [1].

No dia seguinte á chegada da corveta que, por máu agouro, trazia o nome de *Carrasco,* comparecem os prisioneiros perante a commissão militar que, summariamente, fulmina sentença de morte contra Domingos Martins, José Luís de Mendonça e Padre Miguelinho.

Natural do Rio Grande do Norte, o Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro, por alcunha o *Miguelinho,* professára, sob o nome de Frei Miguel de São Bonifácio, no convento dos carmelitas do Recife, onde fez os primeiros estudos. Em Lisboa, cultivando a amizade de Azerêdo Coutinho, alargou a esphera dos seus conhecimentos, voltando para o Recife, já secularizado, com a fama de theólogo, philósopho e hábil político. Affirma o Padre Dias Martins que, tendo ouvido a muitos e famosos oradores, a nenhum encontrou mais fluente e abalizado.

(1) Oliv. Lima, ibidem.

No Seminário de Olinda, a que foi chamado pelo Bispo Azerêdo Coutinho, teve a cadeira de rhetórica, sem embargo ou talvez por causa das suas idéas liberaes. Orgulhoso e altivo, malquistou-se logo com o Prelado que, entretanto, era seu amigo [1].

Diz Oliveira Lima que o Padre Miguelinho se fez notar, durante a revolução, pelo seu espírito evangélico. Tanto é alheia a sentimentos de vingança a proclamação do secretário do govêrno provisório, quando é repassado de uncção religiosa e verdadeira eloquência o sermão da matriz de S. António, por occasião do *Te-Deum*, com que se instalou o novo regime [2].

Como secretário, elaborou todos os decretos, proclamações, ordens, offícios e mais trabalhos do gabinete [3].

Na retirada das forças revolucionárias, para o engenho *Paulista*, acompanhou-as até Olinda, donde tornou atraz, deliberado a morrer pela causa da Pátria. Imitando a nobreza e generosidade do Padre Roma, queimou todos os documentos capazes de com-

(1) Padre D. Martins, ibidem. A desintelligência foi motivada por um irmão do Padre Miguelinho, que era vigário em Jaboatão.

(2) Ibidem, pag. 125.

(3) Oliv. Lima, ibidem.

prometer os partidários da revolução, tarefa em que foi auxiliado por sua irmã, Dona Clara de Almeida Castro, que com elle supportou as agruras da prisão.

Perante o tribunal, não se defendeu, só quebrando o silêncio para reivindicar, como suas, as assignaturas que, no empenho de o salvar, punha em dúvida o conde dos Arcos [1].

Confortado com os soccorros da Religião, contricto das suas faltas como padre, mas irreductivel no seu patriotismo, caminhou para a morte recitando o *Miserere*, alternadamente com José Luís de Mendonça, que com elle foi arcabuzado no Campo da Pólvora. Ainda na manhã do martyrio, como se indignasse o Mendonça contra os juizes, que lhe rejeitaram os embargos, observou-lhe o Padre Miguelinho, *na humilde altivez de quem sabe olhar para além túmulo: Querido amigo, façamos e digamos só aquillo para que temos tempo.*

Frei Joaquim do Amor Divino Rabello, por alcunha o *Frei Caneca*, natural do Recife, só figurou em grande destaque na revolução de 1824; mas foi também dos combatentes de 1817, um dos guerrilheiros contra

(1) Padre D. Martins, ibidem, pag. 357. — Oliv. Lima, ibidem, pag. 242.

as forças do general Cogominho e um dos assaltantes da fortaleza do Brum. Após quatro annos de prisão nos cárceres da Bahia, não arrefeceu no ardor patriótico, sendo um dos próceres da Independência e o folliculário da Confederação do Equador. Na revolução de 1824, fugiu para o Ceará, sendo finalmente prêso e fuzilado no Recife, por não se encontrar quem se prestasse a enforcá-lo [1]. Ter-lhe-ia sido fácil escapar ás garras da justiça. Não o fez, porém, confiado na munificência imperial, como quem se batera pela liberdade da Pátria. Assistido de Fr. Carlos de S. José, futuro Bispo do Maranhão, recebeu todos os soccorros espirituaes, tendo morte edificante e christã. A ceremônia da degradação sacerdotal, registada pelos chronistas, é uma página commovente, em que Fr. Caneca revelou toda a grandeza da sua alma. Voltaremos, opportunamente, a esta figura sympáthica da Confederação do Equador [2].

Luís do Rego levára ainda ao cadafalso, no Recife, os Padres Tenório e Albuquerque

(1) Padre Luna, ibidem, pag. 220.

(2) Estas rápidas notas biográphicas são resumidas de Oliveira Lima, Padre Luna, Padre D. Martins e Relação do Archivo Público da Bahia.

Lins, sem contar o infeliz José Peregrino, uma criança de vinte annos apenas.

Triste periodo de bárbaras represálias, que só poderiam cimentar, no ânimo dos brasileiros, o pensamento da independência. A' custa do sangue de seus filhos e de sacrifícios sem conta, crescia o Brasil na consciência dos seus direitos, para um dia, grande, nobre e generoso, estender a mão amiga áquelle mesmo povo que o não soube formar com mais tolerância e melhór comprehensão dos seus próprios interesses.

A revolução do Porto, em 1820, repercutindo na Bahia, vem pôr termo aos soffrimentos dos patriotas, restituindo á liberdade trinta e quatro sacerdotes, além de outros vinte e um anteriormente indultados. Não nos sendo possivel emmoldurá-los todos na estreiteza do quadro, a que se circumscreve este simples esboço, aqui registamos, rapidamente, os nomes gloriosos dos que escaparam ás referências do texto ou das notas que o acompanham.

PADRE ANTONIO JACOME BEZERRA — natural de Igarassú, cavalleiro da Ordem de Christo, vigário de Santo António do Recife, tio de Domingos Theotónio, liberal exaltadissimo e impenitente. Maltratado pelos marujos, ao embarcar para a Bahia, só não

foi assassinado por se ter envolvido na bandeira portuguêsa. Acolhido pelos padres da Congregação do Oratório, dahi seguiu para a Bahia, a bordo da corvêta *Carrasco*. Nota o Padre Dias Martins, entre as suas muitas benemerências, *que viveu sempre em perfeita harmonia com a irmandade do S.S. Sacramento,* o mesmo sodalício que vimos em luta com o Bispo Azerêdo Coutinho. Esta circumstância bem define o vigário, a irmandade e... o chronista.

PADRE FRANCISCO MANUEL DE BARROS — pernambucano, emissário do govêrno provisório no Rio Grande do Norte e Ceará. Nomeado coadjutor de Aracaty pelo Visitador diocesano, Padre João Damasceno Xaviér, não chegou a pôr em prática as instrucções secretas com que o despachára o dicto Visitador, pois foi prêso logo ao desembarque. Pronunciado pela Alçada, ficou entretanto retido, por enfermo, num hospital do Recife, até que o viesse libertar a revolução do Porto.

PADRE FRANCISCO MUNIZ TAVARES — chronista da revolução pernambucana, cuja obra nos serviu de guia neste trabalho, laureado em theologia pela Universidade de Paris, cônego monsenhor da capella imperial, deputado ás côrtes de Lisboa e á Constituinte brasileira, conselheiro de Estado, se-

cretário da legação brasileira juncto á Santa Sé, cujo primeiro titular foi também um ecclesiástico, Monsenhor Vidigal.

Discípulo do Padre João Ribeiro e protegido de Arruda Câmara, *foi essencialmente um liberal* — diz Oliveira Lima — *com todas as ingenuidades, preconceitos e arrebatamentos que comporta semelhante credo.*

Secretário ou simples amanuense do Padre Ribeiro, crime esse capitulado de lesa-majestade, foi mandado para os cárceres da Bahia, onde se lhe deparou a fortuna de aperfeiçoar os seus estudos com Frei Caneca e António Carlos. Posto em liberdade, após quatro annos de enxovia, preferiu seguir por terra até Pernambuco, aproveitando essas duzentas e tantas léguas de ásperos caminhos em colligir notas e apontamentos que, ao depois, lhe vieram a servir para a sua História da Revolução.

Apresentou e defendeu, na Constituinte, o projecto de expulsão dos portuguêses suspeitos á independência nacional. No fim da vida, desgostoso e desenganado, mal visto do clero e dos liberaes, retirou-se da política, consummindo os últimos dias em obras de beneficência e caridade.

PADRE FRANCISCO DE SALES COELHO — natural do Recife, cavalleiro do hábito de Christo, vigário collado do Limoeiro,

um dos mais ardorosos combatentes da revolução. De estola e roquête assistiu á proclamação da liberdade, na casa do conselho, pelo que foi preso e pronunciado a 13 de setembro.

PADRE GONÇALO BORGES DE ANDRADE ANDRIS — pronunciado a 13 de setembro, natural da Serra dos Martins, no Rio Grande do Norte. Fez parte do contingente que, da Serra dos Martins, reunido ás forças do Rio do Peixe, marchou contra Icó, na vã esperança de recuperar o terreno perdido pela revolução. Nos cárceres da Bahia, foi um dos discípulos de António Carlos. Eleito deputado substituto ás côrtes de Lisboa, não chegou a tomar posse.

PADRE JOÃO BAPTISTA DA FONSECA — coadjutor da matriz da Bella-Vista, no Recife, prêso a 11 de junho, sem mais outro crime além do enthusiasmo com que saudou a revolução.

PADRE JOÃO BARBOSA CORDEIRO — natural de Goyana, poeta e orador, vigário de Porto-Alegre, no Rio Grande do Norte, propagandista enthusiasta da revolução, prêso a 20 de junho. Foi sacerdote de vastos conhecimentos, do que deixou provas nos cárceres da Bahia. Deputado pela sua província, redigiu, no Rio de Janeiro, em 1834, o periódico político — *Bussola da Liberdade* — e o

— *Propugnador Cathólico* — em Maceió, em 1852. Traduziu o — *Compendio de Lógica Popular* — de Ad. Leconte, bem como o *Tratado de Rhetórica* — de Augusto Houvon. Escreveu um drama histórico intitulado — *Arcoverde ou a Glória dos Tabayares.*

PADRE JOÃO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE — vigário collado do Cabo de Santo Agostinho, cavalleiro do hábito de Christo. Adepto dos *mystérios democráticos* e sócio effectivo das *Academias Suassuna e Paraiso*, offereceu ao govêrno provisório toda a sua baixella e mais objectos de prata que possuia, substituindo-os por outros de *ferro e páu*, e ainda mais toda a prata da sua própria matriz, inclusive a lâmpada do S. S. Sacramento, — extranha generosidade que nunca lhe perdoaram os parochianos. Foi preso a 24 de máio.

PADRE JOÃO DAMASCENO XAVIÉR CARNEIRO — de familia illustre da cidade do Natal, Visitador diocesano no Ceará, cargo de que se valeu para, mais afoitamente, propagar a revolução no Ceará e Rio Grande do Norte. Prêso e maltratado pelos esbirros, falleceu ao embarcar para a Bahia.

PADRE JOSE' DA COSTA CIRNE — da Parahyba do Norte, propagandista fogoso e enthusiasta. Foi mais tarde deputado ás côrtes de Lisboa. Assignou, sem restricções, a

constituição portuguêsa, ainda que, segundo o Padre Martins, sem intenção de a cumprir.

PADRE JOSE' PHILIPE GUSMÃO — coadjutor da freguezia de Itambê, onde foi activo propagandista.

PADRE JOSE' PEREIRA NOBRE—vigário de Pombal, na Parahyba, onde prestou relevantes serviços á revolução. Por instigação sua, reuniu-se o povo de Pombal ao exército do Rio do Peixe, contra os reaccionários.

PADRE JOSE' GONÇALVES OURIQUE—coadjutor de Campina Grande, na Parahyba, propagandista ardente e enthusiasta, grande auxiliar do vigário, na hora das incertezas e provações.'

PADRE JOSE' IGNÂCIO DE BRITO — coadjutor da Parahyba, também auxiliar do vigário, na propaganda revolucionária. Capellão das tropas libertárias, foi accusado de haver benzido as bandeiras da república e de exceder-se a ponto de dançar publicamente, pelas ruas, á noticia das victórias da sua causa.

FREI JOSE' MARIA DO SACRAMENTO BREYNER — natural do Recife, carmelita professo da mesma cidade, mestre de história pátria e prior do convento de N. S. da Guia, na Parahyba. Definindo-o com um só traço, diz o Padre Martins que *o seu gênio atilado e caracter nacional o fizeram mais propenso*

para as virtudes patrióticas, do que para as impertinências e minúcias religiosas, o que quer dizer, em que pese ao seu interessante biógrapho... um frade sem vocação. Este Padre Martins, outro frade sem espírito, sem nenhuma vocação religiosa, mação fanático e exaltado, é ás vezes precioso nas suas informações.

Preso a 26 de máio, como guerrilheiro da revolução, nas luctas da Independência reapparece o frade carmelita, á frente de um batalhão de couraceiros, contra os portuguêses intrincheirados na Bahia.

PADRE LUíS CARLOS COELHO DA SILVA — coadjutor do Limoeiro, em Pernambuco, auxiliar do vigário na revolução, prêso a 23 de máio.

PADRE LUíS JOSÉ DE CAVALCANTI LINS — natural do Recife, vigário da matriz do Sacramento, cônego honorário com hábitos prelatícios, cavalleiro da Ordem de Christo, membro effectivo das academias libertárias. Foi um dos enthusiastas que saudaram a revolução, com pompas religiosas e solennidades públicas. Prêso no seu engenho *Paulista,* soffreu grandes insultos do povo e até dos parochianos. Era irmão do Padre António José de Cavalcanti Lins, que se enforcou na fortaleza das Cinco-Pontas. Ainda depois de 1821, continuou a envolver-se em

luctas locaes, sendo mais tarde, em 1824, um dos membros do conselho revolucionário de Paes de Andrade, na Confederação do Equador.

PADRE MANUEL GONÇALVES FONTES — natural do Recife, vigário dé Páu dos Ferros, no Rio Grande do Norte, cavalleiro da Ordem de Christo. Adepto dos *mysterios democráticos*, leu e persuadiu do púlpito as proclamações do govêrno provisório, prègando as doutrinas revolucionárias e auxiliando, quanto pôde, a mallograda expedição do Rio do Peixe. Esteve prêso, na Bahia, até 1820, sendo solto por um decreto.

PADRE MANUEL JOSÉ DE ASSUMPÇÃO — natural do Recife. Proclamou e sustentou a república na villa do Páu d'Alho, um dos centros de maiór resistência contra os legalistas. Sahiu da cadeia em estado de completa imbecilidade.

PADRE VENANCIO HENRIQUE DE REZENDE — coadjutor do Cabo de Santo Agostinho, auxiliar do vigário, padre Cavalcanti de Albuquerque, no movimento revolucionário. Defendeu a liberdade, affirma o Padre Martins, *com á lingua, com a pena e com a espada,* e foi um dos guerrilheiros de Pindoba. Prisioneiro na batalha de Ipojuca, livrou-se em 1821. Restituido á sua coadjutoria, continuou a prègar a democracia, pelo que foi no-

vamente prêso, por suspeitas de tentar contra a vida de Luís do Rego, e remetido para Lisboa, a bordo do brigue denominado *Intriga*, com quarenta e um companheiros. De volta á pátria, após a brilhante e corajosa defesa que, das victimas de Luís do Rego, fez Mons. Tavares perante as côrtes de Lisboa, foi um dos mais ardorosos paladinos da Independência, e finalmente deputado á Constituinte brasileira. A câmara de Olinda, acoimando-o de republicano, pretendeu arredá-lo da Constituinte, denegando-lhe o diploma de deputado. Venceu, porém, a opinião de António Carlos que, fazendo reservas quanto ao *verdadeiro patriotismo e decidido zêlo* do Padre Venâncio — condição exigida pelas instrucções eleitoraes — não encontrava provas convincentes para lhe cassar o mandato [1].

Empossado da cadeira, impugnou, pouco depois, a possibilidade de ser a constituição outorgada pelo monarcha. Em 1834, ao tempo da discussão do Acto Addicional, presidiu a Câmara dos Deputados [2].

Fugindo a perseguições políticas, emigrou para o México e Estados Unidos, em 1825. Representou a sua provincia em quasi

(1) Conf. Agenor de Roure, Rev. do Inst. Hist. do Bras., t. esp., p. III, pag. 827.

(2) Conf. dr. L. Carneiro, ibidem, pag. 215.

todas as legislaturas, sendo ainda deputado em 1843. Em 1848 foi collado párocho de S. António do Recife. Posto que mais ou menos arredado da política, foi ainda 3º vice-presidente da Província, em 1857, e, successivamente, director do Lyceu de Pernambuco e director geral da instrucção pública [1].

PADRE VIRGINIO RODRIGUES CAMPELLO — natural do Recife, vigário collado de Campina Grande, na Parahyba, cavalleiro da Ordem de Christo. Proclamou e defendeu a república, na sua paróchia, pelo que foi prêso pela Alçada e remetido para a Bahia. Tendo implorado a clemência do Soberano, voltou á sua paróchia, onde se dedicou ao ensino das crianças pobres e abandonadas, recolhendo-as em sua própria casa. Foi eleito deputado ás côrtes de Lisboa, e teve assento no célebre congresso de 14 de agosto.

PADRE VENANCIO OU VERISSIMO MACHADO FREIRE — parahybano, vigário de Mamanguape. Tendo adherido fervorosamente á revolução, foi um dos mais ardentes antagonistas de Fr. João de S. Teresa que, bém ou mal, lhe succedeu na paróchia, e do Padre José Dias, vigário de Mipibú, ambos legalistas e conservadores convictos.

(1) Conf. Padre Luna, ibidem, pag. 102.

PADRE JOSÉ COSME CHACON — vigário de S. Lourenço da Mata, cavalleiro da Ordem de Christo. Carregado de annos, sciência ecclesiástica, penitência e mais virtudes sacerdotaes, foi entretanto prêso por conniven-te com a revolução.

PADRE FRANCISCO XAVIÉR GARCIA — vigário de Villa-Viçosa, no Ceará. Achando-se no Recife, ao estalar a revolução, foi deputado pelo govêrno provisório para a propaganda no Norte, em companhia do Visitador, Padre João Damasceno Xaviér. Prêso como conspirador, foi declarado innocente pela alçada da Bahia.

FREI BENTO DO CARMO — prêso por suspeito.

FREI FRANCISCO DA COSTA MEDEIROS — natural do Recife, vigário da matriz do Sacramento, donde foi expulso por intrigas da célebre irmandade do S.S. Sacramento, com quem vivia em perfeita paz o Padre Jacome Bezerra. Em compensação, foi nomeado Cônego Thesoureiro-mór da Sé de Olinda, para onde levou o perfume das suas virtudes e costumes apostólicos. Tendo homiziado em sua própria casa a um dos chefes revolucionários, foi prêso pela Alçada que, entretanto, o declarou innocente.

PADRE FRANCISCO DIAS DE OLIVEIRA — natural de Minas Geraes e residente em

Pernambuco. O Padre Dias Martins faz referências muito severas sobre o caracter deste sacerdote mineiro, o qual só teria contribuido para a revolução com brindes calorosos nos banquetes patrióticos, de que era figura obrigada e infallivel. Nos cárceres da Bahia, teve o rosto navalhado por companheiros de prisão.

PADRE JOSÉ GONÇALVES OURIQUE — coadjutor de Campina Grande, na Parahyba, natural de Pernambuco, auxiliar do vigário, na campanha revolucionária.

PADRE ANTÓNIO FELIX VELHO CARDOSO — parahybano, um dos primeiros membros do areépago de Itambé, sacerdote de muita popularidade, vasta erudição e virtude. Desposando a revolução, trabalhou efficazmente por que fosse ella adoptada em sua provincia. Foi solto pela carta régia de 6 de fevereiro de 1818.

Mais ou menos envolvidos na revolução, prêsos ou simplesmente suspeitos, contam-se ainda os seguintes sacerdotes:

Padre António Monteiro, da Parahyba;

Padre António Carvalho Leal, de Pernambuco;

Padre António Pereira de Sousa, da Parahyba;

Padre Bento de Faria Braga, de Pernambuco;

Padre Caetano José de Sousa Antunes, de Pernambuco;

Padre Domingos Marques, de Pernambuco;

Padre Domingos de Sousa, de Pernambuco;

Padre Joaquim José de Sant'Anna, do Rio Grande do Norte;

Padre José Felício, de Pernambuco;

Padre Manuel Ferreira da Silva Coutinho, de Pernambuco;

Padre Manuel Thimótheo, de Pernambuco;

Padre Carlos José ou Carlos António dos Santos, do Ceará;

Padre Sylvestre da Costa Gyraz, capellão das tropas revolucionárias.

Relevae-me o enfado destas notas biográphicas que, entretanto, me pareceram necessárias á mesquinhez do plano que me impús. Ha ahi bastante com que lisonjear o clero brasileiro que, ainda no escuro de uma formação incompleta, avulta sobranceiro entre os que mais timbraram de bem servir ao torrão natal.

Dentro em poucos dias, arreadas das suas melhores galas, ao som de hymnos festivos e

cânticos de alegria, por entre flores e nuvens de incenso, nas cathedraes e nas igrejas matrizes, nas pequenas ermidas do sertão e ainda nos modestos oratórios das famílias christãs, os bispos e os padres, intérpretes da alma da Nação, depositários das tradições que primeiro lhe sorriram, ao entrar para o concerto dos povos civilizados, livres e independentes, — os bispos e os padres entoarão o *Te-Deum laudamus*, em acção de graças pelos benefícios que a Providência Divina tem derramado, a mãos largas e dadivosas, sobre o caro Brasil dos nossos sonhos e das nossas esperanças.

E não somente graças lhe daremos, emquanto ao longe troarem os canhões em saudação á bandeira nacional desfraldada sobre trinta milhões de brasileiros felizes e orgulhosos da sua pátria. E não somente graças lhe daremos, emquanto ao longe — muito ao longe talvez—bulhento e rumoroso, no enthusiasmo de um povo consciente do seu prestigio e valimento, desfilar o préstito solenne das commemorações cívicas. Não sómente graças lhe daremos, sinão que iremos depositar, no altar de Deus e nas aras da Pátria, a memória dos suores e do sangue que por ella temos derramado, esquecendo, em movimento de fácil abnegação a quem desconhece pequeninas ambições, a repulsa que injustamen-

te relegou para o último plano esse clero ardente e generoso, que por Deus e pela Pátria se tem batido, como quem de mais alto espera a recompensa. Com Deus e para Deus, tem sido e ha de ser o patriotismo o mais bello florão do clero brasileiro.

Pondo em commum as tradições do passado, as conquistas do presente e as esperanças do futuro, o patriotismo era, para os antigos, a mais estimavel das virtudes naturaes, e Aristóteles delle fez o ideal terrestre por excellência. Para nós, que o bebemos em principio mais alto e absoluto, o patriotismo é um dever, é uma lei inquebrantavel, é quasi um culto religioso. Por isso, não há christão perfeito que não seja perfeito cidadão; não há sacerdote completo que não seja um patrióta completo.

E' o nosso dever, é a nossa lei: — o nosso dever e a nossa honra, a nossa lei e a nossa glória.

SEGUNDA PARTE

A INDEPENDENCIA

I

A INDEPENDENCIA

A condição lastimosa a que ficou reduzida a população do Rio de Janeiro, após a retirada de D. João VI para Lisboa, mais ainda, si possivel, havia de radicar, na parte pensante do país, a idéa da independência, por inadiavel e fatal. Tendo já conseguido regalias que, nem por serem limitadas, seriam despreziveis, não podia o Brasil retroceder, offerecendo o collo, submisso e impassivel, á política ronceira das côrtes de Lisboa.

Entre esses que, nas côrtes portuguêsas, affrontando malquerenças e contumélias, deram brado pela pátria distante e opprimida, estão o Bispo de Coimbra, D. Francisco de Lemos Faria Pereira Coutinho, reitor e reformador da Universidade, brasileiro, natu-

ral de Campos; o ex-Bispo de Olinda, agora de Elvas, D. José Joaquim de Azerêdo Coutinho, que uma só vez compareceu ás côrtes, discursando, porém, com tanta vehemência sobre as cousas do Brasil, que fez profunda impressão no congresso, nas galerias e na cidade. Adoecendo, logo no dia seguinte, ou na mesma noite, veiu a fallecer com a suspeita de que houvesse sido víctima de um crime político [1].

Vém depois Mons. Muniz Tavares, Padre Seraphim de Sousa Pereira e Padre Ignácio Pinto de Almeida Castro, por Pernambuco; — o sábio Padre Francisco Agostinho Gomes [2], e Padre Marcos António de Sousa, vi-

(1) Mello Moraes, pae. Conf. R. Pombo, ibidem, vol. VII, pag. 378, nota.

(2) Mello Moraes, que o conversou intimamente, o tinha na conta de sábio, sem embargo da modéstia a que vivia habitualmente recolhido. Era simples diácono, posto fosse notado pela doçura de costumes, gravidade de maneiras e suavidade de caracter. Eram-lhe familiares as linguas vivas européas, além do grego e do latim. Versado em botânica, mineralogia, philologia (ainda muito incipiente) e economia política, deixou manuscriptas essas diversas matérias e enriqueceu o Museu Real de Lisboa. De familia abastada, protegeu a educação de muitos rapazes na Europa, e contribuiu largamente para obras de interesse público, pio ou religioso. Nas côrtes de Lisboa, apoiou os deputados paulistas, recusando a constituição portuguêsa. Foi membro da Constituinte brasileira, onde,

gário da Victória, ao depois Bispo do Maranhão, pela Bahia; — Padre Francisco de Assis Barbosa, por Alagoas; — o Vigário Capitular, depois Bispo do Pará, Cônego Romualdo de Sousa Coelho, pela mesma provincia [1]; — Padre José Martiniano de Alencar, pelo Ceará; — Padre João da Costa Cirne (substitutto) e Padre Virginio Rodrigues Campêllo, que não compareceu [2]; — Cônego Belchior Pinheiro de Oliveira, vigário de

por timidez, não quís tomar assento. Conf. Diogo Soares da Silva, Rev. do Inst. Hist. Bras., vol. IV, pag. 28, sup.

(1) Tio de D. Romualdo António de Seixas, com quem o confundem algumas vezes. Presidiu a junta provisória e, nesse caracter, ainda que fosse pela Metrópole, muito se esforçou por conciliar os dois partidos, pacificando os animos exaltados, dirigindo por fim a pomposa acclamação de D. Pedro I. Restabeleceu a órdem pública na villa de Cametá, em 1823, e, mais tarde, em 1836, também na cidade de Belém, anarchizada pelos sediciosos. Foi um prelado distincto e de grandes serviços á sua Diocese. Conf. Mont. Baena, Rev. do Inst., v. III, pag. 469.

D. Romualdo teve igual votação á do dr. João Candido de Deus e Silva, que depois foi lente de Direito civil, na Faculdade de S. Paulo; mas a sorte decidiu em favor do Bispo. Conf. Alm. Nogueira, Trad. e Reminisc., quinta série.

(2) Todos estes nomes e alguns dos seguintes são já conhecidos do leitor. Os demais serão conhecidos no decorrer deste trabalho.

Pitanguy, e Padre José Custódio Dias, por Minas Geraes; — Padre Diogo Antônio Feijó, por S. Paulo; — Padre Lourenço Rodrigues de Andrade, por S. Catharina. Apresentou-se este padre *com simplicidade de rústico, vestido de fazenda fiada e tecida na sua terra natal,* — dizem as chrónicas, e é curioso que, por isso, lhe houvessem duvidado da identidade os *progressistas* do Reino, elles que, por alvará de 1765, haviam prohibido a fiação no Brasil [1]; — Cônego José João Berckmans Caldas, pelo Maranhão; — Padre Domingos da Conceição, pelo Piauhy; — Padre Luís Antônio da Silva Sousa, por Goyás; — Padre João de Santa Bárbara, pelo Rio Grande do Sul — muitos delles conhecidos patriótas de 1817 e alguns outros futuros deputados á Constituinte brasileira [2].

No entretanto, por serenar os ânimos,

(1) Conf. dr. José A. Boiteux, Rev. do Inst., t. esp., p. prim., pag. 905. — Constituido o Senado brasileiro, por decreto de 22 de janeiro de 1826, na mesma data foi o Padre Lourenço nomeado senador. Tomou assento a 5 de maio do mesmo anno e falleceu a 18 de abril de 1844, tendo representado a sua provincia por espaço de 18 annos. Ibidem, pags. 908 e 916. — Era catharinense, cremos que da freguezia de S. Antônio, que parochiou por largos annos.

(2) Conf. R. Pombo, ibidem, pag. 596.

mais ou menos exaltados, decretava o Principe Regente providências várias de incontestavel alcance politico, sobrelevando entre ellas a liberdade da imprensa.

Graças a essa tolerância, aliás de curta duração, fundaram-se, no Rio de Janeiro, o *Revérbero* e o *Regenerador*, jornaes políticos onde, de parceria com os próceres da situação, terçavam armas pela Independência o Cônego Januário da Cunha Barbosa e Frei Francisco de Santa Terêsa de Jesus Sampáio.

A imprensa vermelha e o pasquim violento traziam a cidade *em susto e agitação permanente*, não devendo esquecer-se — accrescenta Rocha Pombo — a parte notavel que nessa campanha teve o clero, tanto pela imprensa como do alto do púlpito, em sermões inspirados do amor da pátria e da justiça [1].

De facto. Da cadeira sagrada, naquelle tom gongórico e enfatuado caracteristico do tempo, bradava Frei Sampáio, na capella real: "O' Deus... Dirige as minhas idéas; que ellas, sahindo dos pórticos do templo, se espalhem por todas as províncias do Continente, e que vão ao longe mostrar os sentimentos do Brasil, na época actual, em que se fazem esforços para que elle retroceda

(1) Ibidem, pag. 602.

da mocidade ao estado de infância. Vejam os legisladores o que somos nós, para que, mudando de planos, concordem no que, de justiça e necessidade absoluta, devemos ser. Sinão... O' Deus [1].

Era a ameaça pública e solenne, na bôca de um religioso que, sendo tão tímido por temperamento, até medroso, nos ardores da sua fé hauria forças que multiplicasse na propaganda patriótica, arrostando a própria morte [2].

Na cella humilde e remansosa do humilde franciscano, *l'homme le plus savant du Brésil,* ao parecer de um viajante francês [3], em conciliábulos mais ou menos secretos, urdia-se a trama que, por bem travada, houvesse de obstar ao Príncipe Regente a volta para o Reino. E quando, mais tarde, já então no caminho franco das liberdades constitucionaes, á mesma cella ia o primeiro imperador beber conceitos que se corporificassem na magna carta brasileira [4]. Nem esqueçamos que, sob as arcarias do velho convento de S.

(1) Conf. Cerq. Mendes, Figuras antigas, Fr. Sampáio, pag. 9.

(2) Cerq. Mendes, ibidem. — R. Pombo, ibidem, pag. 602, nota.

(3) Conf. Oliv. Lima, D. João VI, v. I, pag. 89.

(4) Conf. Cerq. Mendes, ibidem.

Francisco, ali onde hoje é a Faculdade de Direito, ouvira Fr. Sampáio as sábias lições de Fr. Francisco de S. Carlos, o poeta da Assumpção da SS. Virgem, patrióta tão ardente, quanto o foi também o príncipe dos oradores sagrados, Fr. Francisco de Mont'Alverne [1].

De seu lado, esforçava-se o Cônego Januario da Cunha Barbosa na mal ferida campanha, em que primava o *Regenerador* por desassombrado e violento.

Como Frei Sampáio, não cabe o Cônego Januário no estreito espaço a que se abriga esta memória. Aliás, são duas figuras bastante avultadas, na história da Independência, para que nos demoremos aqui em lhes colorir a biographia fartamente conhecida. Fundador do Instituto Histórico Brasileiro, jornalista, poeta, orador e mestre abalizado, sobram-lhe virtudes christãs e benemerências patrióticas, com que illustremos o seu elogio. A vida, que tão só lhe mereceu cuidados por melhór servir a Deus e á Pátria, teve-a elle, ao cabo, travada de amarguras, que este é, de ordinário, o condão com que, do vulgo, se distanciam as almas superiores.

Exilado para a França, ao tornar de Minas Geraes, victorioso no empenho de conso-

(1) Cerq. Mendes, ibidem. — R. Pombo, ibidem.

lidar o nascente e já formoso império, longe da Pátria serviu-a elle com o mesmo ardor, saturando-se de boa doutrina que, por mais larga e alevantada, lhe assegurasse o pedestal de patrióta [1].

Aggravada no Rio de Janeiro, invadindo os próprios conselhos da Corôa, alastrava-se, por todo o país, a corrente nacionalista, no tumultuar das paixões mal sopitadas, insoffridas sempre.

Não se dirá que, em todos os espíritos, tão nitida se desenhasse a idéa da liberdade nacional, que não pendessem uns para a Metrópole mais humanizada em seus processos de govêrno, emquanto cerravam outros pela independência pura e simplesmente.

O próprio José Bonifácio, ao constituir-se a primeira junta de S. Paulo, tinha ainda por acceitavel uma conciliação com o nativismo revoltado [2].

Como quer que seja, já não entende a Colónia, quasi emancipada, que lhe vedem os surtos para a liberdade, com ou sem a Metrópole.

(1) Conf. dr. Paula Menezes, Rev. do Inst. vol. XI, pag. 240.

(2) Conf. Toledo Pisa, Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo, vol. X, pag. 196.

A revolução constitucionalista de 1820, chegando ás remotas províncias brasileiras, foi, de certo, um passo agigantado, donde sahiram as juntas que, mais ou menos obedientes a Metrópole, já se alteavam bastante para lhe falar como súbdito e não como escravo.

A junta de S. Paulo, posto lhe reconhecesse competência legal e lhe assegurasse a dedicação dos povos da Provincia, protestava ao Principe Regente que *a ella cabia autoridade para tratar, exclusiva e livremente, dos negócios internos.* Igualmente se pronunciava a de Minas-Geraes, declarando-lhe porém que *nem órdem sua, nem leis das côrtes se executariam, na Provincia, antes da sanção do govêrno de Villa-Rica* [1].

Em Belém do Pará, era membro da junta de 1821 o Chantre, Joaquim Pedro de Moraes Bittencourt [2]. Dissolvida a junta de que era vogal o Arcediágo António da Cunha [3], tem o novo govêrno por presidente o Vigário Capitular, Cônego Romualdo de Sousa Coelho, homem recto e prudente que, si de

(1) Conf. R. Pombo, ibidem, pag. 570.
(2) Warnhagen, Hist. do Brasil, na Rev. do Inst., v. LXXIX, p. prim., pag. 494.
(3) Conf. R. Pombo, ibidem, v. VII, pag. 487, nota 3.

principio pugnára pela obediência á Metrópole, foi depois um pacificador de luctas intestinas, abraçando resoluto a causa nacional [1].

Na Bahia, o mais formidavel reducto do partido português, conta-se o Deão José Fernandes da Silva Freire, entre os membros do govêrno, a que houve de render-se o conde da Palma [2], na esperança de que *as côrtes lançariam, por fim, os fundamentos da felicidade e consideração a que o Brasil legitimante aspirava* [3].

(1) Ibidem, pag. 490, nota. — «O movimento constitucionalista, no Brasil, — observa Oliveira Lima — seguiu a direcção norte-sul; foi o Pará o primeiro a adherir á revolução portuguêsa, da qual teve conhecimento pelo estudante paraense Alberto Patroni... A 1 de janeiro de 1821, os revolucionarios depuzeram o governo então existente, constituiram uma junta provisória, da qual foi presidente o vigário capitular Romualdo António de Seixas (?), mais tarde Arcebispo da Bahia, e ocupou posição saliente no parlamento nacional, defendendo a verdadeira doutrina da Igreja contra o excessivo liberalismo de Feijó; e, immediatamente, o povo, as tropas e as autoridades juraram obediência ao rei e á dymnastia de Bragança, ás côrtes geraes e á constituição que ellas decretassem. Quanto á obediência á constituição *in fieri*, o presidente da junta resalvou a clausula de ser mantida a religião cathólica». Conf. dr. Viveiros de Castro, Rev. do Inst., t. esp., pag. 494, nota.

(2) Conf. R. Pombo, ibidem, pag. 494, nota.

(3) Offício da junta bahiana ás côrtes de Lis-

Em Pernambuco alliam-se os padres patriótas de 1817 com os revoltosos de Goyana e Igarassú, emquanto Mons. Muniz Tavares, nas côrtes de Lisboa, triumpha de Luís do Rêgo, arrancando-lhe as victimas da odiosa prepotência [1].

Na Parahyba, em vereação celebrada na igreja matriz, constitue-se a junta provisória que ha de governar a Província, em nome da Constituição, e della fazem parte os Padres Amaro de Barros de Oliveira Lima e Galdino da Costa Villar [2].

No Maranhão vém á tona o Cônego João José Berckmans Caldas; o Cônego José Constantino Gomes de Castro, prêso por suspeito á causa da Metrópole e deportado para Lisboa; o Cônego Francisco da Mãe dos Homens Carvalho, conhecido pela sua opposição á toda idéa de independência; o Padre José António da Cruz Ferreira Teimbo, redactor de um *Conciliador*, que nada tinha de patrióta, até que, installada a junta provisória, nella tem a presidência o Bispo D. Frei Joaquim de N. S. de Nazareth [3].

boa, lido em sessão de 1821. R. Pombo, ibidem, pag. 941, nota.

(1) Ibidem, pag. 500, nota.

(2) Ibidem, pag. 506, nota.

(3) Ibidem, pag. 509, nota.

Religioso franciscano da provincia de Arrabida, português de nascimento e leal ao seu rei, que o cumulára de honrarias, não quís o Bispo do Maranhão adherir á Independência, sem embargo das solicitações do Imperador [1]. A 30 de janeiro de 1823, escrevia-lhe D. Pedro, pedindo-lhe que trabalhasse *para unir o Maranhão ao Império a que elle pertence, como província... que nisto faz grande serviço ao Brasil e a mim... e não desagrada a meu pae, que está captivo de vís carbonários, que são todos contra a Religião que professamos, e que estão excommungados pelo chefe da Igreja...* [2].

Quanto são duvidosos e suspeitos os sentimentos de D. Pedro, cuja carta só foi entregue a 22 de outubro, isto é, com nove mêses de atraso, tanto é honrosissima, cheia de dignidade e altivez, a resposta do Bispo. Este tinha, ao menos, a coragem das suas convicções e a nobreza de as sustentar perante o Imperador [3].

(1) Conf. dr. Dom. Jaguaribe, Origens repub. do Bras., Rev. do Inst. Hist. de São Paulo, vol. I, pag. 61.

(2) A carta autógrapha de D. Pedro ao Bispo do Maranhão foi encontrada na Câmara Ecclesiástica de S. Luís pelo dr. Cesar Augusto Marques, e vem publicada na Rev. do Inst., t. XLIX, pag. 303, bem como a altiva resposta de D. Fr. Joaquim.

(3) Vide a nota acima.

Retirando-se para o Reino, depois de aconselhar a D. Pedro que *enterrasse a independência* [1], foi nomeado Bispo de Coimbra, Par do Reino, Conde de Arganil e Senhor de Coja. Desilludido, porém, da causa que tão lealmente havia abraçado, a tudo renunciou, fugindo para Liverpool, disfarçado em marinheiro, donde se passou para o Maranhão, em 1846. Assim remiu D. Fr. Joaquim de N. S. de Nasareth a sua primitiva ogeriza contra os *independentes*, vindo a morrer em 1851 cercado da estima e consideração dos seus antigos diocesanos [2].

A junta de S. Paulo arregimenta os Padres Francisco de Paula e Oliveira, João Ferreira de Oliveira Bueno e Philisberto Gomes Jardim, sob os auspícios de José Bonifácio ainda exitante entre os dois partidos.

Em Minas Geraes é vogal da primeira junta [3] o Padre José Bento Leite Ferreira de Mello .

Em S. Catharina é eleito para a junta que, em outubro de 1822, havia de proclamar o Imperador, o Vigário da vara, Padre Joaquim de Sant'Anna Campos [4].

(1) Dr. D. Jaguaribe, ibidem, pag. 64.
(2) Ibidem, pag. 65.
(3) Eleita a 20 de setembro de 1821.
(4) Conf. dr. J. A. Boiteux, ibidem, pag. 906

No estado de quebranto a que chegára o govêrno do Rio de Janeiro, á notícia dos acontecimentos do Norte e, principalmente, da Bahia, não fôra difficil prevêr que, dentro em pouco, exorbitaria toda a Colónia da obediência a que a pretendiam submissa.

De balde se esforça a commissão dos notaveis, de que era membro Monsenhor Miranda e Almeida, por atinar com uma solução em tanto desconcerto. Abandonando os clubes, a bordo dos navios conspiram paisanos e militares. De entendimento com Gonçalves Lêdo, planeia resistência o Cônego Januário da Cunha Barbosa, sendo arrastado á prisão o Padre Dr. Marcelino José Alves Macambôa, sub-diácono português, formado em canones pela Universidade de Coimbra, e o Padre Francisco Romão de Góes, também português, associado ao seu collega, no movimento a que não eram extranhos a rainha D. Carlota e o próprio D. Pedro 1.

(1) Rev. do Inst. Hist., v. LXXIX, p. prim., pag. 519. — O Padre Macambôa tinha então 41 ou 42 annos de idade. Não sabemos si chegou a receber o presbyterato, pois se retirou para Lisboa com a familia real. A propósito disse Warnhagen: «Havia-se formado, desde algum tempo, um pequeno conlúio, para promover a proclamação da constituição portuguêsa. Eram membros *ajuramentados* delle o bacharel Padre Marcelino José Alves Macambôa, o Pa-

Na própria casa do Padre Macambôa, se concerta o levante de 26 de fevereiro, encabeçado pelo brigadeiro Carretti, escolhendo-se o Padre Góes para communicar a D. Pedro as resoluções então assentadas [1]. Tão extremados se ostentaram esses dois padres, no promover e iniciar o movimento sedicioso, que o encarregado dos negócios da França não hesitou em aconselhar a D. João VI que os mandasse punir e encarcerar [2].

Achando-se as tropas no largo do Rocío fraternizadas com os chefes civis, levanta-se o Padre Macambôa a exigir, em nome do povo, o juramento immediato da Constituição que promulgassem as côrtes, a demissão dos ministros e demais funccionários suspeitos, a nomeação de outros mais avisados, cuja lista teve a audácia de apresentar. As-

dre Francisco Romão de Góes e portuguêses extranhos aos interesses do Brasil e nelle não domiciliados. Celebravam-se suas reuniões todas as tardes, em casa do dicto Padre Macambôa, e por influência até da rainha, que desejava que El-Rey fosse obrigado a retirar-se para Portugal, chegaram a pôr-se em intelligência com o principe real, vendo-o até em palácio, na sala do seu guarda roupa, por baixo da sala chamada dos Passaros». Ibid., pag. 64.

(1) Gomes de Carvalho. — R. Pombo, ibidem, pag. 527.

(2) Conf. Oliv. Lima, D. João VI, v. II, pag. 1101.

sim, vencida a realeza pela soberania popular, é immediatamente jurada a futura Constituição, organiza-se o ministério de accordo com a vontade popular, cabendo ao Bispo-capellão-mór, D. José Caetano da Silva Coutinho, a presidência de mesa de consciência e ordens.

Levou-se á conta do Padre Macambôa o obstáculo que, por então, afastou a hypóthese de uma república brasileira. Como quer que seja, opina o insuspeito Warnhagen que a sedição por elle encabeçada impediu o fraccionamento do Brasil, como succedeu ás colónias hespanholas [1].

Dissolvia-se a monarchia portuguêsa, na expressão de Sylvestre Pinheiro, em pleno Conselho de Estado [2]. Ninguém se entendia, nem mesmo sabiam os patriótas como se orientassem.

Muito embora viesse crescendo, dia a dia, a popularidade de D. Pedro, sem embargo das festas e regosijos que saudaram a futura e *divinal* constituição portuguêsa [3], não estimava o partido brasileiro que estivesse o

(1) Conf. Warnhagen, ibidem, pag. 69.

(2) Conf. R. Pombo, ibidem, pag. 535, nota 2.

(3) Assim cantava o hymno constitucional, composto por D. Pedro aos 31 de março de 1821, e offerecido á nação portuguêsa. Conf. Oliv. Lima, ibidem, pag. 1095. D. Pedro tinha velleidades poéticas e musicaes.

Príncipe a coberto de excessos e desatinos pessoaes, sem uma lei que lhe tivesse mão á inexperiência e espírito aventureiro. Exigia-se, portanto, a Constituição hespanhola, com caracter provisório, que essa, ao menos, tinha a vantagem de ser positiva e definida, emquanto a outra era apenas uma esperança.

O Padre Dr. Francisco Ayres da Gama é um dos commissionados para levar ao Rei a vontade do povo que, no auge do fácil enthusiasmo, sem embargo da noite tempestuosa, saúda aos seus deputados com luminários, palmas, flores e... beijos [1].

Crescendo a anarchia, ante a fraquesa de D. João VI, a quem se fazem desairosas imposições, não se liquidou a contenda sem algum sangue derramado, pretendendo até o conde dos Arcos enforcar o Padre Macambôa, como já o fizera aos Padres Roma e Miguelinho [2].

No entretanto, lamentoso e triste, humilhado e diminuido, ao passo que exultava a rainha D. Carlota, partia D. João VI para Lisboa, legando ao Príncipe Regente os percalços todos de uma nacionalidade em for-

(1) Conf. R. Pombo, ibidem, pag. 553.
(2) Ibidem, pag. 562.

mação, em face de outra que se vae fanando e decaindo.

Começam, segundo era de prevêr, as primeiras difficuldades. Da Bahia para o norte, hesitavam as juntas entre as côrtes de Lisboa e o govêrno do Rio de Janeiro. As do Pará e Maranhão fazem liga com as de Goyás e Mato-Grosso, contra a Independência. No Pará iniciam-se as violências contra os patriótas, sendo preso o Cônego Baptista Campos pela junta revolucionária.

Em S. Paulo e Minas Geraes ganha terreno, bém que com alguma timidez, a causa nacional.

No Rio de Janeiro, ao saber-se que as côrtes de Lisboa haviam, finalmente, jurado a Constituição, renovam-se as dissenções, batendo-se o conde dos Arcos pelo Brasil e pelo Príncipe, contra o conde de Louzã irreductivel pela Metrópole. E' principalmente nesse período, agitado e tempestuoso, que mais avulta a acção do *Revérbero*, dirigido pelo Cônego Januário Barbosa e Gonçalves Lêdo.

No levante de 5 de junho, em que se ia renovar a comédia de 26 de fevereiro, substitue-se a figura do Padre Macambôa pela de outro sacerdote português, Padre José Narciso, que, apoiado pela tropa, exige o juramento da Constituição, a demissão do conde dos Arcos e a nomeação de uma junta provi-

sória [1]. A nova junta, sem embargo da presença de D. José Caetano, nada fez entretanto, desapparecendo da scena política tão obscuramente como para ella tinha entrado [2], O caracter dessa junta, accentuadamente português, explica a inacção do Bispo Dom José Caetano, que logo veremos affirmando o seu patrotismo, na presidência da Assembléa Constituinte.

Favorecendo, sem o querer, a causa brasileira, apertam as côrtes, na insciência da sua política estreita e reversiva, pela volta do Príncipe, já então francamente lançado no caminho da Independência. Buscava-se apenas um pretexto, logo apprehendido pelo *Clube da Resistencia*, espécie de maçonaria mais ou menos amorpha [3], onde tinham voz

(1) Também nestes acontecimentos tem a sua parte o padre Macamboa, acompanhado de um jovem de vinte annos apenas, Luís Duprat, que foi mais tarde excellente advogado e jornalista em Coimbra. Este moço, ao que parece, era candidato á carreira ecclesiástica, pois no interrogatório da Ilha das Cobras, declarou que não tinha órdem alguma, o que justifica a hypóthese aventada. Conf. Warnhagen, ibidem, pag. 76.

(2) Conf. R. Pombo, ibidem, pag. 584. — Padre Galanti, ibidem, v. IV, pag. 114.

(3) De facto. Nem todos os membros deste clube eram propriamente maçons. Conf. R. Pombo, ibidem, pag. 607.

preponderante o Cônego Januário Barbosa, Frei Francisco de Sampáio e Frei António de Arrabida, o futuro Bispo de Anemúria — um padre, um frade e um Bispo. Do *Apostolado* de José Bonifácio, outra *officina* mais ou menos maçônica, fazem parte Frei Leandro do Sacramento, Fr. Pedro de Santa Marianna, futuro Bispo de Chrysópolis, Padres Renato Boiret, Narciso da Silva Nepomuceno, Francisco Vieira Goulart e Manuel Rodrigues da Costa [1].

Cabe a Fr. Sampáio a redacção do célebre manifesto fluminense, logo coberto de milhares de assignaturas, pedindo, ou antes, exigindo a permanência do Príncipe no Brasil. Em Minas Geraes, alcança o velho inconfidente, Padre Manuel Rodrigues da Costa, a adhesão da camara de Barbacena, emquanto na villa de Queluz conquista os camaristas para o movimento iniciado o Padre António Ribeiro de Andrade [2].

Em S. Paulo, a quem deu o erudito Toledo Pisa a prioridade do movimento [3], cuja acção — ao pensar do dr. Viveiros de

(1) Conf. Viriato Corrêa, Terra de S. Cruz, cap. Batinas liberaes, já publicado no «Correio da Manhã», pag. 325.

(2) Cons. Drumond. Conf. R. Pombo, ibidem, pag. 607.

(3) Conf. Toledo Pisa, ibidem, v. X.

Castro — na generalização do patriotismo, ou, mais propriamente, na creação do sentimento nacional, foi muito efficiente, para não dizer decisiva [1]; em S. Paulo, subscrevem o manifesto de José Bonifácio os Padres João Ferreira de Oliveira Bueno e Francisco de Paula Oliveira, como membros do govêrno provisório. Nenhum documento official daquella época — continua o insuspeito escriptor — teve maiór importancia do que essa representação, solicitando a permanência do Príncipe no Brasil, não só pela coragem serena com que revidou as injúrias dos portuguêses, como também pela larguesa de vistas, antepondo aos interesses de campanário a idéa de uma grande pátria unida pela communhão de sentimentos, e pela profunda impressão que causou nas côrtes de Lisboa [2].

No mesmo sentido, com igual calor, em linguagem franca e decidida, pronuncia-se o Bispo D. Matheus de Abreu Pereira, o Cabido diocesano e todo o clero paulista. Nesse documento notavel e honrosissimo, de que foi portador o Padre Alexandre Gomes de Azevedo, vigário collado da freguezia de M'Boy, dizia o Bispo acompanhado de seus padres:

(1) Conf. dr. Viveiros de Castro, Rev. do Inst., t. esp., p. III, pag. 46.

(2) Ibidem, pag. 55.

"Pensam muito mal as côrtes, si julgam querer reduzir o Brasil a uma província captiva de Lisboa, para ellas dominarem com um poder despótico e servil... Si V. A. R. seguir o que pretendem as côrtes, ha de se arrepender, e sem remédio... Governe V. A. R. este reino do Brasil com aquella mesma caridade, prudência e sabedoria, com que até agora tem governado e attrahido os corações deste povo brasileiro; e o povo de Portugal se contente com a presença de S. M. Fidelissima, que é de superabundancia... [1].

Sabe-se a impressão profunda que, no animo do Príncipe e das próprias côrtes portuguêsas, causou o manifesto paulista, o primeiro a chegar ãs mãos de D. Pedro.

E D. Pedro *ficou*. São manifestas e notórias as consequencias do *Fico*, verdadeiro repto lançado ás côrtes de Lisboa, quasi logo seguido do brado final da independência.

Contra as forças do general Avilez, congregadas na persuação de burlar a resolução do Príncipe Regente, arregimentam-se no Campo de Sant'Anna, sob o commando do marechal Joaquim de Oliveira Alvares, as milícias brasiléiras, ás quaes se reunem, de

(1) Conf. Eug. Egas, Bras. Hist., v. I, pag. 66.

armas na mão, muitos ecclesiásticos, seculares e regulares [1].

Ao movimento do Campo de S. Anna seguem-se dias de angústia, finalmente coroados do triumpho para a causa brasileira, com a expulsão definitiva das tropas do general Avilez e a altiva repulsa da expedição do vice-almirante Maximiano de Sousa, forçado a retomar o caminho de Lisboa.

Gonçalves Lêdo e o Cônego Januário chefiam o partido radical, urgindo por uma solução definitiva, emquanto José Bonifacio, moderado, calmo e prudente, vae preparando os acontecimentos para o grito do Ypiranga.

Todavia, não estava o Príncipe seguro da opinião pública em todo o país. As províncias do Norte, sempre tão altivamente nacionalistas, hesitam agora, no momento mais opportuno, e, "*onde não reinava a anarchia, predominava o partido português.*"

Na Bahia, onde se formára nova junta, alistando entre os seus membros o Cônego José Cardoso Pereira de Mello e, mais tarde, o Padre Manuel José de Freitas, na chamada

(1) É o testemunho de Mello Moraes, que se póde ver em R. Pombo, v. VII, pag. 625, nota 3. É pena que não tenhamos á vista os nomes desses ecclesiásticos.

junta de defesa [1], dá-se violenta collisão entre o general Madeira, português irreductivel, e o general Freitas Guimarães, deixando no campo cerca de quinhentos mortos e feridos [2]. A tanto chegam a indisciplina e desplante das milícias portuguêsas, que não se aviltam ellas de levar o rumor das armas ao cláustro de N.S. da Lapa, assassinando-lhe a abbadessa e maltratando o venerando capellão, Padre Daniel da Silva Lisboa [3] Acirrando os animos, provocando a desórdem, alimentando a discórdia, esbravejava contra a Independência o periodico *Idade de Ouro,* redigido pelo Padre Ignácio José de Macedo [4].

A nova junta não reconhece, formalmente, a autoridade do Príncipe Regente, mas já não hesita em declarar ás côrtes que "*afóra uma fracção, só numerosa na classe mercantil, a maioria da Província deseja unir-se* (*ao Rio de Janeiro*), *áquelle augusto centro da família brasileira.*"

(1) Accioli. — Conf. R. Pombo, ibidem, pag. 700.

(2) Pereira da Silva. — Conf. R. Pombo, ibidem, pag. 655.

(3) Accioli, v. II, pag. 58. — R. Pombo, ibidem, pag. 654. Não é certo que tenha morrido então o Padre Daniel, bem que tenha recebido ferimentos graves e mortaes.

(4) Conf. Warnhagen, ibidem, pag. 368.

No Maranhão, expulsas as tropas portuguêsas, formára-se a 7 de agosto de 1822, uma junta provisória, sob a presidência do dr. Manuel Ignácio Bruce, a quem se deu por secretário o Padre Pedro António Pinto do Lago [1].

Em Minas Geraes, anarchizada e sacudida entre dois partidos, onde a junta, alimentando, ao que parece, velleidades republicanas, chegou a cunhar moeda [2], julga o Príncipe que era necessária a sua presença, e, nessa viagem triumphal, acclamado pelo clero e pelo povo, tem entre os poucos da comitiva o Cônego Belchiór Pinheiro, vigário de Pitanguy. A' sua volta apressada para o Rio, onde os acontecimentos se iam complicando, encontra presos, por órdem do ministério, diversos cidadãos suspeitos a José Bonifácio, entre os quaes o superior do convento de Macacú, Fr. José de N. S. do Carmo, em cuja cella conspiravam radicaes e portuguêses [3].

Em S. Paulo, accentuavam-se as dissenções contra José Bonifácio e Martim Francisco, dando origem á conhecida *Bernarda de*

(1) Conf. R. Pombo, ibidem, pag. 833.

(2) Diz Mello Moraes que, no Museu da Bahia, existem medalhas com o busto de Cassiano Esperidião de Mello Mattos e a legenda do dictador. Hist. das Const., v. I, pag. 216.

(3) Per. da Silva, ibidem, v. III, pag. 8.

Francisco Ignácio, alistando-se pelos Andradas, contra os reaccionários, o Bispo D. Matheus de Abreu Pereira e todo o clero paulista [1].

"No quartel — diz Toledo Pisa — estava o batalhão de infantaria de milícia augmentado por mulatos e negros, livres e captivos, recrutados nas ruas da cidade, todos *espiritualmente* dirigidos pelo Padre Bernardo Conrado e pelo frade António do Menino Jesus, armados de espada e trabuco, mais cheios de espírito militar que de sentimentos evangélicos; estavam ali como excitadores de rebellião, e não como capellães da força armada, *nem pertenciam ao clero paulista*, parecendo terem ambos sido importados para as funcções que estavam desempenhando [2].

Tal era a milícia dos *bernardistas*, e não admira que entre ella se encontrassem sacerdotes do estôfo do Padre Bernardo e Fr. António. Reservando-se o direito de generalizar, attribuindo a todo o clero defeitos e desvairos que, em alguns, ella mesma gerou ou alimentou, toda causa má, em toda parte e sempre, tem por si os derrancados de todas as classes e de todas as condições.

(1) Conf. Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo, v. VII.

(2) Ibidem, v. X, pag. 165.

Entrementes, desmandavam-se as côrtes em objurgatórias tremendas contra D. Pedro e seus ministros, pretendendo processar a junta de S. Paulo, o Bispo e os padres paulistas. Debalde imaginavam os constituintes oppôr barreira aos acontecimentos que, precipitados, chegavam ao termo, projectando substituir o govêrno de D. Pedro por uma regência, com séde na Bahia, presidida pelo Arcebispo Primaz [1].

Ao discutir-se a moção brasileira, precedida de enérgica repulsa de Campos Vergueiro ás diatribes de Ferreira de Moura, desertaram do congresso quasi todos os brasileiros, por não votarem contra a dignidade do Brasil. O Bispo do Pará, D. Romualdo de Souza Coelho, sacerdote piedoso e leal, foi dos poucos que fraquearam, votando com os portuguêses, e essa falta, perfeitamente explicavel nas hesitações do momento, remiu-a elle, mais tarde, preparando com energia e firmeza a proclamação do primeiro imperador do Brasil [2]. Ao juramento da constituição portuguêsa furtaram-se, altivamente, Mons. Muniz Tavares, Padre Diogo António Feijó, Padre José de Alencar e Padre Francisco Agostinho Gomes que, de Falmouth, para onde tinham fugido

(1) Conf. R. Pombo, ibidem, pag. 718, nota.
(2) Vide a nota anterior sobre D. Romualdo.

ás represálias do populacho, publicaram eloquente e vibrante manifesto. O Padre Feijó, pulso de ferro e coração de bronze, a quem se deve, em grande parte, a consolidação do Império, chegou até a declarar que *só obrigado, violentado e arrastado,* juraria a constituição portuguêsa[1].

No empenho de alcançar a independência da sua pátria, quebrando o proposito do silêncio a que se havia recolhido, justifica o Padre Feijó, em sessão de 25 de abril de 1822, o seguinte projecto, como único meio—dizia elle—"de fazer parar o progresso das desgraças que ameaçam o Brasil, como a medida mais segura para consolidar a reunião da grande família portuguêsa, e para dar ao mundo o irrefragavel testemunho da nossa prudência, desinteresse e justiça:

I — Que se declare que o Congresso de Portugal, emquanto não se organizar a Constituição, reconhece a independência de cada uma das províncias do Brasil;

II — Que a Constituição obrigará sómente áquellas províncias cujos deputados nella concordarem pela pluralidade de seus votos;

III — Que as côrtes prestarão todo auxílio áquella província que se achar ameaçada

(1) Conf. Eug. Egas, ibidem.

de facções, sendo por ella requerido, com o fim sómente de a pôr em perfeita liberdade de escolher;

IV — Que se declare ao govêrno que suspenda todos os provimentos e quaesquer determinações a respeito do Brasil, excepto quando lhe fôr legitimamente requerido por alguma província;

V — Que os govêrnos do Brasil, onde se acharem destacamentos de Portugal, os possam fazer retirar, desde que assim o julguem conveniente"[1].

Como um petardo, estourou no seio do Congresso a indicação de Feijó, provocando grande escandalo e extraordinária celeuma. Nem era para menos, pois era a independência do Brasil, era a destruição do domínio português claramente alvejada pelo deputado paulista. Assim o entenderam as côrtes que, após a formidavel atoarda, lhe sepultaram o projecto na pasta da respectiva commissão.

Audaz e imprudente para os portuguêses, não menos inopportuna pareceria no Brasil a indicação do Padre Feijó, planeando a independência de cada uma das províncias.

(1) Dr. Viveiros de Castro, ibidem, pag. 60.

Todavia, não é provavel que o inspirasse o desmembramento do Brasil em uma especie de confederação das províncias, mais ou menos sujeitas a um protectorado puramente theórico e quebradiço do velho Portugal.

Na preoccupação de conjurar *as desgraças que ameaçavam o Brasil;* dado o primeiro passo, no caminho da independência; afastadas as tropas portuguêsas; admittido que ninguém, si exceptuarmos o Pará e o Maranhão, lhe pediria auxílio para solução de luctas intestinas, aliás provocadas pelos próprios reinóes; definitivamente quebrado o prestigio da Metrópole; — acreditava, talvez, o futuro regente do Império que as províncias se haviam de reunir, em um só bloco, para alcançar o desiderato que, de vez e promptamente, se lhe figurava difficil, sinão impossivel. E' tanto mais acceitavel esta versão, quanto é certo que Feijó não podia conhecer ainda o movimento que, no Brasil, se ia operando, com firmeza e decisão. Que o projecto do deputado paulista não trazia serviços á Metrópole, bém o entenderam as côrtes, que, aliás, o teriam recebido com melhór sombra e sympathia.

Como quer que seja, reconhece o dr. Viveiros de Castro que "*lançar um projecto consagrando a independência das províncias brasileiras, no recinto de um Congresso do-*

minado pelo ódio, francamente resolvido a reduzi-las á situação de colónias, entregues ao arbitrio da Metrópole, foi um acto de inaudita coragem [1].

Seria ingênuo e platônico o projecto do Padre Feijó, mas que a sua intenção era profundamente brasileira, ninguém o poderá contestar, e assim lhe cabe a honra do primeiro brado pela independência do Brasil, em plena côrte portuguêsa, á própria face dos seus ingratos oppressores.

Si o Padre Feijó, a quem tocaria a última de mão na obra patriótica de José Bonifacio, hesitou um instante, entre o Brasil e Portugal, dando arras da nossa *prudência, desinteresse e justiça,* também o Patriarcha, ainda no govêrno de Oeynhausen, achava possivel uma conciliação entre a Colónia e a Metrópole. Em circumstancia tão incerta quanto delicada, não ha porque lhes atirar pedras, sinão motivos para lhes applaudir o patriotismo e a dedicação.

No entretanto, com a calma e segurança que mais lhe realçam os créditos políticos, encaminhava José Bonifácio, para a collina do Ypiranga, os passos de D. Pedro, emquan-

(1) Ibidem.

to mandava este dizer ao pae: "A união destes dois hemisphérios, para poder durar, deve ser de Portugal com o Brasil, e não deste com aquelle, que é necessitado e dependente. Uma vez que o Brasil está persuadido desta verdade eterna, a separação do Brasil é inevitavel [1].

A *Bernarda de Francisco Ignácio*, complicando a situação paulista, provoca o movimento de que se originou a confederação dos municipios, com séde em Ytú, contra o domínio dos estrangeiros na capital. Campinas, Porto Feliz, Piracicaba, Mogy-Mirim, Sorocaba, Guaratinguetá e as villas dos Campos Geraes, solidárias com as camaras de Ytú, organizam a barreira em que se vão topar os *bernardistas*, pondo termo ao domínio directo e absoluto de Portugal sobre a Província de São Paulo, com a deposição de João Carlos Augusto Oeynhausen. A independência, póde-se dizer que estava virtualmente feita, em S. Paulo, muito antes do Sete de Setembro [2].

Si a *Bernarda* houvesse triumphado, si lhe não obstára a expansão funesta e reaccionária a chamada *Confederação de Ytú*, razoavelmente se póde suppôr que o Sete de

(1) R. Pombo, ibidem, pag. 722, nota.
(2) Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo, v. X, pag. 131.

Setembro seria demorado por alguns annos ainda ou, pelo menos, não seria o Ypiranga o theatro glorioso da Independência nacional.

Ora, tanto na capital, como no interior, foi o elemento ecclesiástico o mais preponderante nessa feliz reacção que levou ao Ypiranga o primeiro imperador do Brasil.

Si, com acerto e verdade, disse Oliveira Lima que a sedição pernambucana foi uma *revolução de padres*, outro tanto podemos affirmar dos acontecimentos políticos que, directa ou indirectamente, se prendem á reacção anti-bernardista.

Tão glorioso foi, para o clero paulista, esse período decisivo na história da Independência, que entendemos lhe cabe aqui registo especial e merecido.

A' vereança geral e extraordinária, para eleição do govêrno provisório, a 23 de junho de 1821, entre quatrocentos e poucos eleitores, comparecem oitenta e nove padres da capital e do interior, seculares e regulares [1], tendo á frente o próprio Bispo, todo o Cabido, os superiores das ordens religiosas, e sacerdotes de pulso e valimento como Gonçalves de Andrade, Amaral Gurgel, Ildefonso Xaviér, José

(1) Livro de Vereança da Camara Municipal de S. Paulo, de 1821. — Conf. Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo, v. X, pag. 296.

Antônio dos Reis, depois Bispo de Cuiabá, Pires da Motta, depois vice-presidente de São Paulo e presidente de S. Catharina, para só referirmos os que mais notaveis se fizeram na Igreja e na política.

No manifesto do povo paulista ao Príncipe D. Pedro, em vereança de 31 de dezembro, figura o clero da capital, chefiado pelo diocesano, em número de vinte e seis sacerdotes [1].

Nas representações de resistência ao govêrno sedicioso e rebelde, promovidas pela *Confederação de Ytú*, em vereança extraordinária de 28 de máio, 26 de julho, 4 de agosto, 29 de setembro e 12 de outubro, assignam por si ou como representantes de diversos municipios, vinte e dois sacerdotes, que accrescem aos oitenta e nove já mencionados, e entre elles estão os Padres Antônio Joaquim de Mello — o futuro e extraordinário Bispo de S. Paulo, Miguel Archanjo do Amor Divino e José Galvão de Barros França [2].

Ia, finalmente, realizar-se a aspiração das camaras confederadas, pois chegava a S. Paulo o guardião dos franciscanos de Santos,

(1) Ibidem.
(2) Ibidem.

Frei João de Santa Candida, com a incumbência de preparar os pousos ao Principe D. Pedro 1[1].

Não havia muito, porém, que Francisco Ignácio e o capitão Pedro Taques ameaçavam de receber o Príncipe a chicote e arrastá-lo, á cauda do seu cavallo, pelas ruas da cidade [2]. Para guardar a pessoa do augusto hóspede contra possíveis perigos, em meio de uma população anarchizada, trazem os ytuanos um corpo de tropa escolhida e de confiança, ao mesmo tempo que, na capital, se organiza uma *guarda-civica*, de que fazem parte as pessoas mais gradas e de maiór respeito na cidade, inclusive treze sacerdotes, pelo menos, entre os quaes se destacam Amaral Gurgel, Pires da Mota, Ildefonso Xaviér, Paula Oliveira e Oliveira Bueno [3].

A 25 de agosto entra o Príncipe na capital, trazendo em sua companhia o Padre Belchiór Fernandes Pinheiro que, segundo parece, esteve também presente á proclamação do Ypiranga, e ainda o Cônego António Moreira da Costa, commissionado pelo clero de Tau-

(1) Ibidem.
(2) Ibidem, pags. 164 e 172.
(3) Ibidem, pags. 173 e 224.

baté, o qual se lhe foi juntar em Guaratinguetá [1].

Acolhido pelo Bispo, clero e povo, com grandes festas, ostentando a cidade as suas melhores galas e louçanias, dissolve o Príncipe o govêrno sedicioso, já agora reduzido a quatro membros apenas, e constitue o triumvirato presidido por D. Matheus de Abreu Pereira, Bispo Diocesano.

Ao voltar de Santos, no dia sete de setembro, pelas alturas do Ypiranga, proclama D. Pedro a independência brasileira e, nessa mesma noite, no theatrinho do Largo do Palácio [2], após haver conferenciado com os Padres Amaral Gurgel, José Antônio dos Reis e Pires da Mota [3], deu o Padre Ildefonso Xaviér Ferreira, com voz vibrante e poderosa três calorosos vivas ao *primeiro rei do Brasil*.

(1) — Assignaram a mensagem de que era portador o Conego Moreira da Costa, o vigário Bento Gonçalves de Toledo, Con. Antonio Moreira da Costa, coadjutor com successão, P. Manuel Alves Coelho, prim. coadjutor e Emygdio José Fernandes, seg. coadjutor.

(2) Tinha esse theatrinho a pretenciosa denominação de «Opera». Parte da sua mobilia se conserva ainda hoje no Palácio de S. Luís.

(3) O Padre Vicente Pires da Mota, homem de tempera rija e caracter austero, foi director da Academia, vice-presidente de S. Paulo, por duas ou tres vezes, e presidente de Santa Catharina.

Nem a isto se limitou o enthusiasta do theatrinho da O'pera, pois alguns dias mais tarde, hostilizado em plena camara pelos portuguêses, que ameaçavam de o atirar pela janella abaixo, reagiu energicamente o corajoso sacerdote, repetindo ainda, com igual calor: *viva o primeiro rei do Brasil* [1].

Estava feita a Independência. Um sacerdote, "*sonhador heróico, luctador incansavel, na propaganda e na acção, nas alegrias e nas provações — o Padre João Ribeiro, concretizou os precursores todos da independência e da república* [2]. A um sacerdote, á mais bella figura da Regencia, ao Padre Diogo Feijó, sorteou-lhe o patriotismo, ao mesmo passo ardente e sereno, a primazia de um brado pela independência do Brasil, no próprio coração da Metrópole, nas côrtes de Lisboa. A um sacerdote, ao Padre Ildefonso Xaviér, coube a honra de proclamar o primeiro rei do Brasil, titulo que, logo depois, por insinuações a que não foi extranho o Cônego Januário da Cunha Barbosa, foi definitivamente trocado pelo de imperador constitucional do Brasil. A um sacerdote também, ao Padre João Ma-

(1) Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo, v. VII, pag. 10, e v. X, pag. 174.

(2) Conf. dr. Wanderley e Araújo, ibidem, pag. 673.

nuel de Carvalho, tocaria o levantar, em pleno parlamento, o primeiro viva á república brasileira.

Aberta a devassa contra os bernardistas, que não chegou a produzir effeitos jurídicos, foram provisoriamente afastados da capital os mais culpados na *Bernarda*, indo Fr. António do Menino Jesus para o Rio de Janeiro, Padre Bernardo Conrado para S. Roque, Fr. José Tundella para S. Caetano, onde falleceu, Cônego Ferreira Bueno para Bairiry e o Padre Paula Oliveira para Juquery. Os dois últimos, porém, foram logo declarados livres de culpa e pena [1].

Finalmente. Eleito a 9 de março de 1823 o govêrno collectivo, que viria assegurar a situação creada pelo Sete de Setembro, encontramos ainda, no govêrno paulista, o Padre João Gonçalves de Lima, vigário de Parnahyba. Poderiamos ainda, si não temessemos alongar-nos em demazia, resuscitar de velhas e esquecidas chrónicas muitos sacerdotes que, á causa da Pátria, sagraram o melhór dos seus talentos e esforços. Outros, com mais segurança, completarão este simples esboço com que rendemos preito e homenagem á Igreja e ao Brasil.

(1) Rev. do Inst. de S. Paulo, vol. VII.

II

O CLERO NACIONAL APÓS A INDEPENDENCIA

Triumphante a causa nacional, acclamado o Imperador, vinha agora o trabalho de consolidação, em que não pouco deveria salientar-se o clero brasileiro, acudindo pressuroso ás linhas de frente, onde mais duro fosse o pelejar, mais cerrada a fileira dos patriótas.

Possuido de vivo enthusiasmo pela maçonaria [1], grão-mestre do grande-oriente, archonte-rei do *apostolado*, dentro em pouco iria D. Pedro desavir-se com as sociedades secretas, onde mais se digladiavam as competições pessoaes. "Os maióres embaraços com que teve D. Pedro de luctar e que influiram, decisivamente, no seu destino—escreve

(1) Conf. R. Pombo, ibidem, v. VII, pag. 759.

R. Pombo — foram os oriundos daquella sociedade secreta, que tão grande parte tinha tido na declaração da independência, com o concurso do Príncipe Regente[1]." As *palestras* do *apostolado*, uma das quaes tinha assento na residencia do Padre José Cupertino, — commenta o dr. Mello Moraes, — "enjoavam os homens de bém e de bons sentimentos, que a ellas constantemente assistiam, pelos abusos que viam ali praticados, e por verem lançar-se mão de meios torpes para perseguição dos contrários, com a espionagem, a denúncia, as intrigas, não só contra os membros do grande-oriente, como contra alguns portuguêses indistinctamente. Destas mesmas *palestras* sahiram os males de que ainda hoje se resente o Brasil, sendo o campeão de tudo isso o célebre Porto Seguro... e o não menos célebre Marciano, por alcunha o *Miquelina*, pardo, marcineiro, cantor de modinhas e muito valído do imperador D. Pedro I [2].

Em retribuição da *honra* que lhe acarretava o grão-mestrado, exigiu o grande-oriente que o Imperador assignasse tres folhas de papel em branco, que foram entregues a Gonçalves Lêdo, José Clemente e Nóbrega. Sabe-

(1) Ibidem.

(2) Dr. Mello Moraes, Hist. das Const., pag. 406. — R. Pombo, ibidem, pag. 762, n.

dor dessa imprudência, conseguiu José Bonifácio que D. Pedro reparasse a falta, exigindo a restituição das folhas em branco e dissolvendo o grande-oriente [1].

Terminava, por sua vez, o *apostolado* na tragi-comédia da Guardá-Velha, violentamente dissolvida pelo Imperador, sempre impulsivo e aventureiro. Sciente de que no *apostolado* — creação de José Bonifácio, que o manejava politicamente, contra as pretenções do grande-oriente, — lhe contrariavam os planos e ambições, apesar de enfermo, faz-se D. Pedro acompanhar de vários officiaes, penetra violentamente, na calada da noite, no edificio da Guarda-Velha, onde funccionava a loja secreta, sob a presidência de António Carlos, e de seu *motu proprio* dissolve a *officina*. Silenciosos e cabisbaixos, por entre alas de soldados, retiram-se os conspiradores. A este acto de força, segue-se a queda dos Andradas e a amnistia dos *bernasdistas* de São Paulo [2].

E assim ruía por terra essa singular agremiação política que, repudiada pela Igre-

(1) Cons. Drumond, Annaes da Bibliot. Nac., v. XIII, pag. 51. — R. Pombo, ibidem, pag. 760. n. 1.

(2) Conf. Viriato Corrêa, Hist. da nossa terra, pag. 195.

ja, dava vivas á Religião Cathólica e arregimentava padres e frades, explorando-lhes o sentimento de patriotismo.

Cedo morreram os enthusiasmos de D. Pedro pela maçonaria. Já no dia 30 de janeiro, escrevendo ao Bispo do Maranhão, taxava os seus membros de *vis carbonários... excommungados... que lhe captivaram o pae* [1], Si não era sincero — e é lícito suppô-lo — peiór para elle que, segundo é corrente, ingloriamente lhe veiu a deixar nas mãos a vida trabalhada e aventurosa.

Com o *apostolado* cahia José Bonifácio, não sem tempo de obstar os movimentos republicanos do Cônego Januário da Cunha Barbosa, preso em viagem para Minas Geraes e deportado para a França [2]. E porque se lhe tornára suspeito, também, teve o Padre Feijó de supportar a vigilancia policial, constrangimento que o levou a queixar-se, com desassombro e altivez, ao próprio Imperador [3].

(1) Vide n. 26, pag.

(2) Os papeis encontrados em seu poder provavam que a missão do Conego Januário a Minas Geraes era desorganizadora da monarchia no Brasil. Conf. Cons. Drumond. — R. Pombo, ibidem, pag. 767, nota.

(3) Conf. Eug. Egas, Diogo Feijó, pag. 36.

Emquanto na capital se feriam estas luctas pela consolidação do nascente império, e até parecia que D. Pedro, versátil e inconstante, trahia as esperanças dos patriótas, aggravava-se nas províncias do Norte a situação da causa nacional.

Na Bahia, oppunha-se Labatut ao carrancismo impenitente de Madeira de Mello, encurralando-o na cidade, baldo de recursos para mais porfiada lucta. Entre os heróes dessa campanha, figura o já conhecido Frei Francisco José Maria Breyner que, á frente da sua companhia de *couraceiros* ou voluntários dos Pedrões, — cavalleiros vestidos de couro, á maneira dos sertanejos do Norte — se foi reunir aos patriótas de Labatut [1]. Regista-se ainda um anónymo vigário de Saubara, cujos serviços, certamente preciosos mas não descriptos, promete Labatut levar á presença do Imperador [2].

Da junta da Cachoeira é membro effectivo o Padre Manuel José de Freitas, que a exemplo de Montezuma e outros, por testemunho de brasileirismo, abandonou o appellido

(1) Conf. R. Pombo, ibidem, pag. 780, nota.
(2) Ibidem.

português, passando a assignar-se Padre Manuel Dendê Bús [1].

Crescendo a angústia da cidade, bandeiam-se para o Reconcavo, onde assentava o exército pacificador, civis e militares desenganados da causa portuguêsa, e entre elles vai o Cônego José Cardoso Pereira de Mello, membro da junta governativa. Victoriosos em Pirajá — sem embargo das bravatas do Padre Ignácio José de Macedo, redactor do periódico brasilóphobo *Idade de Ouro*, — entram os patriótas na Bahia, recebidos com flores e arcos triumphaes pelas religiosas do convento da Soledade, que tantas vicissitudes haviam soffrido, sob o domínio do general português [2].

Todavia, não era facil o immediato restabelecimento da órdem, em uma situação em que predominava a indisciplina e a desconfiança. Si, na capital, irrompiam, frequentes, distúrbios e levantes militares, também no interior se conspirava, sendo preso em Maragogipe, á órdem de Lima e Silva, certo Padre Olavo, talvez vigário da paróchia, acusado de pretender proclamar, no próprio dia 12 de

(1) Conf. Warnhagen, Hist. da Indep. na Rev. do Inst., t. LXXIX, p. I, pag. 371.

(2) Conf. R. Pombo, ibidem, pag. 795, nota.

outubro, "*uma cousa a que dão o titulo de república* [1].

Mais tarde, em 1830, o Arcebispo D. Romualdo Antônio de Seixas declarou santificado o dia 2 de julho, em commemoração do combate de Pirajá e triumpho definitivo da causa brasileira na Bahia.

Em Alagoas, entra para a primeira junta do govêrno, eleita a 11 de junho de 1821, o vigário geral Antônio Gomes Coelho, reeleito para a junta de 1823, tendo por secretário o Padre João Luís Pereira.

Succedem as juntas, umas ás outras, neste periódo incerto, em que se jogavam os destinos do Brasil. Em Porto Calvo, organiza-se o govêrno, sob a presidência do Padre Lourenço Wanderley Accioly Canavarro que, por sua vez, cede o lugar á junta de 1 de janeiro de 1824, a qual tinha por presidente o vigário de Pioca, Padre Francisco de Assis Barbosa, e por secretário o Padre José Vicente de Macedo.

Esta última junta governou até 1 de julho de 1824, consolidando-se a situação com a posse do primeiro presidente, D. Nuno Eugênio de Lossio e Seilbitz [2].

(1) Ibidem, pag. 832, nota.
(2) Conf. Warnhagen, ibidem, pag. 393.

Como um dos três emissarios da Parahyba, assignou o Padre Amaro de Barros Oliveira Lima a *Convenção de Beberibe*, na lucta entre Luís do Rego e a junta temporária de Goyana.

Para a junta de fevereiro de 1822 entraram os Padres Galdino da Costa Villar e João Marinho Falcão, figurando entre os deputados ás côrtes de Lisboa os Padres José da Costa Cirne e Virginio Rodrigues Campêllo. Para a Constituinte brasileira foram eleitos os Padres José Ferreira Nobre e Virginio Rodrigues Campêllo, que não tomou assento. Em todas as luctas da Independência, ahi figura o clero com numeroso contingente, até a posse de Philipe Nery Ferreira, a 9 de abril de 1824 [1].

Ao proclamar-se a Independência, no Rio Grande do Norte, constituiu-se nova junta, sob a presidência do Padre Manuel Pinto de Castro, que se manteve no govêrno até a posse do primeiro presidente, Thomás de Araújo Pereira, a 5 de máio de 1824.

Adherindo o presidente á Confederação do Equador, teve por delegado, em Pernambuco, o Padre Francisco da Costa Seixas [2].

(1) Ibidem, pag. 441.
(2) Ibidem, pag. 444. — Nota do Barão do Rio Branco.

No Ceará, tiveram parte nos acontecimentos que prepararam a Independência, como membros da junta do govêrno, os Padres Antônio José Moreira e Vicente José Ferreira.

Acclamado o Imperador, constituiram o govêrno da província, entre outros, os Padres José Joaquim Xaviér Sobreira, Antônio Manuel de Souza, e, mais tarde, na recomposição do governo de Icó, o Padre Vicente José Ferreira.

Revoltada a província, em 1824, contra D. Pedro, *principe de Portugal, chamado imperador do Brasil,* proclama-se a Confederação do Equador, que tem por secretário o Padre Gonçalo Ignácio de Albuquerque Mororó ou Gonçalo Ignácio de Loyola Albuquerque e Mello. Nessa revolta, que levaria ao patíbulo dois sacerdotes, além dos que soffreram as agruras de longo e penoso encarceramento, figuram uns quarenta sacerdotes, vigários, religiosos e simples presbyteros.

Em Pernambuco, brigavam Luís do Rego —*o mais português dos portuguêses,*—e a junta temporária de Goyana, onde tinha assento o Padre Manuel Sylvestre de Araújo. Assignada a *convenção de Beberibe,* sahiu eleito para a junta provisória o Padre Laurentino Antônio Moreira de Carvalho, como secretário. Figuram ainda, por esse tempo, Fr. Mi-

guel do Sacramento Lopes da Gama e o já conhecido Pádre Ignácio de Almeida Fortuna, até que se proclamou a independência a 8 de de dezembro de 1822.

Iniciado o movimento reaccionário, que foi dar na Confederação do Equador, tem assento na primeira junta de Paes de Andrade o Padre Luís José Cavalcanti Lins que, pouco depois, a 8 de janeiro de 1824, cedeu o lugar aos Padres Manuel Sylvestre de Araújo e Domingos Alves Vieira. Rebellados contra a prepotente dissolução da Constituinte, não quiseram os pernambucanos proceder á nova eleição, porque os eleitos anteriormente — dizia a junta — nem haviam concluido a sua missão, nem haviam deshonrado o seu mandato, sendo pois contrário á dignidade e decoro da província o eleger novos deputados. E' nesta circumstancia que surde, de novo, a figura heróica de Fr. Caneca, como opportunamente se dirá [1].

No Maranhão, infelicitado pela voracidade insaciavel de Lord Cockrane, na agitação em que se entrechocavam interesses e ambições pessoaes, entra para a junta de 25 de dezembro de 1823 o Arcipreste Luís Maria da Luz e Sá, emquanto o minorista Domingos Cadavila Velloso Cascavel, com outros rapa-

(1) Ibidem, pag. 396.

zes amparados por Miguel Ignácio Bruce, parece cogitar de um movimento republicano [1].

Belém do Pará foi a primeira cidade do Brasil a proclamar a constituição portuguêsa, e a última a adherir á independência. No entretanto, agitava a opinião pública, pela causa brasileira, o Cônego João Baptista Gonçalves Campos. Acusado e processado, articulavam os portuguêses, contra elle, o feio crime de não haver feito menção dos annos de El-Rei, em uma folhinha que publicára.

Duas vezes esteve o Cônego Baptista á frente da junta provisória, sempre ardoroso contra os portuguêses, sempre por estes perseguido e alvejado. Deportado para Solimões, foi segunda vez arrancado de casa, conduzido á praça pública, posto á boca de uma peça com morrão acceso e intimado a confessar-se para morrer. Valeu-lhe, porém, a intervenção de Grenfell e da própria junta, sendo por fim transportado ao Rio de Janeiro e preso na fortaleza de Santa Cruz.

Da junta constituida a 1 de março de 1823, após a insurreição do coronel Villaça, foi presidente o Vigário capitular, Cônego Romualdo António de Seixas que, não muito depois, se retirou para Lisboa, na qualidade de conselheiro de Estado. Na barra do Tejo,

(1) Ibidem, pag. 482.

foi o futuro Arcebispo da Bahia detido pela fragata brasileira Niterói, sob o commando de Taylor, e obrigado a assignar um termo em que se compromettia "*a não receber commissão hostil contra a independência do Brasil ou pegar em armas na presente guerra.*"

Em circumstancia tão cheia de apprehensões, convulsionada a cidade e impotente o governo para manter a órdem pública, chega de Lisboa o Bispo D. Romualdo de Sousa Coelho, com a notícia da dissolução das côrtes e restabelecimento do antigo absolutismo. Desconcertados, sem orientação possivel, conseguem os reaccionários que o Bispo assuma a presidência do govêrno, aliás sem nenhuma vantagem para a causa portuguêsa.

Triumphava, porém, a Independência nacional, vencida a reacção no seu último reducto. A 10 de agosto de 1823, apresenta-se á barra de Belém o brigue Maranhão, sob o commando do capitão tenente Grenfell, a cuja notícia cederam finalmente as derradeiras hesitações.

Proclamada a Independência no dia 16 de agosto, procede-se á eleição de uma junta sob a presidência de Geraldo José de Abreu, que logo cede o passo ao Cônego Baptista Campos, em virtude de nova sedição de militares e milicianos. O Cônego Baptista Campos, porém, não era homem que se cohibisse, nas

suas expansões de apaixonado jacobinismo. Retira-se para Cametá, onde organiza uma junta dissidente, harmonizando-se por fim com a junta de Belém, mediante certas providências contra os inimigos da causa nacional.

Infelizmente, não deveria firmar-se o domínio brasileiro no Pará, sem que o enfeiassem deshumanas perseguições, assassinios selvagens e brutaes, a cuja responsabilidade não escapam os membros da junta, excluido talvez o Cônego Baptista Campos, que conseguiu innocentar-se [1].

Summariamente condemnalos á pena de morte, 271 *criminosos de lesa-majestade* teriam sido executados, si não interviesse o Cônego Romualdo, commutando-lhes a pena em deportação para Lisboa. Embarcados na galera *Andorinha do Tejo,* morreram muitos desses infelizes durante a penosa travessia, sendo indultados os sobreviventes, após alguns dias de reclusão numa fortaleza da barra.

Mais tarde, após o motim popular de 16 e 17 de outubro, foram lançados no porão do brigue *Diligente* 256 desgraçados que, em

(1) O Conego Baptista Campos tão bém se defendeu que, não só foi absolvido, mas ainda nomeado cavalleiro da Ordem de Christo. Conf. R. Pombo, ibidem, vol. VIII, pag. 80, nota.

poucas horas, morreram suffocados, soffrendo tormentos horriveis, em uma scena verdadeiramente estúpida e macabra [1].

Restava agora, como complemento indispensavel á independência do Brasil, dar-lhe a magna carta, que o emparelhasse com as nações civilizadas e autónomas. Ahi, nessa grande assembléa, presidida por um Bispo que, ao depois, foi também senador pela provincia de S. Paulo, D. José Caetano da Silva Coutinho; ahi, nesse areópago em que tiveram assento os homens mais notaveis do país, vem também o clero cooperar com as suas luzes e patriotismo para a glória da Pátria sempre amada e estremecida. Além de quatro que não tomaram assento, são dezoito sacerdotes que vinham da Inconfidência mineira, das côrtes de Lisboa, da revolução de 1817, de todas as luctas pela liberdade nacional, sacerdotes de prestígio e talento que, desde logo, se empenharam em luctas que lhes saguaram o nome, tanto quanto dignificaram a grande assembléa legislativa. Eis os seus nomes apontados á gratidão nacional:

(1) Conf. Warnhagen, ibidem, pag. 492. — R. Pombo, ibidem, vol. VII, pag. 835.

1 — Bispo capellão-mór, D. José Caetano da Silva Coutinho, — pelo Rio de Janeiro; 2— Padre Francisco Agostinho Gomes, ex-deputado ás côrtes de Lisboa, — pela Bahia, substituido pelo desembargador Luís Pedreira do Canto Ferraz; 3 — Padre Belchiór Pinheiro de Oliveira, laureado em canones pela Universidade de Coimbra, vigário de Pitanguy, ex-deputado ás côrtes de Lisboa, — por Minas Geraes; 4 — Cônego Manuel Rodrigues da Costa, da Inconfidência mineira,—por Minas Geraes; 5 — Padre José Custódio Dias, ex-deputado ás côrtes de Lisboa, substituto do deputado effectivo, desembargador Lucas António Monteiro de Barros, depois visconde de Congonhas e primeiro presidente de S. Paulo, — por Minas Geraes; 6 — Padre José de Abreu e Silva, substituto do deputado effectivo, desembargador João Evangelista de Faria Lobato, — por Minas Geraes; 7 — Cônego Francisco Pereira de Santa Apolónia, depois senador do Império, substituido pelo dr. António Gonçalves Gomide,—por Minas Geraes; 8 — Padre António da Rocha Franco, substituto do bacharel Jacintho Furtado de Mendonça, que tomou assento pelo Rio de Janeiro, — por Minas Geraes; 9 — Padre Sylvestre Alvares da Silva — por Goyás; 10 — Mons. Francisco Muniz Tavares, ex-deputado ás côrtes de Lisboa — por Pernambuco; 11 —

Padre Ignácio de Almeida Fortuna, um dos próceres da revolução de 1817 — por Pernambuco; 12 — Padre Francisco Pereira Barreto, vigário do Recife, orador, jornalista, poeta, prégador da capella imperial, cavalleiro da Ordem de Christo, deputado provincial, director do Lyceu do Recife, sacerdote de grandes virtudes e merecimentos — por Pernambuco; 13 — Padre Venancio Henriques de Rezende, um dos grandes vultos da revolução de 1817 e, logo depois, também da Confederação do Equador — por Pernambuco; 14 — Padre Luís Ignácio de Andrade Lima que, juntamente com o Padre Custódio Dias, rompeu os debates contra a fala do throno — por Pernambuco; 15 — Padre José Martiniano de Alencar, uma das figuras mais notaveis da revolução de 1817 e da Confederação do Equador, ex-deputado ás côrtes de Lisboa — pelo Ceará; 17 — Padre José Joaquim Xaviér Sobreira, membro de uma das juntas provisórias da sua província — pelo Ceará; 19 — Padre Manuel Ribeiro Bessa de Hollanda Cavalcanti — pelo Ceará; 20 — Padre José Ferreira Nobre — pela Parahyba; 21 — Padre Virgínio Rodrigues Campêllo, que não tomou assento, ex-deputado ás côrtes de Lisboa, patrióta de 1817 — pela Parahyba; 22 — Padre José António Caldas — por Alagoas.

Dissolvida a Constituinte, grande foi a agitação na capital e nas provincias contra o Imperador, cujos processos de govêrno se tornavam sempre mais suspeitos.

Em S. Paulo, eram deportados os Padres Diogo Feijó e Amaral Gurgel, por contrários aos *tamoios* ou andradistas, escapando o Cônego Ildefonso Xaviér, que então se achava em Curityba, sua terra natal.

Do Maranhão vinha preso para o Rio o Arcipreste Luís Maria da Luz e Sá, "a quem se attribuia, com ou sem fundamento, o intuito de trabalhar pela reincorporação da província á corôa portuguêsa, em troca de uma mitra, que se dizia haver-lhe sido offerecida, sob essa condição, pelo célebre prelado D. Fr. Joaquim de Nazareth [1]."

Em quasi todo o Norte, em Pernambuco principalmente, accentuava-se o espírito de sedição que, dentro em pouco, ia concretizar-se no movimento denominado Confederação do Equador.

Requerendo Paes Barreto, o morgado do Cabo, por si e por seus companheiros de govêrno "*que a bem da humanidade e do Império os dispensassem de uma administração*

(1) Conf. R. Pombo, ibidem, vol. VIII, pag. 9, nota.

em que tinham perdido toda a força moral [1]." procede-se á eleição da junta que, sob a presidência de Paes de Andrade tinha, como já vimos, o Padre Cavalcanti Lins por conselheiro, logo substituido pelos Padres Manuel Sylvestre de Araújo e Domingos Alves Vieira.

Paes Barreto, entretanto, não fôra sincero, precipitando os acontecimentos em que tiveram parte notavel e preponderante o já conhecido Padre Venancio Henriques de Rezende, deputado á Constituinte dissolvida, e o Padre João Evangelista Leal Periquito, membro da deputação enviada ao Imperador, como recurso de paz e conciliação.

Proclamada a Confederação, salientaram-se na lucta armada pela ephêmera república o Padre-mestre Fr. Miguel Joaquim Pegado, emissário do senado de Olinda ao general Lima e Silva; os Padres Ignácio de Avila Cavalcanti, João Barbosa Cordeiro, João da Costa Machado e ainda outros, que tomaram parte na longa e penosa retirada através dos sertões da Parahyba; Fr. Antônio Joaquim das Mercês, Fr. João dos Santos Miquelina, Padre Ignácio Bento de Avila, presos no Ceará e remettidos para o Recife, como cabecilhas da revolução.

Como deputado do Ceará á república

(1) Ibidem, pag. 24.

confederada, apresentam-se os Padres José Martiniano de Alencar, vigário Manuel Pacheco Pimentel, José da Costa Barros Jaguaribe, vigário de Monte-Mór, além do vigário António José Moreira, conselheiro da junta do governo, Fr. Alexandre da Purificação, e os vigários da Granja e de Arronches, todos elles arregimentados sob a bandeira democrática, com a única resalva da manutenção da Religião Cathólica.

Restaurada a legalidade, implanta-se em Icó a célebre *commissão matuta*, que logo mandou fuzilar alguns revolucionários. Dessa commissão de sangue fazem parte o vigário de Icó, Padre Philipe Benício Mariz, como presidente, e como secretário o Padre Manuel Philipe Gonçalves.

Na hora das contas, quando tanto mais forte se ostenta o vencedor, quanto maióres foram os seus deslizes, temores e fraquezas, foram condemnados á morte o Padre João Baptista da Fonseca e Fr. Alexandre da Purificação. A este commutou-se-lhe a pena; aquelle conseguiu evadir-se. Mais feliz foi o Padre José Martiniano de Alencar, absolvido e posto em liberdade, dizem que a pedido do Bispo de Marianna [1].

(1) É o que affirma um seu parente. O Imperador ter-lhe-ia feito severa reprimenda, declarando, po-

Restavam as duas figuras mais sympáthicas da revolução: Frei Caneca e Padre Mororó. Contra estes dois ia desencadear-se todo o furor selvagem de uma justiça que, não sabendo respeitar-se a si mesma, timbrava de cruel e deshumana.

Redactor da famosa gazeta que, sob o nome de *Typhis Pernambucana*, se publicava no Recife, era Fr. Caneca erudito e vigoroso polemista. Resumindo "*os caracteristicos moraes e intellectuaes dessa legião de patriotas letrados, fautores da agitação democrática*", pregava desaffrontadamente o systema republicano. Como o Padre Venancio de Rezende, negava ao Imperador o direito de outorgar a constituição, sem o concurso dos representantes do povo. Verberava a dissolução da Constituinte e oppunha-se á eleição de novos deputados.

Libellista fogoso e desassombrado, arrojou-se ao fumo das batalhas, cahindo prisioneiro na Fazenda do Juiz. Facilitaram-lhe a fuga, mas, confiado na justiça da sua causa e na clemência do Imperador, não quís fugir, preferindo as incertezas de um julgamento regular. Era contar demasiado com a magnanimidade do vencedor. Um frade de mais

rém, acceder ao pedido do Bispo que tudo podia sobre o seu coração.

ou de menos, fosse embora um patriota ardoroso e benemérito, não importa a essa madrasta sem entranhas, que tem sido a política de todos os tempos. Muitos dos seus companheiros haviam de chegar a posições eminentes no país, teriam a confiança e sympathia dos govêrnos, alcançariam gráus honoríficos e titulos de benemêrencia; mas a soberania afrontada precisava de uma victima, e não era muito que fosse essa um pobre frade de parceria com alguns homens do povo desprotegidos e ignorados.

Tinha pressa a commissão militar do Recife. Frei Caneca protesta contra a incompetência do juiz, uma vez que só lhe imputavam um abuso da liberdade de imprensa. Sem embargo, foi o réu summariamente julgado e condemnado á pena infamante da forca.

Na manhã de 10 de janeiro de 1825, ouviu Fr. Caneca, calmo e resignado, a sentença condemnatória, sendo logo conduzido ao oratório, "*onde as suas práticas aos circumstantes* — diz R. Pombo — *eram serenas, mas sempre encaminhadas a propagar a excellência das doutrinas ultra liberaes*[1].

Note-se, todavia, que o chamado ultra liberalismo de Fr. Caneca, como de tantos outros ecclesiásticos, era simplesmente amor

(1) Ibidem, pag. 56.

entranhado á independência da sua pátria. Que não era elle um republicano vermelho, um liberal intransigente e sectário sob o ponto de vista religioso, mas sim patrióta e nacionalista, prova-o o sermão político que prégou na matriz de S. Antônio, em 1822, por motivo da aclamação de D. Pedro I, discurso que, si então lhe mereceu elogios, não lhe valeu a clemência do Imperador [1]. Adstricto á maçonaria, cujos fins não eram ainda inteiramente conhecidos no Brasil, Frei Caneca, illudido como tantos outros, era profundamente crente. A maçonaria exaltou-lhe o patriotismo, desvirtuando-lhe a missão sacerdotal. Do maçon fanatizado ficou o padre com todas as falhas e defeitos que lhe inspirou a seita, mas sempre filho da Igreja a que pertencia por nascimento e por convicção.

Preparando-se para a morte, recebeu os sacramentos das mãos de seu superior hierarchico, Fr. Carlos de S. José, Provincial dos Carmelitas e futuro Bispo do Maranhão [2].

(1) Conf. Padre Luna, ibidem, pag. 220.

(2) Fr. Carlos era irmão de D. Fr. Pedro de Santa Marianna, Bispo de Chrysópolis, também carmelita e illustre preceptor de D. Pedro II, que o tinha em grande estima. Conf. Padre Luna, ibidem, pags. 76 e 78.

O Cabido de Olinda, de cruz alçada, seguido de todas as ordens religiosas, do clero secular e das irmandades do Recife, intercede pelo condemnado, na esperança de lhe alcançar o perdão ; mas o general Lima e Silva, que tanto havia demorado a execução da sentença, já não póde esperar e o réu ha de ser justiçado sem remédio. Justiçado, sim, mas que haja antes de soffrer a degradação das ordens sacerdotaes, porque esse condemnado era sacerdote e a justiça... tem os seus escrúpulos.

Conduzido para a Capella do Terço, "*notavelmente resignado, sem mostrar exterior de susto nem ostentação de coragem*", sujeita-se o mártyr da liberdade á ceremonia tremenda da degradação sacerdotal.

Disposta a tropa em grande círculo, afastados o algoz, os ajudantes e meirinhos, aproxima-se o réu do altar que ali se armára, na praça pública, á entrada do templo. Vestem-lhe todos os paramentos sagrados, como si o padre houvesse, ainda uma vez, de celebrar o sacrificio incruento da Redempção. E a ceremonia começa.

Com grande aparato, em silêncio de morte, ante a multidão como que fulminada pelo extranho e extraordinário do successo, o celebrante lhe tira das mãos o calix, a hóstia e a patena; rapa-lhe, com um cutello, as mãos

sagradas para o sacrificio; depois, um a um, *o vai despindo dos paramentos sacerdotaes*, desde a casula até o amicto, recitando, a cada ceremônia, orações que exprimem a desautoração dos poderes e privilégios, que aquellas insígnias representam.

Despem-no, finalmente, da batina, raspam-lhe a tonsura, cortam-lhe os cabellos. Está o padre degradado das ordens sacras; já não póde exercer o ministério sacerdotal. Mas... acaso perdeu elle o caracter sacerdotal, sello indelevel que lhe foi impresso na alma, no dia memoravel da ordenação? Esse padre já não será, porventura, um padre?

O instinto de um homem do povo no-lo vai dizer, dentro em pouco, á hora mais solenne dessa tragédia horipilante.

No entretanto, occorre-nos inquerir si foi legal e devidamente autorizada essa ceremônia tremenda, com que a Igreja, forçada pelo braço secular e pela dureza dos costumes, lhe entrega um dos seus ministros, *com a condição expressa de lhe ser poupada a vida e a integridade dos membros.*

A degradação é uma pena gravissima, para o sacerdote muito mais infamante que a pena capital, e a Igreja não lha impõe sem que tenha esgotado todos os recursos á clemencia da autoridade civil. E' precedida de um processo canônico regular, custoso, diffi-

cil, ponderado, não entrando em causa a vida do paciente.

Ora, nada disso referem os chronistas que, entretanto, foram largos na descripção do martyrio de Fr. Caneca. Não se fala siquer em delegação regular e indispensavel, tratando-se de uma ceremônia privativa dos Bispos, única autoridade competente em caso tão extraordinário. Funccionaram dois sacerdotes, — rezam as chrónicas. Autorizados por quem ? — Nada se sabe.

E' lícito pois affirmar que essa degradação foi tão illegal, quanto o foi a sentença de morte, pronunciada por tribunal incompetente, quanto o foi também a execução da sentença a que não presidiram os juizes nem se observaram as disposições da lei.

Consummada a degradação, em que Fr. Caneca revelou toda a grandeza da sua alma, segue o cortejo para o lugar do patíbulo. Ahi, porém, já no instante supremo, surde um incidente, com que não contavam os juizes. O carrasco designado para a execução, certo pardo que se achava na cadeia por algum delicto commetido, recusa-se, terminantemente, a enforcar o padre. "*Apesar de lhe pisarem os peitos com os couces das granadeiras, deixando-o por morto, repetia elle que o matassem, mas que tal deshumanidade não commeteria.*"

Seguindo-lhe o exemplo de respeito ao caracter sacerdotal, dois outros pretos, postos a ferro, violentados e espaldeirados, ali mesmo ao pé da forca, não se deixam vencer Recusam-se, formalmente, a enforcar o patrióta religioso.

Em tanto embaraço, sem nenhuma attenção ao teor da sentença, portanto ainda uma vez illegalmente, ordenam os juizes que o réu seja fuzilado, e um dos soldados da patrulha, o creoulo João da Costa Palma, cáe fulminado a meio do caminho.

Atado á columna, segundo as suas próprias instrucções, pois era elle talvez o único a quem restava alguma calma e ponderação, quís Fr. Caneca falar aos circumstantes. Mas o frade que, no rumor das luctas políticas, havia partido os vinculos da obediência religiosa, submete-se, com perfeita serenidade, a um simples gesto de Fr. Carlos, seu legitimo superior. Leva a mão ao peito, para indicar o alvo, e morre como padre quem como padre havia delinquido.

Degradado das órdens sacerdotaes, confundido com os bandidos vulgares, indignos de commiseração, quanta não seria, no angustiado passo da morte, a consolação da sua alma, ao sentir-se venerado como padre por esse homem do povo que, ainda violentado, lhe respeita o caracter sacerdotal.

Agostinho Vieira — conservemos-lhe o nome á gratidão do clero brasileiro — Agostinho Vieira, esse pardo detento por crime talvez de pouca monta, esse carrasco reverente ante a majestade do sacerdócio, bém merece uma consagração que lhe perpetue a memória. Quando os grandes e poderosos, perdido o sentimento de humanidade, conculcam os mais sagrados sentimentos christãos, toca aos humildes e pequeninos essa nobreza d'alma que, mareada embora, persiste ainda no fundo do coração. Agostinho Vieira venera e respeita, no padre degradado, o caracter indelevel que a própria Igreja não lhe póde tirar e, com elle, ha de penetrar os umbraes da eternidade.

Fr. Caneca, como o Padre Roma, como o Padre Miguelinho, tem sido victima de uma injustiça. Uns só lhe sabem os erros como sacerdote, e o desconsideram; outros só lhe aplaudem as exaltações patrióticas e desconhecem ou deprimem o padre. A História, porém, descontando-lhe, na estatura moral, as falhas que a reduzem, ainda encontra bastante que sobreleve ao talão das mediocridades felizes e lisonjeadas.

Agora o Padre Mororó, cuja velhice precoce, aos 45 annos de idade, lhe punha a ca-

beça tão branca como a alva dos condemnados.

Secretário do governo do Ceara, na Confederação do Equador, instauram-lhe o processo no Rio de Janeiro. Como quer que a commissão militar do Ceará fosse mais expedita, recambiaram-no para a Fortaleza. Julgado e condemnado em tres dias, foi conduzido ao pelourinho, na manhã de 30 de abril de 1825.

A secca, que então assolava toda a provincia, ia regá-la o sangue de um patrióta, e talvez se amerceasse a misericórdia divina dos soffrimentos daquelle povo. Como a Fr. Caneca, como ao Padre Roma, como ao Padre Miguelinho, ninguém se prestou ao enforcamento do padre cearense. Fuzilaram-no.

Na véspera, fizeram-no assistir á missa de requiem e á encommendação do próprio corpo, — ceremonia a que assistiu resignado e piedoso, sem embargo dos esforços dos seus irmãos em Christo por lhe poupar tanto vexame e commoção. Confessou-se e commungou, ministrando-lhe os últimos soccorros Fr. Luis do Espirito Santo Ferreira. Dispensaram-lhe a degradação, mas trocaram-lhe a batina pela alva dos condemnados. Como esta lhe sahisse demasiado pequena, observou risonho: —

Louvado seja Deus, que até a última camisa que me dão... é curta.

Tinha razão. Ha gente para quem tudo é curto na vida, e a elle só lhe foram longos os desenganos. Assim, não lhe foi difficil encarar a morte com desassombro christão, pedindo que não lhe vendassem os olhos, nem lhe pregassem ao peito o alvo de papel. *Camaradas* — disse elle, levando a mão ao peito — *o alvo é este; tiro certeiro, que não me deixe soffrer muito.* E as balas lhe decepam, na descarga, tres dedos da mão direita [1].

A História, quando serena e desapaixonada, cresta, sem remédio, os caracteres que lhe incorreram em justificada censura. Registando nm simples facto, ainda sem commentá-lo, castiga e deshonra para todo o sempre, e o sulco que lhe deixa o látego inclemente, mais o aprofundam os annos, indelevel, indestructivel.

Esquece a História o bandido que, ao premio da sua insania e estupidez, estende a mão ensanguentada; mas regista, *ad perpe-*

(1) A. J. de Mello — Dr. Paul. Nogueira, Exec. no Ceará — Conf. R. Pombo, ibidem, vol. VIII, pag. 56 e seg.

luam rei memoriam, o servilismo que se roja aos pés dos potentados, porque lhes amparem as pequeninas ambições.

Si foi passivel de pena capital e infamante esse padre que havia sonhado a independência da sua pátria, justificou-lhe a exaltação patriótica o presidente da commissão militar do Ceará, escrevendo ao Ministro do Império: "Não posso deixar de *apreciar com prazer este delicioso momento*, para novamente fazer patente a S. M. I. a disciplina e subordinação de toda a tropa do meu commando; a firmeza, o silencio, a obediencia, o respeito que patenteou no acto da execução dos réus, o enthusiasmo com que deram vivas e entoaram o hymno nacional, me enchem da maiór confiança a seu respeito." E' edificante, mas ainda lhe falta o mais delicioso : "Novamente rogo a V. Exia. que se digne alcançar de S. M. I. *o ser eu removido desta província*, para outra qualquér... A provincia do Maranhão precisa entrar na órdem *e eu não desespero de obter ali os mesmos felizes resultados que tenho alcançado aqui* [1].

(1) Ibidem.

III

CONCLUSÃO

Na longa theoria de sacerdotes, onde avultam, avantajados na estatura heróica, patriótas que em porfiados recontros se impuzeram á gratidão nacional, nem todos se projectam na Historia á mesma luz e plenitude. Para trás dessas fileiras, fica a massa anónyma dos cavouqueiros do bém, tão uteis á Pátria, quanto fiéis aos seus deveres sacerdotaes.

Uns e outros jámais se furtaram a sacrifícios por Deus e pelo Brasil, pela Religião que lhes embalou o berço e pela terra sagrada que lhes bebeu as primeiras lágrimas, pela Fé que os esforçou nas luctas da vida e pela Pátria que sonhavam gloriosa, nimbada de luz e de esperanças.

E quando um dia lhe vieram dizer que era já inutil a sua cooperação, retirou-se o clero da arena política, para amar, estremecer e servir com mais efficácia e ainda maiór ardor, essa pátria que é duplamente sua, porque é filha dos seus suores e do seu próprio sangue.

Si nas lojas secretas se enroupou a Independência para as galas da liberdade, no coração do padre brasileiro teve ella carinhoso esforço na acção popular, na propaganda indefessa, no martyrio soffrido com resignação christã, no desprendimento e lealdade insuperavel, carreando-lhe sympathias e devotamentos que lhe apressassem o radiante desabrochar para a civilisação. Si a Independência não é obra exclusivamente sua, foi elle, sem duvida possivel, o seu melhór, mais esforçado, mais desprendido e mais intelligente operário. *Brasileiro* porque era *padre*, a um e a outro as bençams da Pátria.

Tem-se dicto que o clero de hoje já não vibra, como o de hontem, nos estos do patriotismo, abandonando, sem compensações, o posto de honra que elle tanto soube dignificar e que a elle mesmo tanto o dignificou. Tem-se dicto que, recolhido — e ainda bém — ao piedoso remanso da sacristia, já não ouve o clero brasileiro o entrechocar das luctas em que se resolvem os problemas na-

cionaes. E assim se contrapõem as chamadas *batinas liberaes* ao zelo do pastor vigilante que, sobraçando a cruz de um ministério pesado e obscuro, vai affirmando o seu patriotismo no trabalho ingente da formação da consciencia e do caracter nacional.

Não é verdade. Mudados os tempos e as circumstancias, amenizados os costumes, disseminadas as luzes da instrucção pública até então escassa e defficiente, o clero brasileiro mudou apenas de táctica, sem desertar do seu posto de honra e de sacrifício. No cumprimento dos seus deveres sacerdotaes, espancando trevas de ignorancia, illuminando consciencias mal formadas, estimulando cidadãos remissos ou negligentes, confortando populações abandonadas a si mesmas pela incúria dos políticos de profissão, assegurando a unidade da crença e das tradições da nossa raça, garantindo portanto a unidade inquebrantavel do Brasil, cumpre o clero brasileiro a sua missão de patriotismo, em toda parte e sempre, com inexcedivel amor e enthusiasmo.

A proclamação da República foi para o clero o toque de retirada dos arraiaes política, e a retirada se fez em perfeita órdem, na mais completa e edificante harmonia de vistas entre os chefes e os subordinados, cerradas as fileiras em torno do pendão sagrado que presidiu e inspirou todas as refregas.

Nessa arena sangrenta, onde se chocaram tantas ambições e tantas covardias; onde commandava a ambição e obedecia o interesse mesquinho e subalterno; onde se digladiam misérias moraes, na competencia de caracteres dissorados; onde gangrenaram, sem remédio, tantas feridas sagradas e ruiram por terra tantas e tão nobres illusões, — ficou-lhe por vezes o coração aos pedaços, romperam-se-lhe as veias por que regasse o germen da liberdade nacional, mas salvou-se a honra, e, com ella, o prestigio do clero, a nobreza dos seus ideaes, o sentimento imperecivel de um patriotismo alimentado pela fé.

Ferido nos seus direitos sagrados, no que mais caro lhe era ao coração sacerdotal, o clero brasileiro não hostilizou a República, antes lhe tem dado, em circumstancias excepcionaes, o concurso dos seus homens, da sua doutrina, da sua disciplina, do seu devotamento, do seu exemplo, sobretudo do seu coração.

Seja exemplo, e dos mais recentes, o serviço militar.

Nunca poderá o Brasil esquecer essa figura sympáthica de Olavo Bilac, inflammando o coração da mocidade, aos reclamos da Pátria. A sua palavra ardente, doirada como um sol, a rebrilhar as glórias da Patria nas glórias da sua poesia irisada de canticos

e de esperanças, foi um desses brados de civismo que, abalando uma época, penetram nas páginas da História.

Mas o poeta falava para poetas, e era preciso falar á alma do povo, alumiar-lhe a ignorancia, em que o deixámos jazer, derribar-lhe os preconceitos, reforçar-lhe o sentimento do dever, ennobrecer as lágrimas da mãe, apontar á noiva e á esposa o vulto do *seu heróe* obscuro talvez, mas sagrado pelas bençams de Deus.

Sem a palavra calma, prudente e desinteressada dos Bispos e dos Padres, toda a obra de Olavo Bilac teria sido apenas *um soneto*, bellissimo sem dúvida, mas... inoffensivo.

Eis o que hoje é e sempre ha de ser o clero brasileiro. Como o soldado, na paz ou na guerra, nas luctas sociaes ou na disciplina dos quartéis, por melhor servir a pátria, jámais ha de deixar de ser soldado, assim o padre brasileiro quer e deve servir a pátria, sem nunca jámais deixar de ser padre.

Aqui, onde se cultua a alma brasileira, estudando-a sem preconceitos de seita ou de partido, deixae formar o batalhão sagrado em continencia á Pátria livre, independente e gloriosa. Nesse posto o encontraremos sempre, firme e intimorato, sem que o desfale-

çam as contumélias ou lhe quebrantem o animo esquecimentos e ingratidões.

A Pátria, e sómente a Pátria, lhe basta ao coração affeiçoado pelo sacrificio, sacrificio tanto mais afoitamente acceito e abraçado, quanto mais piedoso e mais voltado para Deus.

Villa Bethânia, 8 de fevereiro de 1922.

INDICE

Introdução 7

PRIMEIRA PARTE — OS PRÓDROMOS DA INDEPENDENCIA

I — O clero brasileiro e o patriotismo . . . 11
II — A revolta do Maranhão 15
III — Guerra dos mascates 27
IV — Guerra dos emboabas 43
V — A inconfidencia Mineira 53
VI — A revolução de Pernambuco 65

SEGUNDA PARTE — A INDEPENDENCIA

I — A independencia 133
II — O clero nacional após a independencia . 171
III — Conclusão 201

ACABOU DE SE IMPRIMIR
NA TYPOGRAPHIA DO ANNUARIO DO BRASIL,
(ALMANAK LAEMMERT)
R. D. MANOEL, 62 — RIO DE JANEIRO
AOS 3 DE AGOSTO DE 1923